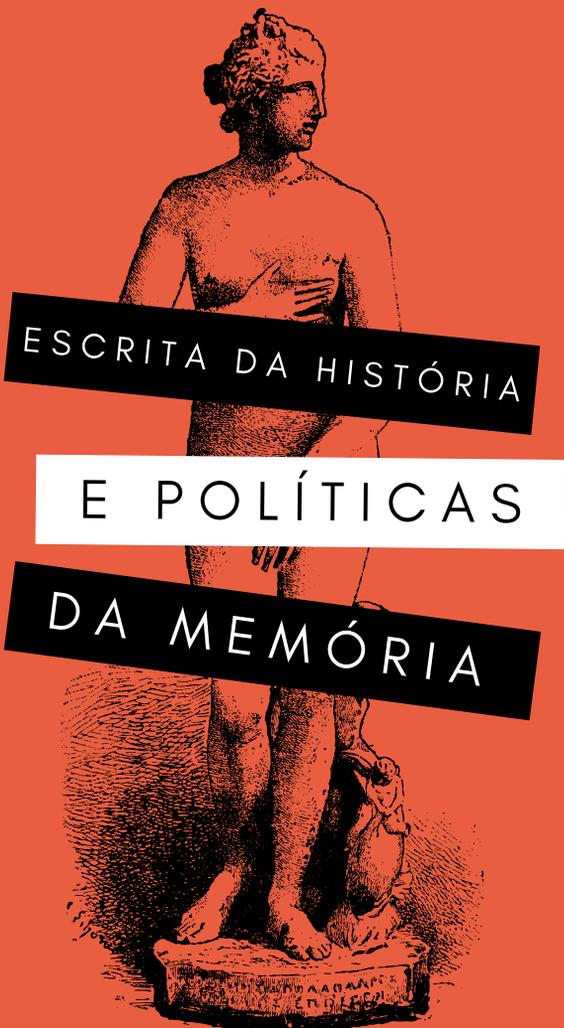


VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

ANAIS ELETRÔNICOS
ESPAÇO DA GRADUAÇÃO

Organizadoras

Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

ORGANIZADORES

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Mestrado e Doutorado em História Social pela UFC. É bolsista do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. Coordenadora do Programa de Pós-graduação da UFC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociedade de Estudos do Brasil Oitocentista. Desde julho de 2018 é pesquisadora vinculada ao INCT-PROPRIETAS. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: mundos do trabalho, mundo rural, escravidão, história do Brasil, pesquisa, história e teoria.

Meize Regina de Lucas Lucena

Tem graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1993), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), doutorado-sanduíche em Cinema - Université Paris III (2004), e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Possui pós-doutorado em História pela Universidade de Brasília (2013), pela Universidade de Groningen - Holanda (2013-2014) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, linguagem, representação, escrita. Na última década tem desenvolvido estudos em torno da censura cinematográfica no Brasil durante a ditadura. É líder do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq “História e narrativa”.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira

É doutor em História pela Universidade Federal do Ceará. Atua como professor na educação básica e no ensino superior. Enquanto pesquisador, dedica-se às áreas da História do Livro, da Edição e das práticas de leitura.

Organizadoras

Ana Sara Cortez Irffi
Meize Regina de Lucas Lucena
Gilberto Gilvan Souza Oliveira

ANAIS ELETRÔNICOS
VII Seminário Internacional
História e Historiografia
escrita da história e políticas da memória

VOLUME 4

Sobral-CE
2024

Editora

SER
TÃO
CULT
10 anos



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão e normatização

Sob responsabilidade dos autores

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

S471 Seminário Internacional: História e Historiografia escrita da história e políticas da memória.
(7.:2024: Sobral, Ceará).

História e Historiografia escrita da história e políticas da memória: anais do VII Seminário
Internacional: História e Historiografia escrita da história e políticas da memória.
[recurso eletrônico]. / Organizadores, Ana Sara Cortez Irffi, Meize Regina de Lucas
Lucena, Gilberto Gilvan Souza Oliveira. —Dados eletrônicos. — Sobral CE: Sertão
Cult, 2024.

[176] p.
v.IV

ISBN: 978-65-5421-178-9 - papel
ISBN: 978-65-5421-179-6 - E-book
Doi: 10.35260/54211796-2024

1. História. 2. Historiografia escrita. 3. Políticas da memória. I. Irffi, Ana Sara Cortez. II. Lucena, Meize Regina de Lucas. III. Oliveira, Gilberto Gilvan Souza. IV. Título.

CDD 900

Reitor da Universidade Federal do Ceará

Custódio Almeida

Vice-Reitora da Universidade Federal do Ceará

Diana Azevedo

Chefe do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará

Mário Martins Viana Júnior

Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em História

Ana Sara Cortez Irffi – UFC

George Felix Cabral de Souza - UFPE

Uiran Gebara da Silva - UFPE

Francisco Gleison da Costa Monteiro - UFPI

Fabiula Servilha de Souza - UFRN

Fábio Baqueiro Figueiredo – UFBA

Edvaldo Correa Sotana – UFMT

Francivaldo Alves Nunes - UFPA

Keith Vália de Oliveira Barbosa – UFAM

Marcos Vinicius de Freitas Reis – UNIFAP

Comissão Científica

Ana Sara Cortez Irffi – Universidade Federal do Ceará

George Felix Cabral de Souza - Universidade Federal de Pernambuco

Uiran Gebara da Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Francisco Gleison da Costa Monteiro - Universidade Federal do Piauí

Fabiula Servilha de Souza - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Fábio Baqueiro Figueiredo - Universidade Federal da Bahia

Edvaldo Correa Sotana - Universidade Federal do Mato Grosso

Francivaldo Alves Nunes - Universidade Federal do Pará

Keith Vália de Oliveira Barbosa - Universidade Federal do Amazonas

Marcos Vinicius de Freitas Reis - Universidade Federal do Amapá

Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Ian Merkel – Universidade de Groningen

Comissão Organizadora

Ana Carla Sabino Fernandes - Universidade Federal do Ceará

Ana Rita Fonteles Duarte - Universidade Federal do Ceará

Ana Sara Cortez Irffi - Universidade Federal do Ceará

Antônio Gilberto Ramos Nogueira - Universidade Federal do Ceará

Antônio Luiz Macedo – Universidade Federal do Ceará

Cláudia Freitas de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Kleiton de Sousa Moraes - Universidade Federal do Ceará

Kênia Sousa Rios - Universidade Federal do Ceará

Comissão Espaço da Graduação

Ana Suelle de Oliveira Gomes – Mestrado PPGH UFC

Francisca Eudésia Nobre Bezerra – Doutorado PPGH-UFC

Norma Sueli Semião Freitas - Doutorado PPGH UFC

Sumário

Apresentação7

Performances de masculinidades no *Grindr*: como as representações dos homossexuais na mídia ao longo dos anos influenciam o comportamento dos homens gays num espaço “seguro”9

Mateus Gonçalves da Silva

Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán

“Inimigos Internos”: as representações das práticas de atuação da Doutrina de Segurança Nacional na imprensa piauiense.....22

Vanessa Maria Evangelista Rodrigues

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

“Um simples amador da história do Piauí”: entre os passos e as páginas de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves.....35

Kamila Vytória Santos e Silva

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Ditadura Militar no Alto Rio Negro: Reflexões acerca dos conflitos territoriais e do protagonismo indígena.....51

Adriely Nazaré Almeida de Souza

Bruno Ribeiro Marques

A magistratura de paz em tempos de guerra (1835-1840)60

Leonardo Ryon Alves dos Santos

Danielle Moura Figueiredo

Acervos pessoais como instrumento de pesquisa histórica: o caso de Cosme Alves Netto73

Laícia Beatriz Nobre da Costa (UERN)

Doenças, médicos e curas (1855-1880)83

Antonio de Pádua da Silva Pereira Filho

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Lançamento Oblíquo: Eugenia Maria e as trajetórias das mulheres de Nova Mazagão na Amazônia94

Antonio Otaviano Vieira Junior

Maycom Cristyan Leal de Araújo

Seitas ritualísticas do século XXI: as apropriações e representações de seitas para Paimon presentes no filme Hereditário110

Iuri Furini Lopes da Silva

Evelane Mendonça de Oliveira

Gleudson Passos Cardoso

Do Estado do Maranhão e Grão-Pará ao leste asiático português: a trajetória política do mestiço amazônico Antônio de Albuquerque Coelho (séculos XVII e XVIII)123

Iris Carvalho Nascimento

Décio Marco Antonio de Alencar Guzmán

Ressignificando o passado: entrelaçando história e jogabilidade no contexto da Segunda Guerra134

Jainy Barbosa Teixeira

Madsonara Antunes Andrade

Ana Cristina Pereira Lima

Estado, domínio e dependências nas teias da religiosidade: uma análise das atas do III (589) e IV (633) Concílio de Toledo143

Maria Eduarda de Sousa Lopes

João Paulo Charrone

A Escola de Aplicação da UFPA e Paulo Freire: o audiovisual como atrativo no ambiente escolar154

Erike Gomes Pacheco

Thiago Broni de Mesquita

Uma cidade, dois nortes: a ambiguidade de mazaganistas que atravessaram o atlântico166

Allan William Lebrege da Costa

Antonio Otaviano Vieira Junior

Apresentação

A realização do Seminário Internacional História e Historiografia se constituiu num importante eixo de consolidação e ampliação de uma rede de investigação e produção do conhecimento histórico compreendendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O caráter itinerante possibilita a divulgação e promove a elevação da qualidade da produção científica, eliminando as barreiras da área da história no processo de internacionalização do conhecimento.

Ao suscitar o debate acadêmico no campo historiográfico potencializado pelos diálogos e o estabelecimento de balanços sobre as novas abordagens e tendências da investigação dos historiadores, o Seminário contribuiu para a renovação da historiografia das regiões compreendidas ao mesmo tempo em que incentiva a consolidação de grupos de pesquisas institucionais e a participação dos professores da educação básica.

O Seminário Internacional de História e Historiografia visa assegurar, em base ampliada, a continuidade de um evento que tem agregado docentes, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em torno dos desafios contemporâneos da investigação histórica.

A tomada de consciência da relação do historiador com a multiplicidade das dimensões temporais vem conduzindo ao entendimento segundo o qual, longe de qualquer pretensa natureza mimética do real, o discurso apoiado no trabalho de interpelação das fontes e elaboração escrita requer a problematização contínua de seus próprios procedimentos, escolhas e filiações.

Assim, ganha pertinência o exame crítico dos modos pelos quais, ao longo do tempo, a história se tornou um campo de conhecimento, com normas, rigores e interdições específicas. Amplia-se, portanto, o interesse em abordar a memória disciplinar como objeto de estudo, recusando sua cristalização canônica. Indagar e reconstruir as condições que, num dado presente, favoreceram a emergência de certas narrativas sobre o passado, em sintonia com

as projeções de futuro, é uma forma de sublinhar a historicidade constitutiva do saber histórico.

Afora a atualidade desse debate, que encoraja a percepção acadêmica das interfaces entre história e historiografia, o evento em apreço está inserido num conjunto de ações dedicadas à consolidação dos cursos de Pós-Graduação envolvidos. Ao incentivar o diálogo entre pesquisadores de História e áreas afins, o seminário tornará mais efetiva a troca de experiências e a explicitação de inquietações, desafios, metodologias e conceitos que têm delineado o horizonte dos trabalhos em andamento. Será, ainda, ocasião oportuna para ampliar os vínculos de cooperação científica e cultural com instituições com que o Programa de História deseja possuir acordo.

Performances de masculinidades no *Grindr*: como as representações dos homossexuais na mídia ao longo dos anos influenciam o comportamento dos homens gays num espaço “seguro”

Mateus Gonçalves da Silva¹

Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán²

Introdução

Este trabalho tem como objetivo compreender o modo como os homens gays de Belém, usuários do aplicativo de relacionamento *Grindr*, expressam e reagem às performances de masculinidade. Utilizamos aqui a palavra “performance” para significar: repetição de ações, atuações e encenações por meio da linguagem e dos discursos, constituindo e regulando tanto a sexualidade como o gênero e o sexo, a partir de padrões sociais considerados normativos. Além disso, busca entender qual a influência que as representações de homossexuais, ou o modo como a homossexualidade foi retratada, divulgada e construída pela sociedade contemporânea nas mídias dos últimos 30 anos, como filmes e séries, sob esses aspectos performativos.

O aplicativo *Grindr* foi escolhido, porque desde 2017 é um dos principais meios de interação entre homens gays no universo cibernético global, sejam eles “assumidos³” ou não, por ser discreto, georreferenciado e prático para conversação. Por tais razões, o *Grindr* é considerado por muitos como um meio seguro para homens interagirem num episódio sexual com outros homens, e na maioria dos casos viverem experiências sexuais, sem se preocupar

1 Universidade Federal do Pará (UFPA), graduando em História (IFCH/UFPA).

2 Doutor em História pela Université de Paris-Sorbonne (França), Mestre (DEA) em Histoire et Civilizations pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris-EHESS (França), Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Especialista em História da Amazônia pela UFPA, Bacharel em História pela UFPA. Professor Associado da Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) sobre “História Digital na Panamazônia”.

3 Esse é um termo utilizado para alguém que assume suas crenças e ideologias diante da sociedade. Nesse caso é referente a um homem que é abertamente homossexual e que não intenção de esconder sua orientação sexual.

com preconceito, exclusão social e violência física - como é enfatizado pelo autor Richard Miskolci.

Sobre a influência da teledramaturgia nesse contexto, existe uma célebre frase escrita pelo escritor Oscar Wilde que é “a vida imita a arte”. Isso se daria pelo fato de que toda construção visual e linguística exerce, mesmo que de forma inconsciente, uma influência na mente de seus ouvintes. No entanto, o filósofo grego Aristóteles tinha uma concepção distinta sobre esse assunto: ele acreditava, ao contrário de Wilde, que “a arte imitava a vida”, pois essas mesmas construções e representações performativas são forjadas em elementos da vida cotidiana dos indivíduos e seus pensamentos, sendo quase difícil fugir dessa relação.

E tais opiniões já foram utilizadas por autores recentes para analisar situações do dia a dia e recortes sociais, como Lucas Gaulia Drummond, Larissa Moraes dos Santos, Júnia Vogel Olbermann, Lívia Pedersen de Oliveira e Andrea Poletto Ultramari. Logo, torna-se imprescindível em nossa investigação obtermos algum nível de compreensão da representação performativa para chegarmos a uma compreensão das ações dos indivíduos, homens, belenenses, gays e usuários do aplicativo *Grindr*.

A base bibliográfica da discussão de conceitos e definições para efetuar em nosso estudo essa tarefa vem de Richard Miskolci e de suas obras acerca do gênero e da sexualidade gay, principalmente as focadas nas interações homossexuais dentro das redes sociais e as transformações trazidas pela homosociabilidade, entre eles: “*Estranhos no paraíso: notas sobre os usos de aplicativos de busca de parceiros sexuais em San Francisco*” (2014), “*Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais*” (2014) e “*Desejos Digitais: Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line*” (2017).

Também partimos das reflexões de outros pesquisadores para aprofundar nossa investigação. Eles fizeram indagações a respeito da masculinidade no *Grindr* nos últimos anos, como Rafael Grohmann em “*Não soul não curto: sentidos midiaticizados de masculinidade, feminilidade e classe social nos discursos de apresentação do aplicativo Grindr*” (2016), Lucas Teixeira Tavares em “*Uma análise dos discursos circulantes sobre a “bicha afeminada” no Grindr*” (2021), Luiz Alex Silva Saraiva, Leonardo Tadeu dos Santos e Jefferson Rodrigues

Pereira e sua produção “*Heteronormatividade, Masculinidade e Preconceito em Aplicativos de Celular: O Caso do Grindr em uma Cidade Brasileira*” (2020).

Sendo essas produções científicas o ponto de partida inicial para o prosseguimento desta pesquisa, elas contribuem para a análise das identidades dos usuários do aplicativo de relacionamento e seus desejos por outros utilizadores da mesma rede social.

As práticas e performances sexuais no *Grindr*

De acordo com a perspectiva de Miskolci o meio digital transformou as práticas sociais nos seus campos das relações de gênero e sexualidade, produzindo práticas como “cruising”⁴, para a contemporaneidade, e de certo modo “digitalizando” o desejo dos indivíduos, um ponto muito embebido das definições e papéis agregados ao masculino e feminino, algo vivido em todos os espaços habitados. Um espaço virtual; como um aplicativo de encontros entre homens; não é exceção.

No livro “*Cruising. História íntima de un pasatiempo radical*”, seu autor Alex Espinoza une suas experiências pessoais com o cruising a uma análise sobre perspectiva da sociedade sobre os encontros sexuais entre homens ao longo da história, desde da mentalidade existente nas cidades gregas, a vigilância policial nos pontos de encontros no entorno dos centros comerciais, até a criação dos “*Websites*” no início dos anos 2000 que se tornaram a nova forma de marcar tais encontros, para relatar a importância dos encontros para afirmação desses indivíduos e as transformações sofridas com o tempo. Por mais que Espinoza centre suas observações e entrevistas na comunidade gay de Los Angeles no final do século XX, as conclusões dele não chegam a ser estranhas para a realidade vivida pelos homossexuais de Belém, que por sua vez também tem pontos de encontro, como boates, saunas, locais públicos conhecidos entre a comunidade, além do uso do *Grindr* nos últimos anos. Sendo formas de viver a sexualidade sem se preocupar com o julgamento e preconceitos vindos de pessoas próximas.

4 O “cruising”, como é chamado a prática do sexo em locais públicos, é um ato muito exercido pelos homens gays desde os surgimentos das primeiras cidades ao redor do mundo e durante um longo período foi a principal forma, senão a única, deles encontrarem outros homens com “interesses” comuns e viverem sua sexualidade, mesmo que de forma casual e secreta.

E muito desse intuito se deve a perseguição e criminalização da homossexualidade desde séculos passados e que ainda é uma realidade muito vivida pelos membros da comunidade LGBTQIAPN+, principalmente em países do Oriente Médio como o Irã e a Arábia onde existe leis que proíbem, e outros países como o Brasil, onde os direitos do cidadão como o casamento, por exemplo, ainda são motivo de debate e ataque.

É nesse cenário no qual o *Grindr* surge e assume uma relativa importância na vida desses indivíduos, pois por ser um aplicativo que permite interação entre usuários da mesma região, visualizar a distância destes, proteger sua privacidade e selecionar as características dos perfis daqueles que desejam se encontrar, ele acaba se tornando a opção mais viável para esses indivíduos que se sentem “recessos” com sua orientação e que precisam tomar “precauções” em seu cotidiano para guardarem certa segurança. Além disso, sendo o principal uso do mesmo o gerenciamento de encontros sexuais, tornou-se possível identificar com mais cuidado o tipo de homem que mais atrai o usuário, modificando a preocupação principal desses indivíduos de se proteger de possíveis violências para divulgar sua imagem e identidade de modo a conseguir o maior número possível de encontros, em outras palavras, na construção de um perfil que seja o mais atraente possível dentro de sua área de interesse.

Isso é algo visível nos trabalhos recentes de Miskolci e de pesquisadores orientados pelo mesmo, como Renato Contente Freire de Menezes⁵, João Paulo Ferreira⁶, Keith Diego Kurashige⁷, Felipe Padilha⁸, entre outros. Pesquisas essas que giram em torno das facetas da comunidade queer, da utilização do *Grindr* pelos homossexuais, questões mais específicas das cidades onde as pesquisas foram realizadas, as modificações trazidas nos encontros entre

-
- 5 Representações de masculinidades nos aplicativos de busca de parceiros; Início: 2019; Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco; Orientador: Richard Miskolci.
 - 6 Desejos Comodificados: dos classificados aos perfis nos aplicativos na busca por parceiros do mesmo sexo; 2017; Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Orientador: Richard Miskolci.
 - 7 Marcas do Desejo: um estudo sobre os critérios de seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas criadas online em São Carlos; 2014; Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Orientador: Richard Miskolci.
 - 8 O segredo é a alma do negócio: mídias digitais móveis e a gestão da visibilidade homossexual masculina na região de São Carlos; 2015; Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Orientador: Richard Miskolci.

homens, e até mesmo o tipo de linguagem usada para se descrever e contactar outros homens.

Em seu texto, Lucas Teixeira Tavares faz um análise sobre a homossexualidade ao longo da história brasileira, começando com a perseguição da igreja católica desde o período da história colonial brasileira, sua criminalização, o preconceito que se enraizou na sociedade mesmo após a proclamação da constituição de 1988, a criação dos romances homoeróticos no século XIX, a ditadura militar nas décadas de 1960 e 70, a onda do HIV e até momentos mais recentes, com a popularidade das *Drag queens* e de *Influencers* abertamente gays.

A principal conclusão de Tavares, é que mesmo com a comunidade sendo afetada como um todo por esses eventos e o preconceito, existe uma clara distinção na gravidade em que os mesmos afetam os homossexuais, com o indivíduo considerado uma “bicha afeminada” sendo muito mais “prejudicado” do que aquele que se enquadra numa certa heteronormatividade. Isso porque na maioria dos casos seria o homem mais afeminado que seria pautado pela sociedade como o gay, aquele que quebra as normas, aquele que é associado às infecções sexuais, a pobreza e que não aceitaria seu gênero, querendo se tornar algo que não deveria ser. E em contrapartida a isso, o homem que se encaixaria nos padrões ,seguiria essa heteronormatividade e na maioria dos casos não tem sua orientação sexual assumida, ainda seria alvo de preconceito, porém diferente do primeiro ele conseguiria se misturar ao restante da sociedade, usando dessa “descrição” como uma proteção e até mesmo motivo para praticar preconceito com os membros da comunidade que não conseguem e/ ou não querem fazer o mesmo.

E esse fato permanece refletido no espaço das relações virtuais gays do *Grindr*, onde ocorre uma supervalorização daquele que se pronuncia como másculo e uma rejeição daquele que se envolve ou se representa com o feminino ou afeminado, ocorrendo uma interligação entre a imagem deste último a características de saúde, jurídicas, hierárquicas e até mesmo históricas estigmatizantes.

E dentro disso, existiriam ainda outras complexidades que se associariam a questões de raça e classe social, pois demarcam ainda mais esse debate em torno do masculino e feminino, e o lugar deles dentro da sociedade.

Os perfis do *Grindr*

As análises foram feitas a partir da coleta 300 perfis de usuários do *Grindr*, com o foco para os “*nicknames*”, as “*tags*” e a descrição, que são as três áreas do perfil onde os utilizadores costumam expressar suas identidades e desejos; os comentários de “*youtubers*” gays sobre conversas, perfis e suas próprias experiências dentro do aplicativo; e do desenvolvimento de personagens homossexuais em obras dos últimos 30 anos e suas repercussões entre os telespectadores.

Os perfis, foram escolhidos como principal base de “análise”, pois eles são a forma como cada usuário decidiu se apresentar diante dos sujeitos da comunidade. Neles é possível ver a relação que a maioria dos usuários tem com “o masculino” ou a “masculinidade”, seja a sua própria ou a de um terceiro. Os comentários dos *youtubers* entraram na pesquisa como um modo de verificar as opiniões de alguns membros da comunidade **LGBTQIAPN+** que também já fizeram uso do aplicativo em algum momento, tiveram sobre ele e as interações ali consumadas ou não.

Outrossim, foram selecionadas algumas produções devido às questões de representação e referencial, pois obras televisivas (com um peso maior para as novelas) retratam as indagações e interesses da sociedade da época, além de influenciarem o comportamento de seu público. Possuindo grande relevância na atribuição de valores de uma identidade nacional participativa e influência dada a sua abordagem, nesse caso diante do público homossexual durante as últimas décadas.

Classificando as performances no *Grindr*

Em relação aos dados dos perfis dos 300 usuários coletados, foram vistas as características de “representação” dos mesmos, com os “*tags*”, “tribos” e imagens sendo possível obter uma noção quantitativa, enquanto que com os “*nicknames*” e a descrição, uma visão mais qualitativa, por serem áreas

9 O nome de usuário tem uma importância vital no mundo on-line, pois é como um cartão de visitas no ambiente virtual, mas do que um apelido, ele é uma identidade. O mesmo ocorre no *Grindr*, em um ambiente em que poucos utilizam seus reais nomes, ele é o primeiro passo na construção do seu “eu” nesse espaço e muitas vezes resume as intenções de cada usuário.

de identificação mais personalizadas. Nos “nicknames”(nomes dos perfis) a maior parte dos usuários os utilizam para definir sua intenção imediata, ou seja, se estão “disponíveis” ou não (para iniciar um diálogo virtual) e se possuem ou não local para o encontro presencial com um parceiro, uma segunda parcela usa o *nickname* para definir sua maior característica física, psicológica, sexual etc., podendo ser o identificador da sua posição sexual (top, botton, etc.) ou seu nível de discrição (assumido, não-assumido etc.). Nesse caso, se preferem sigilo, se são casados, e em muitos casos o tamanho de seu pênis. Apenas 17% dos usuários indicam seu próprio nome como *nickname*, escolhendo a melhor identidade que possam controlar em sua performance antes, durante e após o contato com os outros usuários.

As “tags” de 174 do total de usuários pesquisados não utilizaram “marcadores”; 45 utilizaram marcadores variados sempre incluindo os termos “discreto”, “sigilo”, “macho”, “não assumido” e/ou “dotado”; os 81 restantes se centravam em características físicas, tipo de relacionamento e fetiches. No item de pesquisa referente às “tribos” (grupo de pessoas com ocupações ou interesses comuns, ou ligados por laços de amizade virtual através do aplicativo *Grindr*), 25 se identificaram como discretos em sua tribo; 207 não se identificaram em nenhuma categoria, 2 se identificaram como nerds, 2 se identificaram como papai, 5 como elegantes, 8 se identificaram como ursos, 2 como malhadinho, 1 como twink, 1 como travesti, 1 como lontra e 4 como garotos.

Além disso, 43 perfis se identificaram com mais de um grupo no item: 2 se identificaram como papai e discreto; 1 se identificou como elegante, discreto e nerd; 3 como nerd e garoto; 1 como elegante, discreto e barbie; 1 como elegante e discreto; 1 como papai, nerd e garotos; 2 como discreto, nerd e garotos; 1 como elegante, papai e discreto; 1 como urso, discreto e sóbrio; 1 como urso, discreto e garotos; 2 como urso e discreto; 1 como elegante malhadinho e garotos; 1 como discreto, malhadinho e garotos; 1 como urso e nerd; 1 como urso, elegante e discreto; 1 como elegante, discreto e trans; 2 como elegante, discreto e garotos; 1 como discreto, nerd e malhadinho; 1 como urso, papai e garotos; 1 como papai, discreto e nerd; 1 como discreto, nerd e sóbrio; 2 como discreto; twink e corte limpo; 1 como urso e geek; 1 como papai; discreto e geek; 1 como corte limpo, discreto e atleta; 1 como urso, papai e discretos; 2 como discreto; geek e twink; 1 como urso; papai

e couro; 1 como discreto e lontra; 1 como urso e twink; 1 como discreto e twink; e 4 como sóbrio, papai e discreto.

A parte da descrição no aplicativo *Grindr*, é o espaço virtual que os sujeitos utilizam para definir com detalhes seus objetivos e regras para seus encontros. Em suma, é aqui que eles de fato podem expressar sua opinião sobre si mesmos e o tipo de parceiros que buscam. A maioria desses usuários opta por uma abordagem simples. Resumindo em poucas palavras, é aqui que os usuários postam no aplicativo os instrumentos de visibilidade que precisam oferecer aos possíveis parceiros para ter contato. Por exemplo: foto de rosto no primeiro contato, indicar claramente se gostam ou não de “afeminados”, se querem uma relação sexual ou amizade casual ou não, e outros usuários estabelecem listas de regras para o relacionamento e/ou encontro.

E por fim, na parte reservada à imagem corporal, onde se mostra o corpo (todo ou em partes) virtualmente, 101 perfis optaram por mostrar imagens de seu tronco sem camisa, exibindo os músculos e optando por não mostrarem seus rostos, 51 dos perfis mostram seus rostos com destaque, alguns apresentando parte do corpo e outros não, 57 usaram imagens diversas como paisagens naturais (praias, jardins, florestas, o céu, etc.), roupas, desenhos ou objetos e 90 optaram por não utilizar imagem nenhuma em sua representação.

Quanto aos “*youtubers*”, todos eles possuem perfis parecidos e objetivos semelhantes na construção de seus quadros sobre o *Grindr* em seus canais. Sendo todos homens de classe média, gays assumidos, na faixa etária dos 20 anos, antigos utilizadores do aplicativo e não possuidores de pretensões em retornar ao seu uso no momento atual de suas vidas, se limitando apenas a comentar sobre esses diálogos e perfis que são expostos na internet e relacioná-los com suas próprias experiências. Sendo essas ações feitas de uma forma bem-humorada e ao mesmo tempo irônica, principalmente ao se depararem com perfis de usuários que se enquadram na categoria de “problemáticos” ou “gays tóxicos”, por dentro do aplicativo praticarem preconceito com outros membros da comunidade.

A principal problemática muito criticada por eles, seja nos comentários sobre os diálogos e/ou suas experiências pessoais, pode ser associada ao perfil de usuário que se auto-identifica como “macho discreto”, o tipo de usuário

que praticamente nega sua homossexualidade, rejeita os perfis que se enquadram como “afeminados e afetados”, e na maioria das vezes tentar ocultar o máximo possível as informações sobre si próprio. Sendo um alvo de críticas, tanto por negar em certo ponto sua própria orientação sexual homoafetiva, quanto por demonstrar incômodo com os indivíduos que são mais abertos a ela, não gostando de os mesmos serem assumidos e possuírem outro tipo de masculinidade, sem ser a completamente voltada normativa.

Esses perfis de usuários que apresentam dentro do *Grindr*, aplicativo muito voltado para os membros masculinos da comunidade, um cenário de exclusão e propriamente homofobia, pois há um claro “juízo moralizante e tentativa de invalidar a masculinidade alheia, muitas vezes não considerado do gênero masculino por não se enquadrarem na padrão da sociedade, como possuir um corpo forte e sarado, possuir uma personalidade dominante, serem envolvidos com assuntos de esporte, terem dinheiro, em outras palavras, não deixarem visível qualquer mínima característica ou gosto considerado feminino. Tentando manter o máximo possível de distância de perfis que fogem do padrão ideal de homem desejado, o cara teoricamente “hétero”, ao mesmo tempo que eles próprios são julgados por outros usuários por possuírem suficientemente ou não essas características, vivendo então esse cenário de preconceito.

O que nos leva ao resultado da última análise, as das teledramaturgias. Essa associação é baseada no que foi comentado anteriormente sobre os personagens gays das novelas brasileiras das últimas 3 décadas, filmes e séries populares que caíram no gosto da comunidade gay. Entre elas, podem ser citadas “Amor a Vida” de Walcyr Carrasco, cujo principal vilão e eventualmente protagonista era um homem gay considerado afeminado; “Terra e Paixão” do mesmo autor, onde o casal gay “Kelmiro” se tornou mais popular para o público que o casal principal; a série “Heartstopper” adaptada de uma HQ de Alice Osman e considerada uma obra leve para o público jovem e queer¹⁰.

No entanto, como forma de exemplificar como essas obras exercem influência sobre o público, nesse caso os homens gays, e simultaneamente são

10 Queer é uma palavra em inglês que significa “estranho”. O termo é usado para representar as pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros, sem concordar com tais rótulos, ou que não sabem definir seu gênero/orientação sexual. Inicialmente possuía um sentido pejorativo e utilizado como um termo ofensivo, porém foi ressignificado durante os anos 80 por atividades e se tornou uma parte integrante da comunidade LGBTQIAPN+.

um reflexo de sua atualidade, a obra mais adequada seria “Pantanal” uma novela originalmente produzida por Benedito Ruy Barbosa. Isso se deve ao fato de a mesma possuir 2 versões, a original produzida no início da década de 1990 e a mais recente em meados de 2022, sendo esta última feita com certa fidelidade a antecessora, porém tendo atualizações necessárias, como foi o caso do personagem Zaqueu.

Zaqueu, o mordomo da primeira esposa do protagonista, que após a morte da patroa decide morar na fazenda e se tornar um peão, tem que lidar com o preconceito por ser assumidamente gay, afeminado enquanto trabalha num ambiente que exalta muito o masculino. Se na primeira versão Zaqueu se tornou um alívio cômico e os comportamentos homofóbicos contra ele eram tratados como piada, na mais recente ele foi aprofundado, ainda mantendo sua personalidade e sua linha cômica, mas dessa vez com um olhar mais consciente sobre a homofobia, principalmente com sua amizade com os peões, fazendo que dessa vez terminasse a novela ao lado um namorado e fosse respeitado por seus colegas.

A mudança na narrativa foi algo diversas vezes noticiado no site da globo, o Gshow, onde mostrava a satisfação do público com o personagem e com o ator que também é assumidamente gay, o que demonstra a realidade mais recente da sociedade sobre o tema. De mesmo modo, a primeira versão não pode ser vista meramente como errônea, mas sim como datada, pois ela foi construída com base no que era “aceitável” para a época e que veio ser debatido recentemente, a criação e uso do *Grindr* também se mostra uma consequência disso, e por sua vez também atribuiu mudanças a esse novo momento de tal debate.

Considerações finais

Durante a pesquisa, foi possível identificar o quanto os marcadores de gênero são presentes nas representações dos homens gays feitas nos meios televisivos, nas interações deles dentro do aplicativo e principalmente nas definições de si próprios em seus perfis, existindo uma obrigatoriedade para eles de performarem um “eu” extremamente “masculino” e rejeitarem o que fugiria disso ou do contrário, de apresentarem muitas características definidas como femininas, por exemplo possuir uma voz fina, ser fisicamente mais “delicado,

fazer uso de maquiagem e de desejarem exclusivamente o primeiro tipo, não existindo em certo ponto um meio termo ou “individualidades aceitáveis”.

O que acaba gerando uma situação controversa, pois além da busca dos próprios usuários de viverem sua identidade e orientação por meio do aplicativo, o próprio é promovido como uma ferramenta de inclusão, responsável por incentivar os indivíduos da comunidade LGBTQIAPN+ a compreenderem seus próprios corpos, terem acesso a informações sobre vida sexual, apoio psicológico e combate às formas de opressão. No entanto, a realidade dentro deste espaço “seguro” vem a ser muito diferente para seus usuários, que acabam tendo um “relacionamento” complexo com ele.

Além disso, o quanto essas representações expostas nas mídias acabam impondo aos sujeitos homossexuais definições e as qualificando como padrões a serem seguidos. Os personagens apresentados nas obras, são criados com a intenção de mostrar as características do sujeito homossexual para a sociedade, e enfatizar os aspectos positivos e/ou negativos deles, logo personagens como Félix de “Amor à Vida” que se torna um vilão devido a rejeição do pai a sua personalidade mais afeminada ou o casal “Kelmiro” de “Terra e Paixão” onde encontramos duas figuras muitas disseminadas do homem gay, de um lado um jovem, branco, afeminado, assumido, sem contato com a família e adorador da figura do homem hétero, e do outro um homem mais velho, crescido no trabalho braçal, que a todo momento faz questão de reiterar sua virilidade e negar qualquer interesse e contato com outro indivíduo do mesmo sexo.

Desse modo, essas representações se tornam uma espécie de exemplo de a comunidade e pessoas externas a ela, contribuindo assim para o comportamento deles no *Grindr*, que mesmo sendo um ambiente virtual tido pelos próprios como neutro, não escapa da necessidade deles de performarem uma identidade que possa ser aceita pelos demais, o que também acaba gerando exclusão e preconceito entre os mesmos.

Referências

BRITO, Leandro Teófilo de. Performances de masculinidades na História da Educação Física em fins do século XIX. **Revista Diálogos**, Rio de Janeiro, v. 10, 2, p. 41-51, jul./dez. 2016.

DARDE, V. W. S.. **A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira**. Revista de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS), v. 14, p. 223-234, 2008.

DRUMMOND, Lucas Gaulia. **“Amor à Vida”**: um marco da representação homossexual nas novelas das oito da Globo. 2014. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ESPINOZA, A.; VALDIVIA, C. **Cruising**: história íntima de un pasatiempo radical. Madrid: Dos Bigotes, Febrero De, 2020.

GROHMANN, R.. **Não sou/ não curto**: sentidos midiaticizados de masculinidade, feminilidade e classe social nos discursos de apresentação do aplicativo *Grindr*. Sessões do Imaginário (Online), v. 21, p. 70, 2016.

LEMOS, Carlos de Almeida. **A Imitação em Aristóteles**. Anais de Filosofia Clássica, [S. l.], p. 84-90, 17 abr. 2018

MISKOLCI, Richard. **Estranhos no Paraíso**: notas sobre o uso de aplicativos em San Francisco. 2014 (Apresentação de Trabalho/Seminário).

MISKOLCI, Richard. **Negociando Visibilidades**: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, 2014.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros online. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

NICOLAU, Evandro Carlos. **Arte imita a vida ou a vida imita a arte?**. Tradução. O Imparcial, Araraquara, 2005, p. 2 abr. 2005.

SANTOS, Larissa Moraes dos. **A vida imita a arte ou a arte imita a vida?**: estudo de caso da novela cheias de charme (2012) na perspectiva da Agenda Setting. 2023. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas), Instituto de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SILVA, L.; SANTOS, R.; ANDRADE, J. A abordagem homossexual nas telenovelas brasileiras. **XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. 17 maio 2014.

SARAIVA, L. A. S.; SANTOS, L. T. D. A.; PEREIRA, J. R. Heteronormatividade, Masculinidade e Preconceito em Aplicativos de Celular: O Caso do *Grindr* em uma Cidade Brasileira. **Revista Brasileira de Negócios**, v. 17, n. 1, pág. 114-131, 2020.

TAVARES, Lucas Teixeira. Uma análise dos discursos circulantes sobre a “bicha afeminada” no *Grindr*. **Revista Discente Planície Científica**, v. 3, n. 1, 2021.

VOGEL OLBERMANN, Júnia; PEDERSEN DE OLIVEIRA, Livia; POLETO OLTRAMARI, Andrea. A Vida Imita a Arte ou a Arte Imita a Vida? Um Olhar Para o Desemprego e Suas Implicações na Vida do Indivíduo sob a Perspectiva da Ficção. **Revista de Ciências da Administração**, [S. l.], v. 19, n. 49, p. 117–132, 2017.

“Inimigos Internos”: as representações das práticas de atuação da Doutrina de Segurança Nacional na imprensa piauiense

*Vanessa Maria Evangelista Rodrigues¹
Francisco de Assis de Sousa Nascimento*

Resumo

O presente trabalho empreende analisar as ações da ditadura militar no Estado do Piauí a partir das práticas coercitivas do poder estatal sob os moldes da Doutrina de Segurança Nacional — isto é, um conjunto de regras na qual os militares seguiram em um liame de imposições, conotadas desde a questão educacional, moral e cívica — frente aos sujeitos sociais, os quais eram enquadrados pelos militares como “subversivos” — inimigos políticos que promovia um paradigma de governo contrário ao regime vigente — através das representações nos meios jornalísticos seja na condução de um memória repressiva explícita ou implícita do discurso promovido pela atuação das forças, o qual mesmo limitado, seletivo e fragmentado evidenciava os rastros da violenta articulação política. A metodologia adotada envolve o estudo de materiais bibliográficos relacionados à pesquisa, com base em representações discursivas e culturais elaboradas por pesquisadores como José Murilo de Carvalho, Nilson Borges, Daniel Aarão, Carlos Fico, entre outros. Além disso, foram considerados trabalhos de historiadores da Universidade Federal do Piauí. Bem como, a análise de periódicos do Arquivo Público do Estado do Piauí, com foco especial nos jornais O Dia e O Estado do Piauí.

Palavras-chave: Doutrina de Segurança Nacional; Imprensa; Ditadura; Piauí.

Introdução

Orquestrado em fins de março e começo de abril de 1964 — vide a destituição do presidente João Goulart — o golpe de Estado delineava a instauração da ditadura civil-militar no Brasil, onde a mão de ferro que conclamava

1 Graduada do curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí, Campus Petrónio Portella.

2 Professor Associado da Universidade Federal do Piauí. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade do Estado do Piauí.

os ditames do processo intervencionista estava cunhada pela ordem militar radicalizada a partir de um conjunto de forças políticas conservadoras que empreendia-se por bandeiras defensivas pela salvação da democracia, da família, do direito, da lei, isto é, de ideais enquadrados no discurso da tutela de uma civilização ocidental e cristã.

No Estado do Piauí, o processo que encerrava a experiência republicana iniciada em 1945 e inaugurava o cenário político figurado pela junta militar ganhava foro nos periódicos piauienses, a título de exemplo, o jornal *O Dia*, inscrevia o desencadeamento das ações tomadas frente a crise institucional após o golpe, com a manchete o “BRASIL A CAMINHO DA PAZ” (*O Dia*, 2 de abril 1964, A, p. 1). Parte da postura adotada pela imprensa — frente a conseqüente derrubada do governo constitucional de Goulart que fora mediado por questões como reformas de bases ao país e a eferescente ideia axiomática no contexto internacional de comunicação e subversão — buscava legitimar o golpe fomentando o discurso em defesa da ordem e segurança nacional, contra os subversivos. Para o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, os jornais impressos devido sua afinidade com os políticos “Liberais” que fizeram parte da coalizão civil-militar de 1964, temperavam a defesa da liberdade com “[...]transigência a intervenções autoritárias para defesa do status quo[...]” (Motta, 2013, p. 63).

Em linhas gerais, o regime militar implantado em 1964 estava condicionado às intervenções das Forças Armadas que angariavam sucessivamente um forte papel de destaque no processo político brasileiro. É importante conotar, que no complexo histórico brasileiro os militares sempre se revestiram do caráter de atores políticos atuantes circunscritos como meio para o restabelecimento da ordem institucional, dado que, consolidou-se no seio da cultura militar o sentido do destino manifesto militar de “salvaguardar a pátria”. Retrato dessa afirmativa reverbera-se em uma nota redigida pelo Coronel Cmt. da Guarnição Federal de Teresina, Francisco Mascarenhas Façanha, em 2 de abril de 1964 e divulgada no jornal *O Dia*, que relatava:

A Guarnição Federal de Teresina integralmente solidária com 4º exército e 10ª Região Militar, no firme propósito de preservar a paz e a tranquilidade do povo teresinense, faz veemente

apelo para que todos confiem na patriótica e democrática ação das Forças Armadas, colaborando de maneira decisiva, na preservação da ordem e segurança da família brasileira (O Dia, 1964, B, p. 1).

“No interior do Estado, um Estado dentro do Estado, as Forças Armadas” (Reis, 2014, p. 170). Consoante a Daniel Aarão, os militares eram anjos tutelares da república; tal visão propiciou o estabelecimento do poder moderador nas mãos das forças militares, que após o golpe, para além da função arbitral-tutelar, ou seja, de intervenção transitória, passou a assumir o papel de dirigentes do Estado, onde o escopo da base ideológica e doutrinadora que permitia a manutenção do poder instaurado em 64 concebendo o ideário de um Estado forte vinculava-se sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha por objetivo treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional (Alves, 2005, p. 28), essa ameaçada pelos “inimigos internos”, assim denominados aqueles que se posicionavam com ideologia contrária à defendida pelos militares.

Ao que pese a estrutura do corpo do trabalho, este se circunscreve partindo de uma análise da Doutrina de Segurança Nacional, seguido da descrição da função da imprensa como instrumento de legitimação do regime militar e por fim delinea a representação dos “inimigos internos” nos jornais piauienses, evidenciando como esses elementos foram desenvolvidos para a manutenção do estado de exceção durante esse período histórico

Desenvolvimento

Doutrina de Segurança Nacional: esqueleto teórico que fundamentou os regimes militares

A priori, é preciso deleitar-se sob a gênese da Doutrina da Segurança Nacional, que a partir de um olhar adotado pelas ditaduras na América Latina, a política de segurança nacional tem por concepção um viés que se reveste por objetivos redentores/restauradores, estabelecendo-se com uma duração indefinida, ancorada em um controle policial, onde a repressão era uma medida

eficaz, doutrina firmada como um quadro teórico por suas ações políticas, com objetivo de evitar o enfraquecimento do sistema defensivo, buscava fortificar o Estado, moldando o militarismo duradouro a fim de minimizar e neutralizar a ameaça da subversão.

A Doutrina de Segurança Nacional, era então uma política responsável por garantir a conquista e ou a manutenção dos objetivos nacionais, ou seja, a segurança contra os revolucionários comunistas que tentavam conquistar a “mente do povo brasileiro”, e, principalmente, lutar contra os “inimigos internos”, que deveriam ser controlados, perseguidos e eliminados de nosso país.

Formulada pelos militares que se aglutinaram na Escola Superior de Guerra, na realidade o conceito moderno de segurança nacional vai aparecer pós segunda grande guerra e se firmar efetivamente com o advento da guerra fria, elementos da “teoria guerra total” e do confronto inevitável das duas superpotências incorporaram a ideologia de segurança nacional na América Latina. Ou seja, assumindo a ideologia de “segurança interna” em face da ameaça de “ação indireta” do comunismo.

No Brasil, a ideologia de “Segurança Nacional” tem como referencial teórico o General Golbery do Couto e Silva, da Escola Superior de Guerra (ESG), com o seu “Manual Básico da Escola Superior de Guerra”, sendo um dos manuais que expõem a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), para o treinamento profissional e ideológico para militares e tecnocratas da burocracia de Estado (De Araújo, 2011, p. 3). Onde a presença da Doutrina passa a assumir na proposição da ESG um papel estratégico, de modo articulado e subordinado à política de segurança interna, identificado segundo Golbery, a partir de estratégias que se ampliam em diretrizes econômicas, políticas, psicossociais e militares. Com o fito, pelo bem comum, integrado por dois valores: a segurança e o desenvolvimento, interdependentes (ESG, 1975, p. 35), isto é, base para a idealização de uma política nacional de segurança preventiva que objetivava criar e a manter a ordem política, econômica e social e promover o Bem Comum.

A Doutrina de Segurança Nacional é adotada então como parte fundante ao regime, posto que, propiciou a atribuição da nova ordem, não como um golpe, mas como uma *vocação revolucionária*. Configurando assim a ditadura

soberana, que se fundamenta na capacidade de *revolução* ao se legitimar por ela mesma e de substituir toda a jurisdição existente (Borges, 2014. p. 27). Fato que pode ser ilustrado na veiculação das ações que estampavam os periódicos, onde se toma como exemplo: as comemorações de 1968, na qual o jornal O Dia anunciava: “o 4º aniversário da Revolução Democrática de 31 de março de 1964, que se instaurou no país para a glorificação e fortalecimento dos mais sagrados princípios da liberdade e dos direitos do povo brasileiro.” (O Dia, 1968, p. 1).

Explicitando assim à autoridade vigente enquanto autodotada e consolidada sob o viés de um movimento revolucionário; o esqueleto teórico da DSN apontou o inimigo interno, e promoveu a imagem das forças armadas como condição heroica de reintegração do país. A *vocação revolucionária* também pode ser vista na manchete de março de 1972 que ecoava, “A REVOLUÇÃO FEZ PELO POVO EM 8 ANOS O QUE JAMAIS HAVIA FEITO EM DÉCADAS” (O Dia, 1972, p. 2).

Imprensa piauiense: a caixa de ressonância dos que ditam

Com o fito de analisar de que modo a imprensa teresinense projetava para a opinião pública a euforia provocada pelas transformações processadas após o golpe que irrompeu violentamente com o sistema democrático vigente, e de sobremaneira, como fora salientado as representações das práticas repressivas — prisões, perseguições, denúncias, controle social, dentre as várias medidas e ações empreendidas — em nome da dita segurança coletiva, essa angariada no arcabouço teórico da Doutrina de Segurança Nacional a qual fora criada com a finalidade de institucionalizar a coerção face a ameaça de subversão, deleita-se nos recortes dos periódicos *O Dia* e *O Estado do Piauí*.

É notório que a imprensa trabalhou, em um primeiro momento, de forma orquestrada objetivando o que acreditava como defesa da democracia, mas que categoricamente passou a assumir um papel de caixa de ressonância dos setores repressivos. Nesse sentido, é passível caracterizar os jornais *O Dia* e *O Estado do Piauí*, os quais embora em um primeiro momento se denominavam órgãos independentes, passam ao longo do período a imbricar a trama histórica, aparelhados ao governo militar onde se tornam essa caixa de ressonância oficial, posto que, compatibilizam aos discursos governamentais, tornando-se

palco das práticas e discursos do regime. A imprensa passou a ser vista como um espaço de legitimação do projeto político militar. Tal como corrobora o historiador Leandro Castro:

Os jornais de viés mais conservador, como *O Dia*, *O Estado do Piauí*, *Jornal do Piauí*, trazem textos elogiosos aos militares, escritos por nomes ligados à grande propriedade e ao comércio local que procuraram estabelecer, em um primeiro momento, no processo de acirramento político, um clima de medo com relação às “reformas” e ao governo Jango e, logo após o golpe um sentimento de otimismo com os novos “donos do poder (Araújo Castro, 2022. p. 32).

Logo, é perceptível a influência dos jornais como forte ferramenta do governo militar, devido a capilaridade e aproximação destes com a massa, *locus* de expressão do imagético ditatorial, os jornais como meios oficiais ressoavam os discursos propagados pelo governo e a sociedade digeriu o momento histórico que estavam vivendo a partir desta veia, posto que, quase toda a população piauiense tinha acesso a tais jornais, de sobremodo, os periódicos que estão sendo foco de análise. Estes que tiveram a capacidade de atuar na memória coletiva (Halbwachs, 2013.) da sociedade da época de modo fundamental para a manutenção do governo autoritário.

Segundo a historiadora Marylu Alves de Oliveira, o jornal *O Dia* foi fundado em 1951, estabelecendo se na cidade de Teresina e Parnaíba, o jornal se autodefinia como um “[...]órgão independente, noticioso e político [...]”(Oliveira, 2007. p. 52), tal como fora corroborado em uma de suas primeiras páginas, “críticas construtivas, aos atos dos governos e à conduta [...] conduzindo-lhes a um clima de respeito e ordem”(*O Dia*: Teresina, 1951, p. 1), entretanto, os órgãos de comunicação piauienses, apesar de reiterar sua independência ou autonomia, eram marcados por amarras financeiras e ideológicas que os prendia financeiramente com partidos políticos ou grupos políticos específicos, além da tradição jornalística brasileira de publicar matérias de opinião marcadas por um partidarismo político explícito (Lima, 2013. p. 79).

O Jornal *O Dia*, a partir de 1963, teve uma mudança significativa na sua orientação da linha editorial, com a alteração de proprietário, passando a ter uma predisposição pelas crenças nos ideais do liberalismo econômico e pautando-se na defesa da imparcialidade na apuração dos fatos (Oliveira, 2007. p. 55). Esse novo proprietário, o Coronel Otávio Miranda, além de militar, era um empreendedor de grande influência no cenário político piauiense, foi apoiador do golpe-civil militar de 1964 (Lima, 2013. p. 79). O jornal em seu comando passou a assumir nas suas linhas editoriais a postura do *status quo* governamental, defesa da ordem, austeridade econômica e a oposição ferrenha ao comunismo ou qualquer proposta de mudança das estruturas sociais. Onde os fatores que levaram a defesa do golpe de estado e do discurso anticomunista apregoado as páginas, tinha ligação aos ideais do proprietário, um Coronel, que dado as suas posições políticas apoiou desde o primeiro momento a ditadura pós-64 (Lima, 2013. p. 56). O jornal *O Dia* reveste-se no seu espaço um palco que dá luz as tentativas de criar um clima de legitimação social aos desdobramentos do golpe no Piauí, estimulando a população a festejar a “vitória da democracia” por meio do “ato cívico” de apoio às “gloriosas Forças Armadas” (O Dia, 1964, D, p. 1).

No que concerne ao jornal *O Estado do Piauí*, debruçando-se sobre a pesquisa desenvolvida pela historiadora Lanna Lemos na qual relata as circunstâncias de criação e produção dos jornais, bem como os discursos desenvolvidos por estes no regime ditatorial, observa-se que o percurso histórico do periódico, iniciou-se em 1890, ano onde teve primeira publicação, angariado sob a insígnia de “dirigir a opinião; educar o povo na prática de seus altos deveres e respeitáveis direitos. Difundir no nosso meio social, tão atrasado, esses sentimentos de civismo.” (O Estado do Piauí, 1980, p. 1), objetivos próprios de uma primeira versão onde o jornal ainda era cunhado como O Estado do Piauí, postura discrepante aos ideias do *O Dia*, sendo fundado como órgão oficial, em uma cidade que buscava uma identidade como metrópole, onde tinha por proprietário A. Muniz.

No entanto, é sua segunda versão, semelhante ao jornal *O Dia*, não governamental, e fundada a 27 de outubro de 1928 tendo Josípio Lustosa, procurador de Barras, como diretor responsável contando com a contribuição do então senador Matias Olímpio de Melo que passa a promulgar uma postura que fundamentalmente traz em suas páginas um compilado da atuação das

ordens de segurança. Contudo, é importante conotar, que ao contrário do posicionamento político evidente do diretor do jornal O Dia, segundo Lemos é difícil afirmar se Josípio, ou qualquer um de seus redatores, era realmente opositor ao governo, ou se não compactuava com as ideias de seu jornal, haja vista que não ficava claro a compreensão mediante o posicionamento do jornal, além do fato da opinião destas pessoas se mesclarem com o medo da represália (Santos, 2019. p. 33). À medida que se faz a leitura do jornal O Estado do Piauí, percebe-se que este se faz favorável ao Golpe.

Contudo, a autora salienta que vários fatores conduziram os discursos divulgados, como por exemplo, para além do político, um fator preponderante foi o econômico, isto é, muito além das posições políticas dos proprietários na expressão dos noticiários, o sustentáculo da informação para com o governo provinha da necessidade de sobrevivência do jornal, no sentido de mantê-lo em circulação. Entende-se então que muitos jornais perceberam que o posicionamento favorável proporcionaria uma certa estabilidade de sua circulação, fato corroborado por Pedrosa, que evidencia:

[...] A atividade jornalística vai apresentar-se submetida a controles e condicionamentos do poder público [...], aos proprietários [...], as agências de notícia [...], e as agências de publicidade [...]. Assim, “a concentração das empresas jornalísticas tem mais características de estratégias de sobrevivência do que propriamente desenvolvimento (Pedrosa, 2001, p. 21).

Ambos os jornais conferiram um clima de otimismo para criar uma imagem de legitimidade ao governo militar, um campo que propiciou a representação das práticas de segurança, revestido tal postura sob a ótica estatal de revolução e democracia. Destarte, certificou-se a existência de semelhanças e diferenças nas motivações e posicionamentos dos periódicos, mas que independentemente, foram consumidos pelas forças do governo, sendo propagadores do medo, da repressão, e da formalização da memória social para com o poder.

O jornal O DIA possuía uma forte linha anticomunista, era corrente o aparecimento de termos atribuídos aos opositores como “subversivos”, “inimigos”, corruptos”, o que se intensificou a partir de 1964 até 1966, onde

aconteceu uma explosão do discurso anticomunista no jornal. [...] chegaram a tal nível em 1964 que cada página do jornal existia nem que fosse uma pequena nota contra o comunismo (Lima, 2013. p. 63). As páginas dos periódicos estampavam os Inquéritos da Polícia Militar, as Notas Da Guarnição Federal corroborando as práticas da DSN para a “segurança do povo”. O jornal Estado Do Piauí, destacava-se, pois, portabilizava semanalmente em suas páginas um Resumo da Guarnição Federal de Teresina,

Em consideração a opinião pública de nossa terra, publicamos um resumo dos acontecimentos relacionados com a Revolução de 31 de março em terras Piauienses e dos trabalhos patrióticos e estafante executados por figuras ilustres do exército nacional que compõem no Piauí o Estado Maior Operacional. [...] Para combater de início os elementos comunistas e células comunistas que vinham funcionando em Teresina [...] bem como desmontar seu dispositivo, tendo também em vista que esse estado maior operacional deveria agir na “limpeza” dos elementos subversivos nos diversos meios tais como, operariado, estudantil, ligas camponesas, frente de mobilização Popular, etc.(O Estado do Piauí, 1964, p. 1-3).

Os jornais eram então porta-vozes, mecanismo intensivos que operavam para a manutenção ideológica da sociedade, onde construía um enredo atravessado por aspectos culturais, políticos e econômicos, e em linhas gerais, se circunscriviam em um emaranhado de informações com um peso ideológico, ao vislumbre elogioso do Estado maior em estima ao povo, num combate ao perigo delineado pelo o inimigo que correspondiam as forças do operariado, do campo estudantil do meio rural e da mobilização popular, onde apregoados como “subversivos” sendo tal termo alinhado a comunistas, estampavam as ameaças expostas no jornal O Dia, bem como por vezes tinham seus nomes alocados a uma lista de presos nos Resumos da Guarnição Federal, notas frequentes no jornal Estado Piauí, que instaurados pelos (IPM) eram indivíduos ligados à ideologia comunista e ao crime de subversão a Ordem Política e Social.

Inimigos Internos: o perigo vermelho nas páginas de jornais

Os formuladores da Doutrina no Brasil criaram no imaginário do corpo que formava as linhas da força a concepção de que o inimigo interno está infiltrado em toda a sociedade brasileira, agindo organizadamente para tomar o poder e, assim, transformar o Brasil numa República totalitária. Nesse sentido, estabeleceu-se o mito de guerra e inimigo interno, fatores que permitiam ao Estado instaurar sua política repressiva, “moralizadora”, expressadas nas mutiladas e remendadas decisões arbitrárias escoradas nos Atos Institucionais. Os decretos impeliam as condutas do regime militar que utilizava se como primeiros aparatos repressivos os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), dispositivos que tinham por objetivo suprimir os opositores e garantir a segurança interna e a manutenção da ordem.

No Piauí, tais questões eram lideradas pela Guarnição Federal, sediada em Teresina, a priori fincadas sobre a *Operação Limpeza* (O Dia, 1964, C, p. 1), que nos jornais piauienses retratavam a necessidade de evitar que o Brasil continuasse ameaçado pelo perigo comunista e frente ao objetivo da operação passaram a apresentar nas páginas dos periódicos os nomes dos comunistas, as prisões e os materiais subversivos apreendidos, tal como consta em uma das matérias do jornal *O Dia* em 5 de abril de 1964, “PRESOS VÁRIOS COMUNISTAS — APREENDIDO FARTO MATERIAL DE PROPAGANDA — GRANDE QUANTIDADE DE CÉDULAS DE CEM E DUZENTOS CRUZEIROS COM EFÍGIE DE LENIN E SINETE DA FOICE E DO MARTELO — QUEPES, BOLSAS PARA NÍQUEL E CADERNETAS DE ORIGEM RUSSA”. Segundo a historiadora Marylu Oliveira, entre o material descoberto, as cédulas foram as mais destacadas, gerando um grande número de reportagens. Eles sustentavam a ideia de que uma infiltração comunista estava preparada para promover uma revolução no país, pois as cédulas com o esfinge de Lênin eram consideradas evidências claras dessa intenção.

E é então, a partir da abertura de inquéritos que passava-se travar uma luta entre o regime para punir os réus; e os acusados, seus familiares e advogados para provar a inocência do réu e absolver a pena. É válido ressaltar que o jornal *O Estado do Piauí* publicava semanalmente um resumo dos acontecimentos, na Guarnição Federal de Teresina, com início em 31 de março de

1964, divulgando assim os nomes dos subversivos presos, as batidas sindicais, os materiais subversivos, e os inquiridos em gerais, que foram apurados junto ao chefe das relações públicas do Estado maior operacional, o propósito do jornal era esclarecer a opinião pública.

Na imprensa piauiense é extensa as matérias que satanizam o inimigo; identificados pelo Estado como comunistas. Uma figura que varia de acordo com as necessidades pontuais da conjuntura e de cada experiência nacional, sendo estes guerrilheiros, políticos populistas, sindicalistas, estudantes, etc. Consoante a Padrós e Marçal (2000, p. 13-14), para os regimes de ditaduras de Segurança Nacional, a presença do inimigo interno permite diversas ações: manter a coesão entre aqueles que se sentem ameaçados pelo avanço de projetos radicais; justificar uma militarização e repressão contínua sobre a sociedade; evitar os fracassos ou exclusões das políticas governamentais à necessidade de combater a subversão; estabelecer a sociedade em um estado de exceção contínua que restringe as liberdades e os direitos individuais e sociais, entre outros aspectos.

Considerações finais

Conclui-se que os jornais piauienses, especialmente O Dia e o Estado do Piauí, adotaram uma postura alinhada ao arcabouço teórico do regime militar de 1964. Devido à repressão, censura e contexto político restritivo da época, esses jornais manifestaram apoio ao golpe civil-militar, em um alinhamento entre a imprensa e a burocratização da repressão, evidenciado nas notícias a amplificação das narrativas sobre o “perigo vermelho”. A sociedade tinha limitado acesso às práticas coercitivas e à violência, sustentáculos da Doutrina de Segurança Nacional, como torturas, assassinatos e desaparecimentos, que eram implicitamente representados nas páginas dos periódicos.

O jornalismo piauiense, retratavam em contrapartida uma exaltação das medidas de exceção do regime que se preocupava em justificar o porquê da sanção dos Atos Institucionais, além de defender as medidas econômicas, no desenvolvimento de um Estado que crescia, ideais esses que eram referentes aos moldes da Doutrina de Segurança Nacional, quanto as práticas de atuação repressivas essas estavam imprimidas em uma segurança por excelência

visualizada a priori na “operação limpeza”, seguido pela exposição dos Inquéritos policiais-militares e consolidados nos atos institucionais, sendo frisado na páginas de jornais na explanação de prisões arbitrárias, perseguições, coleta de materiais subversivos, dentro outras atividades desenvolvida pelos governos militares que salientavam que o Brasil estava em um regime democrático, às vezes, apelando para a comparação da situação nos países comunistas, legitimando as medidas arbitrárias do Regime Militar, em nome do combate aos comunistas.

Fontes hemerográficas

BRASIL A CAMINHO DA PAZ. **O Dia**. Teresina, 2 de abril 1964, n. 1206, p. 1.

DESBARATADO o partido comunista, secção do Piauí. **O Dia**. Teresina, 05 abr. 1964, n. 1.209, p. 1.

GUARNIÇÃO Federal de Teresina – Nota Oficial - **O Dia**. Teresina, 3 de abril 1964, n. 1207, p. 1.

NOSSA homenagem. **O Dia**. Teresina, 30 mar. 1968, n. 2391, p. 1.

O ESTADO DO PIAUHY, 1980, ANO 1, p. 1.

O OUTRO LADO DA OPERAÇÃO LIMPEZA. **O Dia**. Teresina, 19 abr., 1964, n. 1220, p. 1.

Objetivo. **O Dia**: Teresina, 1 de fevereiro de 1951, n. 1, p. 1.

RESUMO GUARNIÇÃO FEDERAL. O Estado do Piauí. Teresina, 18 de junho de 1964, n. 651, p. 1–3.

SEBASTIÃO LEAL. **O Dia**. Teresina, 24 mar. 1972, p. 02.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARAÚJO CASTRO, F. J. Leandro. **1964: memórias e culturas políticas no Piauí**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DE ARAÚJO CRESTANI, Leandro. O Surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 5, n. 9, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Cultura político e identidade profissional dos jornalistas teresinenses (1951 a 1954). *In: SILVA, Mairton Celestino da; OLIVEIRA, Marylu Alves de (ORG). Histórias: do social ao cultural/ do cultural ao social.* Teresina: EDUFPI, 2013. p. 79.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo:** Considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma análise a partir do jornal O Dia. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional: os “*anos de chumbo*” no Brasil e na América Latina. **Ciências & Letras.** Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 28, p. 55/99, jul./dez. 2000.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: Segurança Nacional e Terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. *In: FICO, Carlos et al., Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista.** Annablume, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Lanna Leticia Lemos dos. **Se o jornal disse a notícia existe:** o discurso político nos jornais piauiense O DIA e o Estado do Piauí (1964-1975). Teresina, 2019.

“Um simples amador da história do Piauí”: entre os passos e as páginas de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves

*Kamila Vytória Santos e Silva¹
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz*

Resumo

O presente estudo versa sobre a vida e a obra de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, tendo como objetivo analisar, a priori, as muitas facetas que, juntas, constroem o sujeito que se fez teresinense de coração: homem religioso – que dedica seus dias ao sacerdócio e ao cuidado dos fiéis –, educador – licenciado em Filosofia e professor de escolas católicas –, intelectual engajado na vida cultural da cidade – seja na Academia Piauiense de Letras ou atuando em jornais e revistas – e historiador – que, ao longo da segunda metade do século XX, escreveu diversas obras sobre o Piauí. Em termos teóricos, este estudo situa-se no quadro das perspectivas metodológicas possibilitadas pela História Social, em constante diálogo e articulação com os campos delineados em torno da escrita da História, memória, biografia histórica e história intelectual. Metodologicamente, este estudo orienta-se por meio de uma pesquisa científica qualitativa, na qual os dados obtidos derivam do balanço investigativo de fontes que versam sobre os caminhos traçados por Joaquim Chaves no decorrer de sua trajetória enquanto religioso, intelectual, historiador e cidadão piauiense.

Palavras-chave: História; Joaquim Chaves; Intelectual; Memória.

Introdução

Em 09 de março de 1913, nascia, na cidade de Campo Maior (PI), aquele que viria a ser um dos protagonistas da história do Piauí na segunda metade do século XX. Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, filho de Raimundo Chaves e Antônia Heroína da Silva Chaves, constitui-se como sujeito apaixonado

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí.

por sua terra, religioso dedicado à obra e à fé católica, intelectual presente nas principais esferas de produção e troca de saberes em Teresina, professor licenciado em filosofia e historiador por amor, admiração e prática.

Assim, Monsenhor Chaves, como tornou-se conhecido, é peça fundamental para a compreensão dos espaços nos quais atuou ao longo de sua vida, sejam aqueles ligados à Igreja Católica ou à intelectualidade teresinense no recorte situado a partir dos anos 1950. Conhecer os passos por ele percorridos, bem como sua história e a história por ele escrita significa conhecer as particularidades da Teresina do século XX, em especial aquelas que se ligam ao campo religioso, intelectual e historiográfico.

Destarte, o estudo aqui delineado encontra justificativa no reconhecimento de Joaquim Raimundo Ferreira Chaves como uma significativa figura da história piauiense, bem como da escrita da história do Piauí e de Teresina, por meio de seus livros e matérias publicadas em jornais ou revistas. Monsenhor Chaves, como habitualmente é conhecido, ao trazer sujeitos antes esquecidos para o centro de sua atenção – como pobres, mulheres e indígenas –, escrevendo com sentimentos e utilizando-se de fontes consideradas secundárias, delineia uma nova fase na historiografia piauiense, da qual muitos historiadores posteriores tornam-se herdeiros.

Joaquim Raimundo Ferreira Chaves: entre a fé e a devoção

Em 15 de setembro de 1935, na cidade de Teresina, o jovem Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, então com cerca de 22 anos, ordenava-se sacerdote. Ao longo de sua extensa caminhada religiosa, na Paróquia de Nossa Senhora do Amparo foi vigário desde 1941, tornando-se inamovível em 1950. Foi também nomeado Secretário do Bispado de Dom Severino Vieira de Melo², Vigário Geral no governo de Dom Avelar Brandão Vilela e Chanceler do Arcebispado nos governos de Dom José Falcão e Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, além de reitor e professor do Seminário Menor. Por sua grande contribuição à Igreja Católica do Piauí recebeu do Papa João XXIII o título honorífico de *Monsenhor*, como é habitualmente conhecido. No âmbito da

2 Dom Severino Vieira de Melo (1880 - 1955) foi o terceiro bispo da Diocese do Piauí e o primeiro arcebispo, em uma administração de mais de trinta anos.

educação de orientação católica, Padres Chaves atuou no exercício de Diretor e professor do Colégio Diocesano São Francisco de Sales e professor do Liceu Piauiense - Colégio Zacarias de Góis.

Assim, um homem de fé, sacerdote virtuoso, admirado por todos aqueles que conhecem seu trabalho de devoção aos fiéis, de coração bondoso e leal, Padre Chaves, como preferia ser chamado, se dedicou, de corpo e alma, à Igreja do Amparo – a igreja de seu amor – e à toda Teresina:

Rezando missa, batizando menino, casando noivos, confessando pecados, confortando fiéis. Todos gostam das práticas religiosas que ele realiza, pois nelas gasta apenas os instantes preciosos, com o que exonera a gente da freguesia de demoradas cerimônias e prédias puxadas. Adota receita segura para não prejudicar a paciência do próximo, ao mesmo tempo em que se põe sempre solícito e amigo, leal e correto, inexcedível no querer bem aos outros (Padre Chaves, 1985).

Dentre os traços que marcam a personalidade de Padre Chaves, situa-se, como descrito acima por Arimatéia Tito Filho e por aqueles que tiveram a oportunidade de ouvir seus sermões e conselhos, um modo breve e claro de falar, além de um calmo, alegre e simples jeito de agir. Para o Pe. Tony Batista, Joaquim Chaves:

Era um homem de muita rapidez nas coisas que fazia. Inclusive, a missa mais rápida que se celebrava em Teresina era a do Monsenhor Chaves e não era porque fosse relaxado. Ele nunca foi relaxado. É porque ele não ficava encompridando o que não precisava encompridar. Era um homem objetivo. [...]. Ele marcava a Igreja com a sua simplicidade, com o seu bom humor, com a sua alegria, com a sua intelectualidade, com sua capacidade de congregar, de fazer sorrir (Batista, 2023).

De modo semelhante, Pe. Amadeu Matias, que conviveu com Padre Chaves nos últimos anos de sua vida, também relata:

Quando eu falo do Padre Chaves, eu falo de um homem que procurou ser fiel até o fim. Tinha uma característica: conversava muito pouco. Se você fosse conversar com ele, se você dissesse o que você queria, depois ele dava a indicação, “pois tá muito bem, pois até logo, até outro dia”. Esse era o Padre Chaves. Era uma figura muito especial. [...]. Mas não deixava de ser um homem de Igreja, de rezar a missa, de confessar, de atender as pessoas, de batizar, casar. Tudo com muita rapidez, mas fazia tudo isso (Bernardes Filho, 2024).

Assim, para todos, Padre Joaquim Chaves era um “homem de Deus. Um homem entregue à sua Igreja” (Batista, 2023). Ademais, a figura de Joaquim Chaves enquanto religioso dedicado à obra e à fé católica situa-se, de modo central, em um significativo momento de mudança na administração da Igreja Católica em Teresina e, por conseguinte, de remodelamento dos ideais e princípios por ela defendidos. Esta mudança, por sua vez, é resultante da chegada do Bispo Dom Avelar para o comando da arquidiocese do Piauí, em 1956, por virtude da morte de Dom Severino Vieira de Melo, em 1955. Assim, sendo “um padre que viveu na metade do século XX e entrou no século XXI, ele viveu essas mudanças, mudanças culturais, mudanças eclesiológicas. [...]. Foi acompanhando a Igreja no tempo. [...]. Padre Chaves viveu a renovação da Igreja” (Bernardes Filho, 2024).

Em Teresina (PI), com o falecimento de Dom Severino Vieira de Melo, em 27 de maio de 1955, após sofrer por mais de uma década com uma doença que, cada vez mais, dificultava a execução das tarefas religiosas, encerra-se, de tal forma, o seu apostolado, sendo este considerado por alguns, segundo já apontado, como “tradicionalista, conservador e introspectivo” (Carvalho, 2010, p. 53), mas sempre visto como um “autêntico líder espiritual” (O Dominical, 1956, p. 6). Por conseguinte, assume o governo episcopal, temporariamente, o sacerdote Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, nomeado pelo antigo bispo como vigário da paróquia de Nossa Senhora do Amparo em 1948 e escolhido como vigário capitular após reunião do Conselho Arquidiocesano, conforme informado no jornal *O Dominical* em junho do mesmo ano:

Segundo as normas estabelecidas no Direito Eclesiástico, após o falecimento do Sr. Arcebispo Metropolitano, reuniu-se em sessão extraordinária, no Paço Arquiepiscopal, o Conselho Arquidiocesano para a eleição do Vigário Capitular. Foi eleito o conhecido Sacerdote Pe. Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, Vigário da Paróquia de N. S. do Amparo, nesta Cidade. Feita a profissão de fé, adquiriu, sem mais, jurisdição, assumindo assim o Governo Arquidiocesano, enquanto durar a vacância. Anexo ao múnus de Vigário Capitular está o título de Monsenhor. O Mons. Joaquim Chaves estava evidentemente credenciado para êste alto encargo, pois além de suas conhecidas qualidades de culto e virtuoso Sacerdote viveu durante vinte anos seguindo cotidianamente os passos de Dom Severino, que nêle depositou sempre inteira confiança (O Dominical, 1955, p. 3).

Observa-se, também, segundo o exposto, que o título de Monsenhor, como Pe. Chaves tornou-se conhecido, é resultante do supracitado cargo de vigário capitular, sendo este decorrente da profunda dedicação sacerdotal percebida no mesmo, pelo conjunto do clero teresinense e por Dom Severino de Melo, de quem era discípulo no cultivo das virtudes apostólicas. Acerca da administração de Monsenhor Chaves na Arquidiocese de Teresina neste ano de vacância, entre o fim do governo de Dom Severino e o início do governo de Dom Avelar, o semanário local *O Dominical*, em homenagem ao sacerdote capitular, aponta que esta “superou a expectativa mais otimista e mais exigente” (O Dominical, 1956, p. 6). Destarte, em que pese as próprias restrições de suas ações impostas pelo Direito Canônico, de forma que muitos problemas urgentes escapam à sua esfera de atribuição e atuação enquanto governador provisório da arquidiocese (Dominical, 1955, p. 1), Monsenhor Chaves dispôs-se a resolver todos os problemas e necessidades da Arquidiocese que estavam ao seu alcance, de forma delicada e sensata, buscando em todos os casos a colaboração de seus *colegas* de trabalho.

Testemunha ocular dos seus sacrifícios e esforços são todos aqueles que com êle viviam. Em

se tratando de resolver um problema de relativa urgência, não poupava nem mesmo a saúde, por vezes um tanto precária, contando que tudo fosse solucionado, e da melhor maneira possível. Espírito XXXX e cordato, edificava a todos não só pela presteza com que acodia de corpo e alma, a tôdas as necessidades da Arquidiocese (em família, nós falávamos da *inquiétude* do Mon. Chaves), mas também pelo modo delicado (outros diriam diplomático) com que enfrentava os diversos casos. [...] Para nós, Mons. Chaves não se apresentava como um superior que dita cegamente ordens e quer vê-las imediatamente executadas, senão como um *colega* mais velho (e se comprazia em dizer-se *colega*) que solicitava gentilmente a nossa colaboração, indispensável aliás, para o bom andamento das coisas (O Dominical, 1956, p. 6).

Ademais, nas linhas seguintes, o semanário afirma que, em virtude do reconhecido desempenho do sacerdote no decorrer da função exercida como Vigário Capitular no período em questão, em paralelo com os serviços prestados à Arquidiocese, no papel de Reitor do Seminário, Diretor do Colégio Diocesano e Pároco da Matriz de N. S. do Amparo, Monsenhor Joaquim Chaves conquistou “definitivamente o seu lugar na galeria dos grandes vultos do clero piauiense”, entre os quais inserem-se também outros nomes do clero piauiense. Monsenhor Chaves foi, assim, no exercício do governo arquidiocesano capitular, uma autoridade humana, cumprindo com excelência a missão que lhe fora designada, de modo que alcança intensa gratidão dos fiéis teresinenses:

Por tudo o que fez por nós e pela Arquidiocese, o nosso “muito obrigado”, que quiséramos fosse dito por todos, grandes e pequenos, e repetido em todos os tons, em modulações vibrantes e entusiásticas como era entoado a canto por excelência da alegria, o alleluia, pelos cristãos da igreja primitiva: mais com o coração e com a alma do que com os lábios. Hoje, Mons. Chaves, ao ver expirado o seu mandato, poderá di-

zer com toda a verdade. Feci quod potui - fiz o que pude; e, se quiser, acrescentar: faciant mellora potentes (O Dominical, 1956, p. 6).

Durante os quinze anos em que Dom Avelar esteve em Teresina, Padre Joaquim Chaves esteve intimamente ao seu lado, na posição de Vigário Geral e colaborador do jornal *O Dominical*, sempre afirmando a postura de renovação seguida pelo novo bispo:

Ele [Dom Avelar] mudou totalmente as coisas aqui no Piauí, em matéria religiosa, no sentido de ação. Porque a religião é sempre a mesma, mas o modo de agir às vezes muda muito. Ele achou que a situação do Piauí era uma situação que estava muito atrasada em matéria de ação social e entrou por esse lado (Chaves, 1998, p. 6).

O contexto aqui descrito acerca da organização da Igreja de Teresina nos bispados de Dom Severino e Dom Avelar, respectivamente à frente da Arquidiocese piauiense, justificam-se no sentido de compreender a posição religiosa assumida por Joaquim Ferreira Chaves. Chaves, por sua vez, demonstra manter seu pensamento e ações mais próximos da postura encaminhada por Dom Avelar, por ele compreendido como uma figura de coerência, mobilização social e popularidade:

Há homens marcados a quem Deus destaca para missões especiais no seio do povo. Até parece que sem eles, a história não poderia desenvolver-se. São pontos-chaves nos planos da Providência. Seu influxo decisivo imprime um rumo característico ao curso dos acontecimentos. São guindados à celebridade, independente de suas vontades [...] Quem não o conhece no Piauí? Quem já não sentiu direta ou indiretamente o influxo de sua portentosa personalidade? Sabe dizer 'não' na hora que precisa, mas de uma maneira que ninguém lhe guarda ressentimento (Caravana, 1961).

Ademais, segundo Pe. Amadeu Matias, Joaquim Chaves apresentava-se como um “homem do Concílio Vaticano II” (Bernardes Filho, 2024), tendo em vista a percepção da necessidade de renovação da Igreja frente às metamorfoses do tempo que, por sua vez, resultam no remodelamento dos costumes, práticas e modos de viver em sociedade. Assim, em convergência com Dom Avelar Vilela, Pe. Chaves enxergava a Igreja Católica de Teresina como uma instituição inserida no seio da sociedade teresinense e, por conseguinte, percebendo ser impossível se desvincular desta, busca meios de aproximar-se do povo de Teresina. Em paralelo, Pe. Amadeu Matias ressalta ainda a ligação de Pe. Chaves com o Movimento de Renovação Carismática Católica.

Em suma, Monsenhor Chaves demonstra coadunar com a perspectiva religiosa tecida por Dom Avelar, por meio da qual se delineia um trabalho de valorização e desenvolvimento da sociedade piauiense, sobretudo aquela menos favorecida e, seguindo também o lema *Evangelizar e Humanizar*, reúne esforços no sentido de cuidado com os fiéis mais necessitados.

Joaquim Raimundo Ferreira Chaves: entre as páginas de jornais e revistas

Joaquim Raimundo Ferreira Chaves, para além de atuar no centro da esfera de atividades ligadas à Igreja Católica do Piauí, constitui-se, também, como um dos nomes de relevo da elite intelectual piauiense da segunda metade do século XX, colaborando na construção de importantes espaços de saber e cultura. Por aqueles que o conheceram, Padre Chaves era descrito como uma figura que vivia seus dias, sobretudo no avançar da velhice, entre a Igreja e os livros, buscando conciliar ambas as atividades. Segundo Padre Amadeu Matias, “ele ia pra Igreja do Amparo de manhã e de tarde, mas ele ia às 6h, 7h e já voltava pra casa e só ia voltar às 16h da tarde. Então, neste ínterim, ele era um homem dos livros” (Bernardes Filho, 2024).

Parte da produção escrita piauiense da segunda metade do século XX orienta-se por um sentido pragmático, tendo em vista a busca por desenvolver econômica, cultural e intelectualmente o Brasil e também o Piauí. Dessarte, as tessituras do cenário descrito, por sua vez, articulado do global ao local, delineiam parte relevante da escrita historiográfica deste período no

Piauí, marcada pela tensão entre a consciência da fragilidade econômica e o anseio de mudança, exemplificada na obra de Raimundo Santana.

Destarte, no Piauí, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, buscando renovar o universo de produção histórica e literária, uma geração de intelectuais, formada por nomes como Manoel Paulo Nunes, José Camilo da Silveira Filho, Raimundo Nonato Monteiro de Santana, Odilon Nunes, Joaquim Chaves e outros, interessados na produção e organização da história e memória piauiense, reuniu esforços a fim de construir instituições culturais e espaços de saber que logo se tornariam o centro do movimento intelectual do estado.

O Centro de Estudos Piauiense

Dentre os nomes que compõem a intelectualidade piauiense, cita-se, em destaque, a figura de Raimundo Santana – um dos pioneiros da História Econômica do Piauí ao discutir em suas obras problemáticas referentes ao papel do Estado e ao desenvolvimento nacional e local – como idealizador do Centro de Estudos Piauienses, no ano de 1953. Na década de 1950, Santana ocupava lugar central no cenário artístico e cultural do estado do Piauí, em proximidade com outros nomes de relevo. No processo de constituição do CEP, ao lado de Raimundo Santana, cita-se a participação de Joaquim Chaves e Odilon Nunes – também representantes da vida cultural teresinense nos anos 1950. Juntos, os três estabelecem uma amizade que se vê refletida não somente em suas relações pessoais, mas também no trabalho intelectual desenvolvido por cada um, sobretudo quando pensados a partir do CEP, do Movimento de Renovação Cultural e da *Revista Econômica Piauiense*, ambos centrados no objetivo de promover a história e o estado piauiense.

De modo particular, o CEP propiciou o desenvolvimento do trabalho historiográfico de Joaquim Ferreira Chaves por meio da reedição da monografia, de sua autoria, *O Índio no solo piauiense*, em 1953. Em linhas gerais, esta obra evidencia a história do Piauí sob o viés da população indígena, denunciando os conflitos de interesse com os colonizadores e autoridades locais, de modo a estimular outros pesquisadores a engajarem-se na pesquisa pela história e etnografia indígena piauiense. Ainda acerca do processo de construção do CEP, Monsenhor Chaves declara o apoio que recebeu de Odilon Nunes:

[...] O professor Santana organizou um grupo de intelectuais para fazer estudos sobre o Piauí e me convidou. Decidi entrar também. Do grupo participava o professor Odilon Nunes, que era famoso, nosso mestre, e que me deu muitas dicas, me ensinou muito, me ajudou muito. Então aprendi a fazer um trabalho mais técnico... (Monsenhor Chaves, 1997).

Em suma, embora com um curto período de existência, não sobrevivendo à década de 1960, o Centro de Estudos Piauiense atuou em larga escala no processo de construção e divulgação da historiografia piauiense, engajando intelectuais, como Joaquim Chaves, por meio de ministração de conferências, da escrita e publicação de importantes obras, na busca por conhecer a história e memória do Piauí.

A Revista Econômica Piauiense

Diante da desfavorável conjuntura econômica piauiense dos primeiros anos da década de 1950, Raimundo Santana, Petrônio Portella Nunes e Alves de Paula, a fim de oferecer “aos homens de elite do Piauí, políticos e dirigentes de empresas, sérios estudos à sua reflexão, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado” (*Econômica*, 1960, p. 4), reuniram-se na organização do lançamento da revista trimestral *Econômica Piauiense*, em março de 1957 na Associação Comercial do Piauí. Destarte, com o apoio de outros intelectuais que compunham a elite letrada piauiense, como Odilon Nunes, Joaquim Chaves e Raimundo Nonato Veloso, os diretores da *Econômica Piauiense* propuseram-se a diagnosticar as causas do atraso do Piauí em relação aos outros estados brasileiros, bem como identificar soluções e estratégias para a superação da crise econômica e para o crescimento do Estado. Assim, a Revista destinava-se a informar os setores responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Piauí acerca da perspectiva econômica do Estado, sendo estes: homens públicos, empresários, comerciantes, fazendeiros, políticos, economistas, historiadores e outros personagens interessados em fortalecer a situação econômica piauiense.

O Movimento de Renovação Cultural

[...] marca de um tempo piauiense bafejado por sensações de progresso mental e material e de viradas políticas. O cenário acabara de incorporar elementos do dinamismo, a exemplo da Faculdade Católica de Filosofia, por si só capaz de animar certa aspiração de ter-se no Estado até mesmo uma universidade. [...] Em meio a tudo, sinal de luz daquele tempo que não vai assim tão distante, está o Movimento de Renovação Cultural, idealização do professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, vetor de animação intelectual de tudo que se coloca enquanto possibilidade de situar noutras bases as grandes questões em debate no Piauí (Santos Neto, 2001, p. 17).

Segundo evidenciado nas palavras de Fonseca Neto, na aura de progresso mental e material que envolvia o Piauí da segunda metade do século XX e, sobretudo, na década de 1960, momento este também de intenso debate sobre os caminhos percorridos pelo próprio Piauí, para além da organização e direção do Centro de Estudos Piauiense e da Revista *Econômica Brasileira*, Raimundo Nonato Monteiro de Santana, seguindo o propósito de promover o desenvolvimento da literatura e historiografia piauienses, empenhou-se ainda na constituição, ao longo dos anos 1960, do Movimento de Renovação Cultural, por meio do qual tem-se a realização de palestras e conferências na capital e no interior do Estado do Piauí que, posteriormente, viriam a ser publicadas no formato de livros: assim, molda-se um “cenário em que algo novo insiste em se insinuar na face velha e velhaca do Piauí e do Brasil” (Santos Neto, 2001, p. 18). Para tanto, novamente contou com o apoio de importantes personagens da vida cultural da cidade de Teresina, como Joaquim Chaves, Odilon Nunes, Manoel Paulo Nunes, Pedro Celestino de Barros, Artur Passos e outros.

A Academia Piauiense de Letras

Em que pese a forte turbulência política desencadeada com a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), os primeiros anos do século XX, no Piauí, constituem também um significativo momento de vigor intelectual e cultural, sendo este expresso, a título de exemplo, na fundação da Academia Piauiense de Letras (APL), em dezembro de 1917.

Neste cenário, importantes nomes da intelectualidade piauiense do alvorecer do século XX, atuantes, sobretudo, em espaços ligados ao jornalismo, tribuna e produção poética e histórica do Estado, como os bacharéis Clodoaldo Freitas – primeiro presidente – e Higino Cunha, além de Lucídio Freitas, João Pinheiro, Edison Cunha, Jônatas Batista, Celso Pinheiro, Antônio Chaves, Benedito Aurélio de Freitas e Felon Castelo Branco unem-se na iniciativa de construção da Academia. Segundo Moura (2015, p. 113), para além destes nomes, tidos como membros fundadores da APL, cita-se a participação de Abdias Neves, escolhido por unanimidade votos para o quadro de sócios efetivos da instituição, tendo em vista que, consoante a Celso Barros Coelho, a vida intelectual das primeiras décadas do século XX, no Piauí, delineava-se em torno, sobretudo, de Higino Cunha, Clodoaldo Freitas e Abdias Neves, movidos pelo desejo de alavancar o desenvolvimento intelectual e cultural piauiense, percebido com atraso em relação aos demais estados da Federação.

Sendo oficialmente instalada em janeiro de 1918 e oficialmente reconhecida como instituição de utilidade pública em julho de 1921, pelo então governador João Luís Ferreira (1920-1924), a APL filiou-se à Federação das Academias de Letras do Brasil em 1935, obtendo auxílio moral, material e financeiro do governo nacional. Ao longo do século XX, a APL foi responsável por oferecer cursos, editar e publicar obras históricas e literárias, lançar revistas, coordenar pesquisas, criar concursos e prêmios, e outras atividades, de modo a desenvolver a cultura piauiense e estimular a produção intelectual.

No alvorecer do século XX, o vigor da Academia Piauiense de Letras era delineado por nomes como Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e Abdias Neves, enquanto na segunda metade desse século, destacam-se, como membros imortais da APL, nomes como Joaquim Chaves, Raimundo Santana, Odilon Nunes, Wilson de Andrade Brandão, Manoel Paulo Nunes e outros. Joaquim Chaves, por sua vez, empossado em 1963, ocupou a cadeira n°23 de Amélia

de Freitas Beviláqua. O mesmo, em seu discurso de posse, declara, solenemente, a surpresa da ocasião:

Se há momentos que já jamais pensei teria de viver, entrevedo o futuro, sem dúvida alguma é este em que vos falo. Imaginar que um dia, por eleição, me veria assentado no meio de vós, se me afigurava temeridade tamanha que nem a vaidade, nem a ambição, nem as loucuras da fantasia, que sempre soem pôr a meta dos nossos desejos muito além da nossa capacidade, jamais conseguiram cegar a tal ponto a minha insuficiência. Quando a demasia de vossa liberdade me surpreendeu, elevando-me ao vosso altíssimo convívio e distinta companhia, se me não afastei horrorizado ante o meu reconhecido demérito e a vossa generosidade foi porque, no meu aturdimento, não encontrei energia bastante para uma deliberação razoável e prudente. Recusar seria também faltar ao respeito devido ao tino das vossas resoluções. Nas vossas mãos deponho a expressão do meu mais profundo reconhecimento pela distinção que me liberalizaste (Chaves, 1965, p. 5).

Segundo Moura (2015, p. 118), no espaço da APL, Joaquim Chaves cumpriu de modo exemplar as funções de acadêmico, produzindo artigos históricos para a revista da Academia e publicando obras sobre a história piauiense, além de exercer a atividade de bibliotecário da mesma e elaborar discursos de posse de outros membros.

No que concerne à colaboração de Joaquim Chaves na publicação de artigos e textos na Revista da Academia Piauiense de Letras, de modo particular, destaca-se a edição de março de 1963, por meio do artigo *Coisas de nossa história* (Chaves, 1963, p. 122-124), enquanto a edição que marca o cinquentenário da Academia conta com a participação de Monsenhor Chaves por meio do texto *Campo Maior e a Independência* (Chaves, 1972, p. 23-33). No artigo *Coisas de nossa história*, Joaquim Chaves discorre acerca da correspondência dos governadores do Piauí e do Pará no século XVIII, além de analisar

a migração de piauienses para a Amazônia, no ano de 1767, incentivada pelas autoridades locais com o objetivo de enviar mão de obra para o trabalho de construção da Fortaleza de Macapá, alertando para as péssimas condições às quais os piauienses eram submetidos durante a viagem, incluindo maus tratos. Por conseguinte, o texto *Campo Maior e a Independência*, lançado na Revista em 1972, no qual Padre Chaves escreve sobre seu tema favorito – a independência do Piauí – é um ensaio para o desenvolvimento do livro *O Piauí nas lutas da independência do Brasil* (Chaves, 1975). No texto, sob intensa pesquisa de documentos oficiais na Casa Anísio Brito, Joaquim Chaves descreve as causas, consequências e encaminhamentos da Batalha do Jenipapo, confronto armado travado entre portugueses e piauienses às margens do Riacho do Jenipapo, em Campo Maior – sua terra natal –, no ano de 1823, defendendo, portanto, a participação do Piauí no processo de independência do Brasil.

Destarte, a Academia Piauiense de Letras preocupou-se, desde sua fundação, em promover a cultura, a intelectualidade, a história e a memória piauiense, de modo que “tem um importante papel no Estado do Piauí, principalmente na sociedade teresinense, espaço onde multiplica seu poder devido às atividades realizadas por seus acadêmicos-imortais do presente e do passado” (Moura, 2015, p. 169), dentre os quais habita também o nome de Monsenhor Chaves.

Considerações finais

Com base no exposto até aqui, acerca da vida intelectual e religiosa de Monsenhor Chaves, como um piauiense apaixonado por sua terra e por seus conterrâneos, cita-se que a sensibilidade com a qual Joaquim Chaves percebia a cidade de Teresina e seus sujeitos, e que os passos por ele percorridos no trabalho religioso contribui significativamente para a forma através da qual tece as páginas de suas obras historiográficas. Monsenhor Chaves, ao trazer sujeitos antes esquecidos para o centro de sua atenção, escrevendo com emoção e afeto e utilizando-se de fontes consideradas secundárias delineia uma nova fase da historiografia piauiense, da qual muitos historiadores posteriores

tornam-se herdeiros. Pela ausência do rigor academicista e profissional do ofício de historiador, afirmou-se como um “simples amador da história do Piauí”, entretanto, defendemo-lo enquanto “amador” por amar a história do Piauí, à qual dedicou-se por grande parte de sua vida. Destarte, segundo as palavras de Queiroz, Monsenhor Chaves constitui-se como um “extraordinário pesquisador e historiador” (Queiroz, 2015, p. 151) da história do Piauí, tornando-se “parte do notável esforço coletivo de pesquisa que se materializou a partir dos inícios da década de cinquenta, sob o incentivo e a dedicação de estudiosos do Piauí como Odilon Nunes e R. N. Monteiro de Santana” (Queiroz, 2015, p. 17), bem como, Joaquim Chaves constitui-se, também, como uma das figuras mais significativas da história piauiense do século XX, por todo o trabalho desenvolvido nos espaços ligados à Igreja Católica de Teresina e por sua intensa contribuição no desenvolvimento intelectual e cultural do Estado.

Referências

Bibliografia

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela: uma biografia histórica**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Teresina, 2010.

CHAVES, Joaquim (Pe.). **O Índio no solo piauiense**. 2 ed. Teresina: CEP, 1953.

CHAVES, Joaquim (Mons.). **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Teresina, COMEPI, 1975.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. **Historiografia Piauiense: relações entre a escrita histórica e as instituições político-culturais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. Apresentação da 2 ed. *In*: NUNES, Odilon. **Súmula de história do Piauí**. 2 ed. Teresina: APL, 2001.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

Revistas e jornais

DOM Avelar, Arcebispo de Teresina. **O Dominical**. Teresina, 27 de novembro. 1955, n. 48/55, p. 1.

CHAVES, Joaquim. (Mons.). Coisas de nossa história. **Revista da Academia Piauiense de Letras**. Teresina, ano 45, n. 21, p. 122-124, mar. de 1963.

CHAVES, Joaquim (Mons.). Campo Maior e a Independência. **Revista da Academia Piauiense de Letras**. Teresina, v. 3, p. 23-33, 1972.

ECONÔMICA Piauiense. **Folha da Manhã**. Teresina, ano 3, n. 707, p. 4, 10 de maio de 1960.

MONSENHOR Joaquim Chaves. Dom Avelar Brandão Vilela. **Revista Caravana**. Especial. Primeiro Encontro Eucarístico de Teresina. Ano XIV, jan. 1961. Rio de Janeiro.

NOSSA homenagem a Mons. Chaves. **O Dominical**. Teresina, 5 maio. 1956, n. 19/56, p. 6.

PADRE CHAVES. A. Tito Filho. **Revista Presença**. Teresina, ano VII, n. 15, jul.\out. 1985.

VIGÁRIO Capitular. **O Dominical**. Teresina, 5 jun. 1955, n. 23/55, p. 3.

Entrevistas

BERNARDES FILHO, Amadeu Matias (Pe.). Teresina, 2024. Entrevista concedida à Kamila Vytória Santos e Silva em 30 de janeiro de 2024.

CHAVES, Joaquim (Mons.). Discurso do acadêmico Mons. Joaquim Chaves por ocasião de seu acesso à Casa de Lucídio Freitas. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, Teresina, ano 48, n. 22, p. 5, 1965.

CHAVES, Monsenhor. Depoimento concedido à Maria do Amparo Alves de Carvalho. Teresina, 1998.

ENTREVISTA Padre Tony Batista. **Monsenhor Chaves: a história do homem que se dedicou à religião**. Jornal TV Cidade Verde. 2023.

MONSENHOR Chaves - Entrevista. **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano 10, n. 27, dez. 1997.

Ditadura Militar no Alto Rio Negro: Reflexões acerca dos conflitos territoriais e do protagonismo indígena

*Adriely Nazaré almeida de Souza¹
Bruno Ribeiro Marques*

Aos 60 anos da ditadura militar brasileira é inegável a necessidade de um processo de reminiscência dos significados desse período histórico. O ponto de debate dessa pesquisa é a investigação das ações militares sobre a Amazônia na região do alto rio negro, sendo uma zona de fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela, essa área sofreu com uma forte militarização devido às doutrinas de segurança nacional impostas pelo regime.

As ações militares consistiram em uma constante violação de direitos dos povos indígenas ocupantes do local. Entretanto, esses sujeitos históricos não abdicaram de suas ações de agência, determinados a obter a demarcações de seus territórios realizaram vários levantamentos ao mesmo tempo que se opunham à implantação dos planos do projeto Calha Norte, que demonstrava ser a continuidade dos planos da ditadura militar dentro da redemocratização.

“O inferno verde” termo cunhado na Ditadura Militar brasileira, demonstra a realidade dos planos do regime para a Amazônia brasileira. Uma das constâncias desse regime político era seu compromisso com a obtenção de lucro, nesse sentido várias localidades do território amazônico se tornavam um verdadeiro paraíso para empresas tanto de capital nacional e internacional. É necessário frisar também a grande campanha publicitária nos grandes veículos midiáticos que insistiam na superação da floresta por meio de um vasto desenvolvimento econômico.

Nesse sentido a Ditadura Militar investia em vários planos de integração e desenvolvimentismo, assim em 1972 nasce o PIN (Programa de Integração Nacional) que iria atingir fortemente o Alto Rio Negro. Implantado pelo general Médici, tal plano visava preencher o que era categorizado pelo regime como “vazios demográficos”. Dentro dessa realidade existiram vá-

¹ Universidade Federal do Pará, Graduanda em História Bacharelado, bolsista PIBIC/MPEG.

rios planos de migração para dentro da Amazônia, assim nasciam os lemas “Homens sem terra no Nordeste” e “terra sem homens na Amazônia” dizia Médici (Davis, 1997, p. 64) dessa forma, foi fortemente incentivado esses processos migratórios.

O entendimento que se faz sobre as políticas do governo militar referentes a Amazônia era uma verdadeira colonização. Devido à seca que atingiu a região nordestina em 1970 e a visão que o regime ditatorial destinava ao território amazônico, se criou a meta de transferir a população “sem terra” para os locais que alegavam ser desabitados, logo se pensou em um processo de migração da população nordestina para dentro da região amazônica. Assim se transferia um grande contingente de pessoas para a transamazônica, a imagem que o regime criou da Amazônia era de um local vazio onde se tinha uma necessidade de ocupação, desconsiderando as populações que originárias que já se estabeleciam naquele local.

Entretanto, a propaganda militar de localidade vazia pregada pela Ditadura era diametralmente oposta à realidade, a ocupação territorial dentro do Alto Rio Negro já existia, e ao contrário do que afirmava o regime militar, tais territórios eram repletos de uma vasta ocupação milenar.

O antropólogo norte-americano Wright (1981), por exemplo, é da opinião que os Arawak teriam chegado na região do curso superior do rio Negro bem antes do início da era cristã. Tanto a existência de numerosos petroglifos nas cachoeiras do rio Içana, quanto sua própria tradição oral, sugerem que a migração desses povos teria ocorrido nos tempos pre-históricos (Buchillet, 1997, p. 5).

Nesse sentido nascia o discurso que inumanizava a figura indígena, logo existia uma necessidade de aniquilação desses povos. Assim se compreende como as violências físicas e simbólicas dentro da ditadura eram legitimadas. Por meio da análise do conceito de etnocentrismo utilizado por Carlos Benítez Trinidad, se compreende o imaginário que se criava sobre os indígenas no processo ditatorial, e a necessidade da superação desse estágio de “selvageria”, isso faziam parte das ideologias militares, que visavam apagar a diversidade

étnica, pois avaliavam como uma medida necessária para a construção de um estado nação forte.

Dentro do território do alto rio negro existe uma enorme multiplicidade étnica, cultural e linguística dos povos Arawak, Tukano Oriental e Maku. Esses povos compartilham certas características similares acerca de seus mitos, desenvolvimento de cultura material e subsistência. Dessa forma, essas três famílias linguísticas estabelecem seus relacionamentos entre redes de troca, determinados conflitos, mas também altos graus de colaboração, havendo um grau de complexidade nas suas relações.

Entretanto, é importante destacar como os povos originários rionegrinos têm a sua a questão de vivência intimamente ligada com a questão de ocupação territorial, dessa forma existe essa mescla entre homem-território. Seus hábitos culturais e as identidades estabelecidas por essas etnias se ligam a floresta e aos rios, assim suas tradições não podem ser desassociadas de seus locais de habitação.

A ocupação militar no Alto Rio Negro se inicia ainda nos primórdios da ditadura militar, com uma forte militarização das áreas de fronteira que fazia parte da Doutrina de Segurança Nacional. Com a ideia de combater o “inimigo externo”², se tornava imprescindível a proteção do território nacional, firmando sua devida segurança, essas doutrinas também se estenderam a área das políticas indigenistas.

O regime militar não apenas se opunha a uma demarcação definitiva das áreas indígenas, mas também havia uma necessidade de cooptação dos indígenas que estavam nessas áreas fronteiriças e a utilização de suas forças para a regulação dessas fronteiras. Assim nasce o “pelotão dos pés descalços” na cidade de Yauaretê dentro da região do Alto Rio Negro.

Yauaretê é o mais característico combinado apostólico Deus-e-Pátria. Lá o visitante, mesmo o homem da FAB, chora. Todas as manhãs, todas as tardes, um pelotão de índios, pés descalços, fardamento e armamento da FAB, desfila em homenagem à Bandeira Nacional.

2 Uma das ideologias basilares de combate na ditadura era o combate ao comunismo, nesse sentido se estabeleceu a ideia de defesa contra blocos alinhados a URSS.

No hasteamento e arreamento da bandeira, os colombianos da outra margem do rio veem o movimento de homens e de armas e ouvem o hino nacional brasileiro. Medite-se sobre isso: são índios, de pés descalços, empunhando fuzis que sabem usar, homenageando e prestando obediência a um Brasil que não conhecem. [...] Referindo-se à sua tropa, o sargento Alcântara declarou enfaticamente: Esses índios são capazes de defender-nos contra qualquer ataque. Aqui, a soberania brasileira está em suas mãos. Eles já entendem o que é isso. Se a munição acabar e o ar 229 O Movimento Indígena no Brasil memento negar fogo, tenho a certeza de que brigarão com as mãos e os dentes, se preciso for. Antigamente, na formação do pelotão indígena, os homens desfilavam com fuzis feitos de madeira. Há pouco tempo, a FAB entendeu que eles podem prestar serviços relevantes e lhes deu armas verdadeiras, além de fardamento. E o Sul pode ficar tranquilo, porque em Yauaretê há gente de fibra defendendo o Brasil (Jornal O Globo, 1964 *apud* Heck, 2021, p. 230).

Posteriormente, ocorreu mais uma vez uma alta militarização dos territórios do Alto Rio Negro, entretanto dessa vez era por meio do rodoviarismo, efeito do PIN, o Plano de Integração Nacional, os anos de 1972 e 1975 foram marcados pela introdução das rodovias Perimetral Norte (BR-210) e BR-307.

Ambas as construções visavam a integração com a capital São Gabriel da Cachoeira, a Perimetral Norte com a capital do Amapá, e a BR-307 almejava a integração com Manaus ligando a transamazônica com a Perimetral Norte, entretanto essas obras foram extremamente nocivas para os indígenas, as consequências dessas construções foram denunciadas pelos periódicos da época, mas principalmente pelas mídias alternativas indigenistas.³

Dessa maneira as violações contra as comunidades indígenas se tornaram frequentes, causando principalmente a ocupação de seu território natural,

3 No contexto da ditadura militar surgiam as famosas mídias alternativas, que eram periódicos feitos por indígenas ou indigenistas com a finalidade de denunciar as arbitrariedades do regime militar.

assim os deslocamentos forçados se eram extremamente rotineiros. Makus, Tukanos e Arawak eram levados a viver na beira das estradas, o então fundado CIMI (Conselho Indigenista Missionário) denunciava constantemente as consequências da ocupação dos territórios indígenas e a insuficiência das ações da Funai em proteger os direitos dos povos originários rio negrinos.

Outro plano instituído dentro do Alto Rio Negro pela ditadura, eram voltados as instituições educacionais que deveriam ensinar aos indígenas a língua portuguesa em detrimento de sua língua étnica. Essa se mostrava ser outra faceta do extermínio indígena, agindo pelo meio simbólico, pois os indígenas que possuíssem os domínios dos códigos linguísticos, não seriam mais considerados “índios” e o seu grau de letramento os levariam a integração, assim o regime militar promovia um verdadeiro apagamento étnico.

Após tantos anos sofrendo as violências da ditadura militar e suas consequências, a partir de 1971 as lideranças indígenas da região do Alto Rio Negro se unem em prol da demarcação de suas terras como uma área indígena continua. Dessa forma se aumenta a pressão sobre o órgão Funai, em 1979 após a proposta do antropólogo Peter Silverwood-Cope que se baseava no estatuto indígena ser negada, Dominique Buchillet, encaminha uma nova proposta de demarcação, reivindicando uma área continua de reserva indígena com 7.500.000 ha.

Paralelamente a luta indígena pelo território, durante a década de 1980 surgia o projeto Calha Norte, tal projeto fortemente influenciado pela política externa, criado durante o governo de José Sarney, alegava a proteção das fronteiras nacionais, nessa fase transicional entre o fim da ditadura e finalmente a abertura para a democracia, o projeto Calha Norte, na verdade, representava muito mais uma continuidade da militarização territorial do que uma efetiva proteção, se percebe que as ideologias alegando proteção nacional se perduraram.

Assim de forma antagônica vão surgir os interesses do Estado que por meio do projeto Calha norte almejava reduzia o máximo das áreas indígenas, tal projeto iria de encontro aos interesses de demarcação territorial dos territórios indígenas do Alto Rio Negro, dessa forma o protagonismo indígena resistia firmemente contra as propostas do projeto.

Segundo Buchillet em 1986 o Conselho de Segurança Nacional utilizava a região de pari-cachoeira no Alto Rio Negro como um laboratório experimental das ações do Projeto Calha Norte, as lideranças Arawak e Tukano permaneciam na luta pelo reconhecimento territorial. Outro fator que continuava atingindo o Alto Rio Negro era a exploração da mineração que já existia e agora se acentuava na Serra do Traíra, causando conflitos entre os garimpeiros e indígenas que constantemente estavam em combate gerando várias mortes, ou seja, a demarcação do território indígena dos povos rio negrinos se mostrava emergencial.

Em 1986 as lideranças indígenas da Associação da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (AUCIRT) buscaram se reunir com o general Bayma Denys. Se por um lado crescia a reivindicação indígena pelos seus territórios, por outro o Conselho de Segurança Nacional articulava planos para reduzir ao máximo as terras que os indígenas teriam direitos. Uma das argumentações que os setores militares utilizavam era o grau de “aculturação” que esses indígenas se encontravam, dessa forma passava a ser proposto a criação de colônias agrícolas, onde seriam distribuídos lotes de terra para as famílias em vez de uma demarcação de fato.

Essa proposta do General Bayma Denys foi fortemente rechaçada pelas lideranças Tukano, então a UCIRT em 8 e 9 de junho de 1986, não aceita a proposta das colônias agrícolas, sendo esse modelo completamente incompatível com as demandas alegadas pelos setores indígenas, novamente em uma segunda assembleia das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro em abril de 1987 as lideranças indígenas Baniwa, Kuripako, Werekena, Desana, Tukano, Arapaço, Tariano, Baré, Maku, Cubeo, Pira-Tapuio, Miriti-tapuio e Yanomami negam novamente a proposta de criação de colônias agrícolas.

Após a promulgação da constituição cidadã de 1988, se iniciava no Alto Rio Negro no lugar das colônias agrícolas, se demarcava 14 terras indígenas e 11 florestas nacionais, entretanto mesmo dentro do viés democrático as terras indígenas foram reduzidas cerca de 61% (FARIA, 2003, p. 84). Mesmo que a constituição cidadã em tese prezava pelos direitos indígenas, não se tornava uma verdade dentro da vivência das populações rionegrinas.

As implicações dessa redução na vida indígena eram explícitas, assim a organização socioeconômica da população habitante do Alto Rio Negro

era alterada, os efeitos do contato externo desde a colonização e redobrado durante a ditadura implicava não só na perda de espaço físico, mas como conclui o autor Ivani Ferreira consistia sobretudo numa perda cultural. Nos seguintes anos as lideranças indígenas seguiam evidenciando a necessidade de demarcação de uma terra contínua só assim era garantia de seguridade de sua autonomia.

Nessa perspectiva o movimento indígena não aceitou em se limitar a essa fragmentação territorial e utilizando dos direitos assegurados pela constituição federal, recorreram para reivindicar uma revisão das ilhas que tinham sido demarcadas. Assim em 1992 Sidney Possuelo aprova uma nova averiguação dessas áreas indígenas descontínuas.

Assim, as lideranças indígenas utilizaram os meios possíveis para garantir um processo de demarcação que de fato efetivasse suas demandas. Em 1992 procuraram a Funai, além de encaminhar uma carta ao presidente da república que exigia que o Alto Rio Negro fosse demarcado como uma terra única.

Em outubro de 1995, na ocasião de uma visita em São Gabriel da Cachoeira/AM para a inauguração da unidade local do sistema de informação SIVAM, Nelson Jobim, então Ministro da Justiça, afirmou para as lideranças indígenas do rio Negro que não havia nenhum impedimento jurídico quanto à demarcação de Áreas Indígenas em faixa de fronteira e que o parecer da Advocacia Geral da União estava prestes a sair. Declarou, além disso, que suas dúvidas referiam-se principalmente à extensão do alto rio Negro e que, de modo a saná-las, ele faria outra visita na região. Ele queria averiguar se o que ele 70 vinha chamando de “quatro círculos”, isto é, áreas de habitação permanente, áreas destinadas à atividades produtivas, áreas de preservação dos recursos naturais, áreas necessárias à reprodução física e cultural do povo indígena contemplado, estavam comunicando entre si (Andrello, 1996, p. 121). Finalmente, após mais de 20 anos de luta, os índios do alto rio Negro conseguiram a demarcação do seu território com 1.150.000 ha. de superfície contínua (Buchillet, 1997, p. 69).

Porém, apenas em 1995 Nelson Jobim ministro da justiça juntamente com Márcio Santilli presidente da Funai se reúnem com os indígenas do Rio Negro, assim Jobim por meio do decreto 1.775 reconhece os direitos territoriais do Alto Rio Negro.

Por conclusão esse trabalho visou estudar como a Ditadura Militar agiu dentro do território amazônico, buscando averiguar os povos indígenas como sujeitos históricos que também foram lesados pelo regime ditatorial, o trabalho propõe uma discussão sobre o protagonismo indígena que hegemonicamente segue relativizado na historiografia do acerca das ações militares dentro desse período, mas pautando também a manutenção desse militarismo na redemocratização .

Por ser uma área de fronteira o regime utilizou as justificativas da Doutrina de Segurança Nacional para sua ocupação do Alto Rio Negro, o que pode ser definido como uma verdadeira invasão nos territórios das famílias linguísticas Arawak, Tukano Oriental e Makus assim a partir da década de 1960 se inicia dentro desse território a exploração de recursos dos recursos naturais e a dizimação dos povos indígenas, seja pelo alto grau de violência regime, os deslocamentos promovidos pelo rodoviarismo, e a constante tentativa de apagamento étnico.

Entretanto, a população rionegrina resistiu fortemente aos atos da ditadura militar e no ano de 1971 começou a luta efetiva pela demarcação do seu território, não aceitando as condições que o Conselho de Segurança Nacional tentava impor alegando a impossibilidade de demarcação de um território contínuo ao mesmo tempo que se implantava o Projeto calha norte sendo uma continuidade do regime militar.

Desse modo as lideranças indígenas realizaram assembleias, reuniões e diversos atos para que as terras indígenas do Alto Rio Negro fossem demarcadas, invés de serem substituídas por colônias agrícolas, em um primeiro momento a população sofreu com uma drástica redução de sua área de habitação, porém o movimento indígena não aceitou permanecer em um território fragmentado, continuando com a sua luta reivindicatória e em 1996 depois de mais de 20 anos de luta finalmente o território indígena do Alto Rio Negro é demarcado.

Referências

BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio. **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. 2021.

BUCHILLET, Dominique. **Os índios da região do Alto Rio Negro: história, etnografia e situação das terras**. Laudo antropológico apresentado à Procuradoria Geral da República, 1997.

BUCHILLET, Dominique (1991) “Pari-Cachoeira: o laboratório Tukano do projeto Calha-Norte”. *In: Povos Indígenas do Brasil*. Aconteceu Especial 1987/88/89/90. São Paulo: CEDI

DAVIS, Shelton H. *et al.* **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Zahar, 1978.

DE FARIA, Ivani Ferreira. **Território e territorialidades indígenas do Alto Rio Negro**. EDUA, 2003.

FOIRN/ISA. **Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro – Uma Introdução a Diversidade Socioambiental do Noroeste da Amazônia Brasileira**. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN/ISA. 2006.

MEIRA, Márcio. **A Persistência do Aviamento: Colonialismo e História Indígena no Noroeste Amazônico**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UNIRIO, 2017.

TRINIDAD, Carlos Benítez. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. **Anuário antropológico**, v. 43, n. 1, p. 257-284, 2018.

A magistratura de paz em tempos de guerra (1835-1840)

*Leonardo Ryon Alves dos Santos*¹
*Danielle Moura Figueiredo*²

Introdução

A justiça de paz foi estabelecida no Brasil pela Constituição de 1824 e regulamentada pela Lei de 15 de outubro de 1827, como uma instância local composta por autoridades eleitas, leigas, porém com importantes responsabilidades na administração da justiça nas freguesias e termos (Aguiar, 2022). Com a promulgação do Código do Processo Criminal de 1832, as atribuições e competências dos juízes de paz foram ampliadas, consolidando-se como peças-chave na descentralização do sistema judiciário (Moura, 2023). Passaram, então, a desempenhar um papel crucial na administração da justiça em primeira instância.

Velasco (2003) descreve minuciosamente as diversas responsabilidades dos juízes de paz no contexto da justiça imperial no Brasil do século XIX. No âmbito da administração local, esses juízes assumiam tarefas como a organização de registros civis, a manutenção da ordem pública e a coordenação de serviços básicos na comunidade. Além disso, detinham autoridade para lidar com questões de segurança pública, podendo adotar medidas para preservar a tranquilidade em suas áreas de atuação. No campo judicial, cabia a eles julgar causas de menor complexidade, conhecidas como “pequenas causas”, que abrangiam desde disputas entre vizinhos até cobrança de dívidas e desavenças entre moradores. Paralelamente, os juízes de paz exerciam um papel fundamental como mediadores, buscando conciliar as partes envolvidas em conflitos e promover uma resolução amigável das disputas. Essa atuação multifacetada dos juízes de paz era essencial para a administração da justiça e para

1 Graduando do curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (FAHIS- IFCH-UFPA).

2 Doutora em História pela Universidade Federal do Pará, professora da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA-UFPA) - /Orientadora

a manutenção da ordem nas comunidades locais, contribuindo para garantir a efetivação dos direitos e a resolução ágil dos conflitos.

Os juízes de paz eram elementos essenciais na estrutura jurídica brasileira do século XIX, representando uma tentativa liberal de descentralizar o poder e fortalecer as instâncias locais na administração da justiça. Por isso, a própria existência do cargo, sua atuação e os critérios de elegibilidade foram motivo de debates e conflitos políticos no início da formação do estado imperial (Aguiar, 2022). Nesse contexto, surgiu a Cabanagem no Grão-Pará (1835-1840), causada pelas insatisfações da população local, especialmente das camadas mais pobres e marginalizadas, diante das condições sociais, econômicas e políticas da época (Ricci, 2007).

Durante o período em questão, os presidentes de província adotaram uma variedade de posturas em relação aos juízes de paz. Segundo Moura e Ricci (2018), alguns desses presidentes expressaram críticas contundentes aos juízes de paz, apontando questões como “ignorância”, “inoperância”, “incapacidade”, “impunidade” e até mesmo acusações de cumplicidade com movimentos contestatórios, como a Cabanagem. De acordo com as autoras, a presidência via nos juízes de paz como parte do problema, associando-os a desordens provinciais, revoltas e conflitos locais, havendo até mesmo relatos de participação direta ou indireta dos juízes de paz em movimentos contestatórios reforçavam essa percepção negativa sobre o cargo.

Essa postura adotada pelos presidentes de província refletia uma preocupação central com a estabilidade, a ordem e a união do Estado Imperial. Essa preocupação levava a pedidos de revisão das atribuições e poderes dos juízes de paz, como forma de lidar com os desafios apresentados pela instabilidade política da época, especialmente durante a Cabanagem e outros movimentos sociais (Moura, Ricci, 2018). Portanto, a atitude dos presidentes de província em relação aos juízes de paz era frequentemente crítica, evidenciando os problemas e desafios enfrentados por essas autoridades locais em meio aos conflitos sociais e políticos do período.

Durante esse recorte conturbado, diversos conflitos surgiram entre a presidência da província e alguns juízes de paz. Esses conflitos envolviam disputas de jurisdição e diferentes interpretações sobre a aplicação das leis e as ações a serem tomadas durante a guerra. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é

analisar esses conflitos na administração da justiça na província do Grão-Pará, com foco nas tensões entre os magistrados de paz e autoridades no período da Cabanagem.

A importância deste estudo reside na compreensão da administração da justiça em meio à instabilidade política e conflitos armados. Ele revela as dinâmicas de poder no sistema judiciário, o papel dos juizes de paz como agentes locais de justiça e sua influência em eventos como as guerras cabanas. Além disso, aprofunda os conhecimentos sobre a Cabanagem, destacando aspectos negligenciados e ampliando nosso entendimento do contexto histórico e suas implicações atuais. Assim, torna-se necessário uma análise das relações sociais envolvidas.

Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa combinou a análise de fontes primárias manuscritas (previamente transcritas) com a revisão da literatura sobre a Cabanagem, a formação do Estado Imperial e a justiça de paz, além de referências teóricas da história social. O acervo documental primário sobre a Cabanagem no Arquivo Público do Estado do Pará é vasto e diversificado, exigindo uma seleção criteriosa das fontes mais informativas sobre o objeto de estudo escolhido. Assim, o foco inicial recaiu sobre os diversos livros que compõem o Fundo da Secretaria da Presidência da Província, onde estão contidos ofícios enviados por diversas autoridades civis, militares, religiosas locais, provinciais e imperiais.

Dentre os volumes desse fundo, optou-se pelo exame do códice de número 1083, cuja leitura e análise das suas 846 correspondências revelaram-se um caminho produtivo para compreender a administração da justiça durante os conflitos cabanos. Adicionalmente, a documentação emanada pela presidência da província também se revelou relevante, fornecendo insights sobre o funcionamento do Estado Imperial e revelando aspectos pessoais e rotineiros de algumas autoridades, independentemente de sua hierarquia (Bacellar, 2008).

As 846 correspondências foram submetidas a uma análise metódica e classificadas de acordo com os principais temas abordados, tais como ques-

tões administrativas, segurança pública, práticas processuais, conflitos de jurisdição, divergências na aplicação das leis, orientações sobre a conduta dos agentes do estado e diretrizes relacionadas aos cabanos. Os dados coletados foram então tabulados e analisados visando identificar as relações estabelecidas entre os presidentes da província e os diversos juizes de paz (da capital Belém ou do interior) no período estudado (Santos, 2010).

Além da análise das fontes primárias, a revisão da literatura selecionada proporcionou uma análise reflexiva e dinâmica dos dados e informações coletadas durante a pesquisa. A constante revisão da literatura relevante para o tema em estudo permitiu explorar as características culturais de diferentes classes sociais, revelando uma notável capacidade de compreensão e interpretação do mundo, independente e autônoma em relação ao conhecimento erudito e dominante (Ginzburg, 2006).

Resultados e Discussão

Remeto a Vossa Mercê as inclusas Representações de José Pedro de Moura Palha e José Florentino Cardozo contra o Juiz de Paz do 2º Distrito dessa Vila, Feliciano José Ferreira, por abusos e arbitrariedades cometidas por ele contra os representantes a favor do Criminoso de morte José Cursino da Silva (Arquivo Público do Pará, 1839, doc. 197).

O documento acima é datado de 25 de janeiro de 1839 e dirigido ao promotor público da Vila de Vigia, enviado pelo presidente da província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa, revela uma série de questões de natureza judicial e administrativa presentes na região. Destaca-se, nele, os conflitos entre o juiz de paz do 2º distrito da vila, Feliciano José Ferreira, e dois cidadãos locais, José Pedro de Moura Palha e José Florentino Cardozo, em relação ao caso de José Cursino da Silva, acusado de homicídio. O conteúdo do documento sugere preocupações com possíveis abusos e arbitrariedades cometidos pelo juiz de paz em favor do suspeito.

Diante dessa situação, Soares d'Andréa determinou ao promotor público a abertura de um processo de acusação contra o referido juiz de paz. Esse episódio representou apenas um dos muitos conflitos ocorridos entre a presidência da província do Grão-Pará e alguns juizes de paz. Segundo Moura (2023), os presidentes possuíam uma série de atribuições, como fornecer informações à Corte, manter a ordem interna provincial, garantir o funcionamento das repartições públicas, influenciar nos negócios provinciais e zelar pela execução das leis locais. O documento em questão reflete precisamente essa autoridade e o papel de “inspetor” de Francisco José de Souza Soares d'Andréa, como representante do governo imperial na região, ao qual todos, inclusive os juizes de paz, estavam subordinados (Souza, 2021).

Essa intervenção direta indica que suas ações visavam garantir a aplicação do que ele considerava “justiça”, protegendo e mantendo a “ordem pública” sob a perspectiva imperial, em uma província ainda profundamente marcada pelos efeitos do movimento cabano (1835-1840). Os principais desacordos entre os contemporâneos sobre a natureza da justiça de paz no Brasil Imperial estavam centrados principalmente na extensão da jurisdição dos juizes de paz. Conforme observado por Silva Júnior (2022), os debates entre os deputados giravam em torno de limitar a jurisdição dos juizes de paz ao que era estipulado na Constituição ou ampliar suas atribuições. Essas divergências refletiam diferentes concepções sobre o papel e a autoridade dos juizes de paz nas localidades.

A relação entre os presidentes de província e os juizes de paz durante o período analisado era complexa e variada. Inicialmente, os presidentes de província tinham expectativas positivas em relação aos juizes de paz, esperando que eles contribuíssem para a manutenção da tranquilidade e segurança em suas jurisdições (Moura, 2023). No entanto, ao longo do tempo e, especialmente após os movimentos sociais como a Cabanagem, a visão dos presidentes de província sobre os juizes de paz mudou.

De acordo com Moura (2023), relatórios da década de 1830 na província mencionam conexões entre juizes de paz e movimentos como a Cabanagem, sugerindo que alguns juizes se envolviam em disputas partidárias locais ou assumiam posições de autoridade local. Os presidentes de província começaram a criticar a conduta dos juizes de paz, acusando-os de fomentar desordem e

rebelião em algumas áreas, além de serem ineficazes na restauração do controle imperial. Essa mudança na percepção dos presidentes de província em relação aos juizes de paz refletiu as transformações políticas e sociais ocorridas durante o período regencial, influenciando a maneira como as autoridades centrais percebiam o papel e a atuação desses juizes nas províncias.

Nesse contexto, observa-se uma proliferação de casos na documentação analisada em que os presidentes provinciais expressavam queixas ou ordenavam ações contra juizes de paz. Tais queixas referiam-se a condutas consideradas inadequadas, como conflitos de jurisdição e ações que não estavam de acordo com o exercício da lei, como o caso do juiz de paz de Vigia, apresentado anteriormente, mas estava longe de ser o único.

Em 1838, por exemplo, o Juiz de Paz de Muaná encontrou-se envolvido em uma contenda com o Comandante Militar do distrito de Muaná. Em uma correspondência datada de 25 de agosto de 1838, dirigida ao Juiz de Paz, o Presidente do Governo do Pará, Francisco José de Souza Soares d'Andréa, abordou o conflito de jurisdição:

Para o Juiz de Paz de Muaná,
Respondendo ao seu Officio do 1º do Corrente sobre o conflito de jurisdição, que Vme.dej. haver [em] o Commandante Militar d'esse Distrito, direi que os presos Militares não estão às ordens senão dos Militares, e quando Vme. precisar de pôr n'ellas algum prezo solicite permissão do Commandante Militar respectivo, e isto fará tantas vezes quantas vizes precisar; e quando tratar de prisões de mulheres deve haver atenção às regras da decência, e não as prender com homens; e o Commandante Militar não precisa saber das culpas. Deus Guarde a Vme.
Palácio do Governo do Pará, 25 de Agosto de 1838 = Francisco José de Souza Soares d'Andréa = Senr. Manoel Theodoro Ferreira Ribeiro (Arquivo Público do Pará, 1839, doc. 13).

No comunicado, o Presidente esclareceu que os prisioneiros militares estão sob a autoridade exclusiva dos militares, e que, portanto, qualquer medi-

da relacionada a eles deve ser tomada mediante permissão do respectivo Comandante Militar. Ele ainda enfatizou a importância de observar as normas de decência ao lidar com prisões de mulheres, recomendando que não sejam detidas junto aos homens. Além disso, ressaltou que o Comandante Militar não precisa ser informado sobre as culpas das pessoas detidas. Essa correspondência demonstra alguns dos desafios enfrentados pelo sistema de justiça e pela administração local na manutenção da ordem e na resolução de conflitos (como os de jurisdição) em meio ao contexto político e social da época.

Além de questões como estas, os presidentes forneciam instruções sobre como esses magistrados deveriam agir diante das questões relacionadas à Cabanagem. Não foram incomuns os casos em que os presidentes (como Francisco José de Sousa Soares de Andrea ou Bernardo de Sousa Franco) tiveram que intervir na conduta dos juizes de paz dentro deste contexto complexo. Como o episódio de desentendimento protagonizado entre juiz de paz de Bemfica e o presidente Bernardo de Sousa Franco, quando este solicitou esclarecimentos e emitiu ordens ao juiz sobre suas ações em relação a “Rebelião Geral”:

Para o Juiz de Paz de Bemfica.

Diga-me VMe. com authorização de quem inten-tou, e concluo novo Processo qual pelo crime de rebel-liaõ no seu districto, tendo-se já feito dous, e poden-do-se apenas a vista do Cod. do Proc., e principios do Direito, intentar accuzação contra hum, ou outros indi-viduo, que tivesse contra si factos determinados, e naõ accu-zação por motivo de crime de que já ha conhecimento to-mado. Digo-me mais se os individuos consta da lista que vem na frente dos Autos são habitantes passificos do districto, ou se andaõ errantes, e faça para isso nova lista, que me remetterá com a observações na frente de cada nome, e fique na intelligencia de que sem minha Ordem naõ deve mandar prender algum por crime de rebelliaõ. Todas esta informações quero -immediactamente. Deos Guarde a VMe . Palacio do Governo do Pará 3 d' Setembro de 1839 = Bernardo de Souza Franco = Sení (Arquivo Público do Pará, 1839, doc. 506).

Na correspondência entre o presidente e o juiz de paz de Bemfica, datada de 3 de setembro de 1839, fica evidente a insatisfação de Franco com as ações do juiz de paz em relação ao processo de acusação de participação na rebelião geral. Além de expressar sua discordância em relação aos procedimentos adotados, Franco deixa claro que o juiz de paz não deve mais prender qualquer indivíduo acusado de envolvimento na rebelião geral.

Essa instrução revela não apenas a preocupação do presidente em corrigir uma suposta conduta inadequada por parte do juiz de paz, mas também reflete a complexidade das relações de poder e das dinâmicas políticas da época. O presidente do Pará busca manter o controle sobre as atividades judiciais, garantindo que estas estejam alinhadas com as diretrizes estabelecidas pelo governo central.

Um outro caso ocorrido no mesmo ano de 1839, mas ainda no governo de Francisco José de Souza Soares d'Andréa, notificava o Juiz de Paz do 5º Distrito da Cidade de Belém sobre sua conduta em relação a um acusado que também teria participação na “Rebelião Geral”:

Para o Juiz de Paz do 5º Dest. da Cidade,
Accuzando a recepção do Sumario crime do Réo victorino de Jezus, que Vme . me enviou com o seu Officio de 21 do mez passado; tenho de lhe dizer, que os Sumários dos Réos da Rebelião d'esta Província em virtude da minha circular de 23 de Junho de 1837 não podem ter andamento algum em quanto a Aszembléa Geral Legislativa não determinar a maneira de serem julgados e que taés Sumarios não podem em consequencia passar da Pronuncia e prízão dos Réos, e não lhe devolvo o referido Sommario para reformar o seu Despacho, por ter tido hontem parte da Curvêta = Defensora de haver ali falecido o dito Réo Victorino de Jezus. Deos Guarde a Vme . Palacio do Governo do Pará 11 de Março 1839 = Francisco. Jozé de Souza Soares d'Andréa = Senr. Jozé Ferreira de Lacerda” (Arquivo Público do Pará, 1839, doc. 269).

Na correspondência de março de 1839, o Presidente expressa que recebeu o Sumário crime do Réu Victorino de Jesus, enviado pelo Juiz de Paz juntamente com um ofício datado do dia 21 do mês anterior. No entanto, esclarece ao juiz que, de acordo com sua circular de 23 de junho de 1837, os sumários dos réus envolvidos na rebelião na Província não podem progredir até que a Assembleia Geral Legislativa determine a forma de julgamento. Portanto, não podendo o dito juiz realizar sumários que fossem além da pronúncia e à prisão dos réus. Andrea ainda informa que não devolverá o referido sumário para revisão do despacho do Juiz de Paz, pois havia recebido a informação de que o réu Victorino de Jesus faleceu no dia anterior. Casos como este, destacam as ordenações estabelecidas pelo Presidente em relação ao tratamento que deveria ser dado (com base nas determinações legais existentes) aos casos relacionados à rebelião na província e que estavam nas mãos de juizes de paz, ordenando como estes deveriam proceder e informando de suas condutas possivelmente errôneas.

Para Moura (2009), os juizes de paz da província do Grão-Pará eram acusados por Soares d'Andréa de serem “defensores” ou “amigos do partido dos cabanos”. De acordo com Moura e Ricci (2018), os magistrados de paz eram vistos por seus opositores como uma ameaça ao poder central e à unidade do Império no Brasil Imperial. Para as autoras, a polarização entre os que apoiavam e os que se opunham ao cargo de juiz de paz refletia as tensões políticas, sociais e intelectuais características do período, marcado pela formação do Estado e pela disputa entre centralização e descentralização.

Os opositores do juiz de paz temiam que a descentralização do poder político por meio desse cargo pudesse enfraquecer a autoridade central do imperador e minar a coesão do Império. Eles viam o juiz de paz como um representante do poder local capaz de desafiar a autoridade do governo central e criar divisões no país (Moura, Ricci, 2018).

Essa polarização influenciou o cenário político da época, intensificando os embates entre os defensores da descentralização do poder e aqueles que buscavam manter a centralização política. As discussões sobre o cargo de juiz de paz refletiam as divergências em relação à organização do Estado e à distribuição do poder entre as instâncias locais e o governo central.

Segundo Moura (2009), ainda no governo do presidente Soares d'Andréa, foram tomadas medidas enérgicas para recuperar a província do cabano, considerados por ele como indivíduos malévolos que semeavam o terror no Pará. De acordo com a autora, tanto Andréa quanto outras lideranças contrárias aos cabanos estabeleceram uma conexão entre a natureza e a índole da população, assim como a falta de civilização era vista como uma causa das deficiências da Província. Portanto, sua população era rotulada como “incivilizada”, o que demandava a implementação de medidas para mitigar essas características.

Uma dessas medidas poderia ser a intervenção direta na atuação de figuras como os juízes de paz, que eram alvo de controvérsias para muitas autoridades anti-cabanagem, os quais viam nesses juízes uma possível ligação com os cabanos (Moura, 2023). Essa análise ajuda a entender de forma mais clara como a justiça é frequentemente utilizada como uma ferramenta política, conforme discutido por Thompson (1997). Todo esse contexto descrito poderia ter influenciado nos diversos conflitos travados entre juízes de paz e presidentes de província.

Conclusões

A investigação sobre os conflitos na administração da justiça na província do Grão-Pará, com enfoque na interação entre os juízes de paz e outros sujeitos como os presidentes de província, revelou uma dinâmica intrincada e multifacetada durante o período de 1835 a 1840, marcado pela turbulência da Cabanagem. A análise da documentação evidenciou que os juízes de paz desempenhavam um papel destacado na esfera local da justiça e da política, frequentemente envolvendo-se em disputas com os presidentes provinciais.

Os resultados destacaram que tais conflitos abrangiam questões de jurisdição, direcionamento na aplicação das leis e ações a serem tomadas diante do contexto da Cabanagem. Inicialmente, os presidentes provinciais mantinham expectativas positivas em relação aos juízes de paz, porém, ao longo do tempo, passaram a criticar sua conduta, acusando-os de contribuir para a desordem, impunidade e revolta em algumas áreas, além de suspeitarem de suas ligações com os cabanos. Entretanto, a identidade dos juízes de paz era mais complexa do que estas imagens sugeriam.

A mudança na percepção dos presidentes de província em relação aos juizes de paz refletiu as transformações políticas e sociais ocorridas durante o período regencial, influenciando a maneira como as autoridades centrais percebiam o papel e a atuação desses magistrados nas províncias. A diversidade de casos na documentação analisada, nos quais os presidentes provinciais expressavam queixas ou tomavam medidas contra os juizes de paz, evidencia a complexidade dos conflitos e os esforços das autoridades imperiais para garantir a “ordem pública” e a “adequada aplicação da lei” em meio a instabilidade política e conflitos armados.

Além das conclusões já apresentadas, emergem outras considerações importantes. Os conflitos entre os presidentes provinciais e os juizes de paz não se limitaram a questões jurídicas, mas também refletiram disputas políticas e sociais mais amplas, incluindo outras dimensões do conflito cabano. Os juizes de paz muitas vezes exerciam influência significativa sobre as comunidades locais, tornando-se alvos de críticas e intervenções por parte das autoridades provinciais.

A análise da documentação demonstra a complexidade das relações de poder dentro do sistema judiciário provincial, com os presidentes provinciais buscando manter o controle sobre as instituições locais e garantir a aplicação da lei de acordo com os interesses do Estado, enquanto os juizes de paz desafiavam essa autoridade em algumas ocasiões.

O impacto da Cabanagem na dinâmica entre os presidentes provinciais e os juizes de paz foi significativo, criando um ambiente de instabilidade e conflito no qual as autoridades provinciais enfrentaram desafios para manter a ordem e a autoridade do governo imperial. Nesse contexto, os juizes de paz desempenharam um papel ambíguo, sendo tanto agentes de manutenção da ordem quanto potenciais catalisadores de agitação e revolta.

Por fim, é crucial destacar que o estudo desses conflitos na gestão da justiça na província do Grão-Pará não apenas contribui para a compreensão da Cabanagem, mas também oferece insights importantes sobre as dinâmicas políticas e sociais do Brasil no século XIX. Essas conclusões ressaltam a importância de considerar as interações entre as autoridades locais e imperiais na análise da história jurídica e política do país, enriquecendo nosso entendimento do processo de construção do Estado brasileiro e suas instituições.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Governo com Diversos Códice 1083 (Correspondência do Governo com Diversos-Juízes) Conselho do Governo [doc. 13, ano 1838].

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Governo com Diversos Códice 1083 (Correspondência do Governo com Diversos-Juízes) Conselho do Governo [doc. 197, ano 1839].

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Governo com Diversos Códice 1083 (Correspondência do Governo com Diversos-Juízes) Conselho do Governo [doc. 269, ano 1839].

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Correspondência de Governo com Diversos Códice 1083 (Correspondência do Governo com Diversos-Juízes) Conselho do Governo [doc. 506, ano 1839].

Referências

AGUIAR, P. F. . “UM CAMPO DE CONFLITOS”: o presidente da província e os juízes de paz na investigação sobre a Rusga em Mato Grosso. **Outros Tempos**: Pesquisa em Foco - História, [S.l.], v. 19, n. 33, p. 146–174, 2022. DOI: 10.18817/ot.v19i33.912. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/912. Acesso em: 25 mar. 2024.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. **Fontes históricas**. Tradução. São Paulo: Contexto, 2006. Acesso em: 25 mar. 2024.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MOURA, Danielle. Figuerêdo. Malfadada **Província**: lembranças de anarquia e anseios de civilização (1836-1839). 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

MOURA, Danielle; RICCI, Magda. “Defensores das leis” ou “malvados”: o juizado de paz no contexto da Cabanagem. **Anais do III Seminário Internacional da Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos**, v. 3. Natal, 2018.

MOURA, Danielle Figuerêdo. **Aqueles que merecem a opinião pública: Justiça de Paz, Cidadania e Mobilização Política nas primeiras eleições no Grão-Pará (1827-1841)**. 2023. 260 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, p. 5-30, 2007.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em História**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2010.

SILVA JÚNIOR, E. D. . “SOBRE AS DÚVIDAS QUANTO À INTELIGÊNCIA DA PALAVRA – MAGISTRADO –”: os enquadramentos dos juízes de paz na cultura jurídica do Brasil Império (1827-1841) . **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 19, n. 33, p. 175–192, 2022. DOI: 10.18817/eot.v19i33.913. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/913. Acesso em: 25 mar. 2024.

SOUZA, William de Andrade. **Câmara e o (des)governo municipal**. Administração e civilidade no Brasil Imperial (Recife, 1829-1849). Jundiaí [SP]: Paco, 2021.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. A origem da Lei Negra. 2. ed. RJ: Paz e Terra, 1997.

VELLASCO, I. de A. O juiz de paz e o Código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX. **Revista Justiça e História**. Rio Grande do Sul, v. 3, n. 6, 2003.

Acervos pessoais como instrumento de pesquisa histórica: o caso de Cosme Alves Netto

Laícia Beatriz Nobre da Costa (UERN)¹

Resumo

Os acervos pessoais são espaços de pesquisa significativos, capazes de oferecer novas perspectivas e interpretações sobre diferentes eventos históricos por meio da criação de fundos para pesquisa histórico-biográfica. Destarte, o trabalho relata a experiência de triagem, organização, catalogação e digitalização do acervo pessoal de Cosme Alves Netto, pesquisador, cineclubista e ex-diretor da Cinemateca do MAM-RJ, cuja guarda encontra-se sob responsabilidade do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDOPH), vinculado ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN - Campus Central). O objetivo é destacar a importância dos acervos pessoais como fontes históricas e espaços de memória, narrando a trajetória pessoal de Cosme Alves Netto como uma personalidade proeminente do cinema nacional. Ademais, o projeto visa estabelecer uma política de conservação e guarda de acervos pessoais para promover a socialização de informações históricas, patrimônio imaterial e memória, através da criação de fundos para museus ou centros de memória.

Palavras-chave: Acervos pessoais; Cosme Alves Netto; Pesquisa Histórica; Memória.

Introdução

Segundo Sandra J. Pesavento (2005), ao longo do século XX e, especialmente a partir da década de 1970, a prática historiográfica sofreu uma série de alterações de caráter epistemológico, que resultaram na emergência de novas abordagens historiográficas, como é o caso da História cultural. Essas transformações epistemológicas, além de favorecerem o estudo de novas

¹ Graduanda em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: laiciabeatriz@outlook.com.

questões, permitiram que as noções de documentação fossem expandidas, de modo que documentos até então relegados ou mesmo totalmente esquecidos, passassem a ser utilizados como objeto de pesquisa. É nesse ângulo que surge a percepção de que todo vestígio do passado é importante para a ciência de Clio.

Dessa forma, itens como correspondências, jornais, folhetos, livros, discos, material iconográfico, objetos de uso pessoal, dentre outros, surgem como fontes de pesquisa singulares, capazes de oferecer novas perspectivas e interpretações sobre diferentes eventos históricos. As fontes históricas contidas nos acervos pessoais, além de propiciar diversas dimensões da vida de seu titular, seja no âmbito familiar, acadêmico, profissional, social ou religioso, podem servir a compreensão do modo de vida de toda uma sociedade. Elas são vestígios da existência de um indivíduo e, por conseguinte, prova da existência dos grupos com os quais ele interagiu.

Para desenvolver a análise dos arquivos pessoais, é preciso antes recorrer à definição proposta pelos teóricos da arquivística. Heloísa Liberalli Bellotto os define como:

[...] os constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro, de uma família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim, de documentos que, preservados para além da vida dessa mesma pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então ser abertos a pesquisa pública (Bellotto, 2007, p. 265-266).

Conforme Bellotto (2007), os arquivos pessoais podem ser definidos como o conjunto de papéis, material audiovisual ou iconográfico acumulado no decorrer das atividades pessoais ou profissionais de estadistas, escritores, cineastas etc. Tais figuras, em virtude da função que exerceram, podem despertar interesse para pesquisas em suas respectivas áreas de atuação, ou até mesmo conservar informações inéditas em sua documentação que, uma vez compartilhadas com a comunidade acadêmica e a sociedade civil podem servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia.

Sendo assim, os acervos pessoais e centros de documentação devem receber tratamento arquivístico, para que após a sua organização, eles possam ser socializados para a pesquisa pública. Consoante a isso, ainda a partir do exposto por Bellotto (2007), as funções arquivísticas permitem:

[...] dar acesso às informações contidas nos documentos que ele custodia - são no que toca a parte técnica: registrar, classificar, avaliar, eliminar (quando chegada à data estabelecida pela avaliação), descrever, dar à consulta e divulgar (no caso dos arquivos históricos) seus documentos. Quanto a função cidadã, social e científica, cabe aos arquivos preservar a memória social, atender aos direitos dos cidadãos, facilitar a investigação histórica. Em tudo isso, há uma enorme carga de responsabilidade, por parte dos arquivistas, seja como cidadãos, seja como profissionais (Bellotto, 2002, p. 20).

O historiador francês Philippe Artières (1998), considera o exercício de arquivamento da própria vida como uma prática que tem o intuito de construir uma imagem, seja para si ou para os outros. No entanto, o autor argumenta que não é possível arquivar a própria vida de maneira absoluta, de modo que “não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal” (Artières, 1998, p. 11), então os variados itens contidos nos arquivos pessoais, como objetos tridimensionais, fotografias, diários, correspondências e cadernos, tornam-se meios pelos quais “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, colocamos em destaque certas passagens” (Artières, 1998, p. 11).

Assim, a ação de reunir documentos acumulados durante toda a vida não é meramente ocasional. O indivíduo, ao escrever cotidianamente em seu diário, ao conservar e organizar seus papéis em pastas está, mesmo que inconscientemente, redigindo sua autobiografia para conservar a memória que deseja legar. Guardar documentos de si mesmo, é uma ação que diz respeito ao que Fausto Colombo (1991), sugere como “filosofia da memória”, que descreve a obsessão da sociedade contemporânea pela preservação da memória, refletindo uma aversão generalizada à ideia de esquecimento.

Para Ricoeur (2007), o momento de arquivamento é o momento da inscrição do testemunho como escrita, o que promove uma ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral. Ele afirma que o ato de fazer história é inaugurado quando “se assume em primeiro plano a iniciativa de pessoa física ou jurídica que visa a preservar os rastros de sua própria atividade” (Ricoeur, 2007, p. 178).

Partindo dessa reflexão inicial, o presente artigo versa sobre uma experiência de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no Acervo Pessoal de Cosme Alves Netto, destacado pesquisador e cineclubista amazonense, cujos documentos estão depositados no Núcleo de Documentação e Pesquisa História (NUDOPH). O objetivo do trabalho é discorrer sobre os procedimentos adotados para dar condições de uso e acesso ao acervo, além de destacar a importância dos acervos pessoais como fontes históricas e espaços de memória. No decorrer deste trabalho será apresentado um breve resumo biográfico de Alves Netto, bem como o caminho que o acervo percorreu até o momento de triagem, organização, catalogação e digitalização do acervo, de maneira que se possa refletir sobre os desafios enfrentados no tratamento de acervos dessa natureza.

Resumo biográfico: Cosme Alves Netto

Antes de adentrar nas características do acervo em si, é necessário fazer uma breve apresentação da trajetória de seu titular. Nascido em Manaus em 1937, Cosme Alves Ferreira Netto passou a residir no Rio de Janeiro na segunda metade dos anos 1950 para iniciar seus estudos na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil², onde se envolveu ativamente com o movimento cineclubista – inclusive atuando como diretor do Grupo de Estudos Cinematográficos da União Metropolitana dos Estudantes (GEC-UME) – e com a militância católica de esquerda. Em 1962, Cosme retorna a Manaus a pedido de seu pai, que queria vê-lo assumindo os negócios da família. No entanto, não tendo a intenção de trabalhar com esse ramo, renuncia a sua herança para se dedicar a sua verdadeira paixão: o cinema.

2 Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De volta ao Rio, retoma suas atividades culturais, sendo nomeado presidente da Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro. Devido ao seu envolvimento na Ação Popular (AP)³ Cosme é preso em 1964 junto de sua noiva Iza Guerra. Segundo Machado (2016), a prisão de Cosme é decretada em julho de 1964, sendo posto em liberdade somente seis meses depois, por falta de provas. Nesse período, já devido a sua atuação no cineclubismo, ele recebe o convite para assumir o cargo de diretor da Cinemateca do MAM-RJ e trabalhar na programação da instituição, mas como estava preso, só pode assumir o cargo em 1965 (Quental, 2010).

No comando da cinemateca, Cosme se dedicou ao trabalho de guarda, preservação e exibição de filmes. Como narram seus amigos mais próximos no documentário *Tudo por amor ao cinema* (2015, Aurélio Michiles), além de tarefa de resgatar e guardar filmes durante um período politicamente conturbado na América Latina⁴, a preocupação principal de Cosme Netto era a de transmitir as fitas, tanto para o público em geral quanto para pesquisadores e críticos de cinema. A gestão de Cosme na cinemateca transformou a instituição em “um importante espaço de resistência político-cultural ao regime militar brasileiro”, além de “um ponto de referência e troca com outras instituições de cinema de toda a América Latina” (Quental, 2010, p. 11). Como frisa Machado (2016), lá aconteciam cursos, encontros, debates e exibições de vários títulos, nacionais e estrangeiros, censurados no período, como o clássico do cinema soviético *O Encouraçado Potemkin* (Sergei Eisenstein. 1925). No pós AI-5, Cosme escondeu ou levou para fora do país títulos que estavam na clandestinidade, como foi o caso das fitas de *Cabra Marcado para Morrer* (Eduardo Coutinho, 1984), encobertas na cinemateca sob o título falso de “A Rosa do Campo”.

Em razão disso, pode-se dizer que o trabalho de Alves Netto tinha um forte viés ideológico e político. Mesmo tendo plena consciência dos riscos que corria, não abdica em nenhum momento da dedicação ao projeto que desenvolvia dentro da Cinemateca do MAM-RJ, chegando até a ser preso uma segunda vez em 1969, momento em que foi brutalmente torturado. Durante

3 A Ação Popular foi uma organização política de esquerda cristã que atuou clandestinamente durante a ditadura.

4 Na década de 1960, Brasil, Bolívia, Peru e Argentina passaram por ditaduras militares; na década de 1970, foi a vez de Chile, Uruguai e novamente a Argentina.

o período em que esteve na direção da cinemateca (1965-1989), atuou como exímio itinerante cultural, levando o cinema latino-americano para diversos festivais internacionais e trazendo ao conhecimento do público produções fora do circuito *hollywoodiano*, como os filmes do cinema europeu, sobretudo os do movimento *Nouvelle Vague*⁵.

O falecimento do cineasta/pesquisador/militante/agitador cultural, em 2 de janeiro de 1996, em decorrência de um ataque cardíaco, deixou uma lacuna na cinematografia latino-americana, uma vez que ele foi influenciador de toda uma geração de cineclubistas, cineastas e cinéfilos. No entanto, seu legado permanece vivo na memória de todos que testemunharam sua dedicação e amor pelo cinema.

Histórico do acervo

Em 2018, o Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN - Campus Central) recebeu doação de uma vasta documentação recolhida e produzida pelo curador, produtor e estudioso de cinema, Cosme Alves Netto. A aquisição compõe atualmente a coleção do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDOPH), vinculado à Pró-reitoria de Extensão da UERN, cujo propósito é salvar, organizar, catalogar e preservar a documentação de interesse para a instituição e para a comunidade acadêmica. A partir do material doado pela viúva de Cosme, Glória Maria Barbosa, foi dado início ao trabalho de arranjo deste acervo documental.

A documentação que compõe o acervo de Cosme Alves Netto reúne registros desde sua adolescência, passando por toda trajetória acadêmica, até documentos acumulados em suas atividades profissionais. Por seu extenso histórico de participação em organizações políticas, cineclubes, festivais e premiações, conseguiu acumular um imenso arsenal de registros dos mais variados tipos.

5 O termo, que em tradução literal significa “nova onda”, diz respeito a um movimento cinematográfico surgido na França durante a década de 1950 e início dos anos 1960. O movimento caracterizou-se pela participação de jovens cinéfilos que se contrapunham ao cinema comercial produzido pelos grandes estúdios.

O Acervo Cosme Alves Netto compreende não apenas documentos de caráter individual, como fotografias de família, correspondências, documentos de identificação, coleções de discos, livros e fitas, mas também uma extensa documentação relacionada às instituições com as quais Cosme esteve envolvido, em destaque, a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ). Dentre os materiais vinculados à Cinemateca do MAM, podemos mencionar panfletos e cartazes das programações, os quais eram pensados e datilografados pelo próprio Cosme. Através dessa documentação, é possível visualizar quais eventos e exposições eram promovidos pela instituição, além de identificar possíveis tendências presentes no cinema nacional durante o período em questão. O volume de documentos relacionados à cinemateca pode ser explicado tanto pelo tempo que Cosme dedicou a ela quanto pela importância que o local adquiriu em sua trajetória.

De acordo com Bertonha (2007, p. 5), as memórias de algumas pessoas se organizam em torno de um “tempo referencial”, que seria aquele período “em que a pessoa vive o seu momento chave, especial e a partir do qual todas as suas experiências posteriores são comparadas ou avaliadas”. No caso de Cosme Alves Netto, é possível apontar o período em que dirigiu a Cinemateca do MAM como seu “tempo referencial”.

Como dito anteriormente, os documentos relativos ao trabalho de Cosme com o cinema constituem a maior parte do acervo. Dentre eles, destacam-se ainda: convites e certificados de eventos; medalhas, troféus, comandas e insígnias recebidas em premiações; agendas e cartões telefônicos de parceiros na jornada pela preservação de filmes. Também são encontrados cadernos, rascunhos e manuscritos que contêm ideias e projetos do cineasta, além de correspondências trocadas com intelectuais da área.

Ao examinar o acervo, pode-se perceber que os itens acumulados não obedecem a uma lógica, tendo em vista que contém vestígios de diferentes esferas e momentos da vida do titular. Silva (2013) explica que, ao formar acervos pessoais, o produtor tem a liberdade de acumular, organizar e selecionar com base em seus próprios critérios, preferências ou necessidades, pois no âmbito doméstico a construção desses arquivos obedece a lógica de quem o está produzindo, o que pode não fazer sentido para quem observa de fora.

Posto isso, quando o acervo foi recebido pelo Departamento de História da UERN, optou-se por respeitar ao máximo a organização anterior à doação, mantida pela esposa do titular, Glória Maria Barbosa. A partir dessa decisão, a lógica inicial de organização foi de agrupar os documentos conforme sua tipologia e funcionalidade. Assim, os documentos foram organizados em três principais séries: a primeira é a de documentos impressos, que reúne correspondências, cadernos, jornais, certificados e afins. A outra corresponde ao material audiovisual, este dividido em três subséries: fitas cassete, fitas VHS e discos de vinil. E por fim, os documentos tridimensionais, que incluem medalhas, troféus, comandas, broches e objetos similares.

No caso dos impressos, cada documento foi colocado entre uma folha sulfite dobrada ao meio, na qual foram adicionadas informações básicas de identificação, como tipologia, local e data de produção. Junto com a identificação, todos os documentos foram numerados e distribuídos em envelopes. Em razão da carência de material profissional adequado, a digitalização dos documentos foi realizada com o auxílio dos aparelhos celulares dos discentes por meio de ferramentas destinadas a tal finalidade. Até o momento, não foi concebido um sistema próprio para o cadastramento do acervo, de modo que o material já catalogado e digitalizado foi armazenado em nuvem para posterior organização em uma plataforma virtual. Alguns documentos, como é o caso da maioria dos jornais, não puderam ser digitalizados devido à falta de um *scanner* planetário.

As políticas de tratamento e conservação de acervos do Núcleo de Documentação e Pesquisa (NUDOPH) ainda são muito incipientes. O trabalho, realizado pelos alunos de História junto ao acervo de Cosme, visa estabelecer uma política de guarda e conservação desses materiais para promover o acesso a essa documentação. No entanto, prosseguir com o trabalho de organização de um acervo pessoal de conteúdo tão extenso e de diferentes tipologias documentais, não é uma tarefa fácil e rápida.

Considerações finais

Ao longo da elaboração deste trabalho, observou-se que os acervos pessoais estão conquistando seu espaço entre pesquisadores, por conta da sua capacidade de apresentar várias faces de um mesmo indivíduo através de diferentes suportes. No entanto, um longo caminho ainda precisa ser per-

corrido para que o cenário acadêmico enxergue os arquivos e acervos pessoais como instrumentos de pesquisa significativos. Considerando todas as questões aqui colocadas, fica evidente a necessidade de incentivar a preservação e organização dos acervos pessoais, tendo em vista sua função social e científica. Para isso, é fundamental o investimento nas instituições de guarda e núcleos de documentação.

O titular desse acervo transitou por diversos espaços, tendo atuado politicamente e se configurado como um exímio agitador cultural num período no qual a arte e a cultura estiveram sob ataque no Brasil. Os itens do Acervo Pessoal Cosme Alves Netto, ainda em processo de organização, têm potencial para abrir novas possibilidades de pesquisa, tanto sobre a vida do cineasta e seu legado na preservação de filmes, quanto sobre os movimentos de resistência política e cultural das cinematecas em tempos de ditadura militar.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**. Arquivos pessoais. Rio de Janeiro, FGV, v. 11, n. 21, p. 9-33, 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BERTONHA, João Fábio. **A construção da memória através de um acervo pessoal**: o caso do fundo Plínio Salgado em Rio Claro (SP). Patrimônio e Memória. (UNESP. Online), v. 3, p. 1-9, 2007. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/61>. Acesso em: 18 dez. 2023.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1991.

MACHADO, P. F. M. **Imagens que restam**: a tomada, a busca dos arquivos, o documentário e a elaboração de memórias da ditadura militar brasileira. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

QUENTAL, J. L. A. **A preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma cinemateca na Belacap**: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Arquivos pessoais como fonte**: reconhecendo os tipos documentais. *In*: GRANATO, Marcus (Org.). MAST: 30 anos - Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, MAST, p. 178-203, 2015.

Doenças, médicos e curas (1855-1880)

Antonio de Pádua da Silva Pereira Filho

¹Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz²

Resumo

O presente artigo consiste em analisar como as doenças afetam a população teresinense na segunda metade do século XIX, bem como a maneira como o poder médico e as curas populares se relacionam. O intuito é estudar a forma como as doenças circulam por Teresina no período de 1855 a 1880, buscando, a partir da noção de salubridade, compreender a formação do ideal de uma cidade moderna. Para tanto, os objetivos específicos foram analisar as camadas atingidas por essas doenças e refletir sobre o processo de transformação das curas populares ao poder médico. Para apreender o tema proposto, utilizamos um corpo documental dos jornais: O Propagador, O espectador, Liga e Progresso, O amigo do Povo, A imprensa, A Época, O Piauí e A Pátria, os quais apresentam diversos anúncios sobre as doenças. Utilizamos como aporte teórico os seguintes autores: Machado (1978), Chalhoub (1996), Pimenta (2003) e Luz (1982). Nessa pesquisa, notou-se que, médicos, boticários e farmacêuticos dividiram espaço com as curas populares em Teresina. Percebeu-se que, as curas populares se estabelecem como forma direta e mais rápida as populações de camadas mais baixas e impossibilitados de pagarem por serviços privados médicos.

Palavras-chaves: Doenças; Cura Popular; Poder Médico.

Introdução

O presente trabalho consiste em analisar como as doenças afetam a população teresinense na segunda metade do século XIX, bem como a maneira como o poder médico e as curas populares se relacionam. Nesse sentido, a

1 Graduando em História pela Universidade Federal do Piauí. Voluntário do Programa de Iniciação Científica - Práticas de cura e institucionalização de saberes médico-científicos no Piauí e Maranhão, séculos XIX e XX E-mail: paduasilva96@gmail.com.

2 Graduada em Licenciatura Plena em História (1977) e Bacharelado em Ciências Econômicas (1983) pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (1984). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br.

partir da fonte hemerográfica busca-se abranger as práticas de curas populares, além disso, compreender como o poder médico atua fora de seu officio. A história das doenças no Brasil está relacionada a todas as esferas da vida humana, como aponta Sidney Chalhoub, e é afetada pelas transformações do campo do conhecimento, bem como, as ferramentas de fazer científico e histórico. Nesse sentido, buscamos estudar a circulação das doenças em Teresina fora de um fator biológico e mais direcionado ao histórico social, tendo um olhar aprofundado e crítico sobre quais as camadas atingidas pelas moléstias, as formas de cura utilizadas popularmente e as curas médicas, bem como as instituições e suas atuações. Desse modo, esse trabalho se faz importante à medida que novos estudos na área da História da Saúde e das Doenças, e de como o processo da SARS – Covid-19 modificaram profundamente a vida das pessoas, seja a partir da construção do medo do inimigo invisível aos olhos, ou do medo a partir do sentido cristão. Nesse sentido, o apelo religioso no século XIX também está presente na sustentação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, uma instituição que não apenas circulava doenças mas também a presença da sociedade civil teresinense a partir da caridade.

Para elaborarmos a construção do trabalho, utilizamos um corpo documental dos jornais: O Propagador, O espectador, Liga e Progresso, O amigo do Povo, A imprensa, A Época, O Piauí e A Pátria, os quais apresentam diversos anúncios sobre as doenças. Também serão utilizadas as teses médicas e biografias. Utilizamos como aporte teórico os seguintes autores: Machado (1978), Chalhoub (1996), Pimenta (2003) e Luz (1982). Com base na análise das fontes hemerográficas, surgem questionamentos norteadores para a pesquisa. Na compreensão de como as doenças afetam a população teresinense na segunda metade do século XIX, a partir da atuação médica e as curas, quais são os espaços que essas doenças ocupam? De que forma os esforços médicos são empreendidos? Como são feitas as curas? Desse modo, utilizamos a metodologia de pesquisa qualitativa. Portanto, a partir dos autores destacados com a análise e investigação das fontes, foi possível uma reflexão sobre as práticas e discursos, história da cidade, os doentes e os médicos.

O objetivo do presente trabalho é estudar a forma como as doenças circulam por Teresina no período de 1855 a 1880, buscando, a partir da noção de salubridade, compreender a formação do ideal de uma cidade

moderna. Para tanto, os objetivos específicos analisar as camadas atingida por essas doenças e refletir sobre o processo de transformação das curas populares ao poder médico.

Para uma compreensão dos processos e ritos de cura: doenças, ações, contradições que marcaram

A cidade de Teresina nasce como uma das primeiras planejadas do Brasil, após décadas de disputas políticas que marcam o final do século XVIII e primeira metade do século XIX por um local com maior possibilidade de uma provincialização do comércio, como também, melhorar a administração do Piauí, José Antônio Saraiva amparado pela resolução de 23 de agosto de 1850, que estabelecia a mudança da sede do governo do Piauí para a vila do Poti, ao verificar que a vila de pescadores e pequenos comerciantes estava sujeita a enfermidades e pela cheia do rio, solicita a mudança para um outro local chamado Vila Nova do Poti (Freitas, 2020, p. 21). É importante destacar a o papel que Saraiva desempenha enquanto um burocrata nomeado pelo Império, um mudancionista alinhado à necessidade de colocar a província no mapa comercial ligando Teresina a Parnaíba, retirando a dependência da província das cidades de Caxias e São Luís (Araújo, 1997).

A ideia de salubridade é importante também na defesa da mudança da capital para esse região, os adversários dos mudancionistas argumentam contrariamente às afirmações de Saraiva quanto a esse aspecto, o Presidente da Província Zacarias de Góes escreve em seus relatório que apesar das objeções, o lugar era um dos mais salubres, a ideia de se mudar a capital para São Gonçalo era insustentável, devido ao terreno menos fértil e com brejos (Góes *apud* Freitas, 2020, p. 23), é importante pontuar como a noção de saúde da segunda metade do século XIX, na circulação de saberes científicos e médicos da Europa, está ligada a questão dos bons ares e maus ares, as áreas pantanosas eram costumeiramente atribuídas as causas das febres intermitentes, para Alain Corbin “Toda água estagnada exerce uma ameaça. Só o movimento é que purifica. A correnteza leva, mói e dissolve os restos orgânicos que se aninham nos interstícios das partículas aquáticas” (Corbin, 1987, p. 47). Sidney Chalhoub apresenta como esse ideal de salubridade já está presente nas primeiras décadas do século XIX e como as disputas do saber médico geram

diversos debates quanto a causa das doenças e as explicações estrangeiras que giravam em torno da localização geográfica do Brasil (Chalhoub, 1995).

Uma das primeiras necessidades na capital Teresina vinha de estabelecer repartições gerais e provinciais, a Igreja da Nossa Senhora do Amparo é a primeira a se construir na cidade, determinando o marco central da cidade. O planejamento de 1851 feito pelo mestre de obras João Isidoro da Silva França, um anos antes de sua fundação, já determinava importantes características de ruas retilíneas, praças, arquitetura urbana e um cemitério fora do “ambiente urbano” como afirma Oliveira (2022). O cemitério público começa a ser construído em 1852 e é finalizado em 1859, ainda no ano de 1857, a partir da lei de nº 437 é proibido enterramentos em igrejas e noutros lugares das cidades, vilas e povoações (Freitas, 2020). A resolução trata primeiro em específico do espaço da igreja pois remonta às práticas que permaneciam desde a Idade Média e que ainda se faziam presente no Piauí. No ano de 1884, o presidente Vitorino da Costa faz considerações das condições que os dois cemitérios de Teresina se encontram e das práticas necessárias a uma “capital civilizada”, nesse sentido empenha uma quantia para algumas reformas e mudanças necessárias, o discurso toma um caminho do apelo ao humanista e a um sentimento religioso (Freitas, 2020). É importante destacar como o discurso da higiene também se torna o discurso da dignidade e piedade, segundo Corbin (1979).

Nesse sentido, o apelo religioso no século XIX também está presente na sustentação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, uma instituição que não apenas circulava doenças mas também a presença da sociedade civil teresinense a partir da caridade. Para Oliveira: “A devoção a Deus e a benemerência no cuidado aos desvalidos constroem, na relação com a religiosidade e a fé, os indicativos para o funcionamento dos estabelecimentos caritativos” (Oliveira, 2022, p. 29). É importante entender pelo contexto da segunda metade do século XIX o papel que as irmandades vão exercer no auxílio da manutenção da Santa Casa de Misericórdia, e por conseguinte seus irmãos associados à saúde da população mais pobre e principalmente, no final da década de 70 aos flagelados pela seca que vinham das províncias do norte. De fato, foram poucos os momentos em que o Hospital funcionou com as contas em dia e com as contribuições privadas suficientes, a província mantinha boa parte da estrutura e funcionários. Cabe mencionar que a construção do hos-

pital como espaço de cura e não de morte ainda se fazia presente na segunda metade do século XIX, para Agostinho Coe ao tratar do Hospital de Caridade de São Luís há a construção de “uma imagem positiva acerca do ambiente hospitalar” (Coe, 2013. p. 155), essa formação do hospital enquanto espaço de cura é lenta e gradual se estendendo por todo o século XIX. Apesar das condições geográficas e de ordem natural serem diferentes entre as províncias do norte e sul, é possível traçar um paralelo de como esse sentido também se estende por outros lugares do Brasil como apresenta Nikelen Witter (2007). A contrapartida dessa mudança é o subfinanciamento que os Hospitais da Santa Casa apresentam, frente a necessidade do constante aumento da cota paga pela província a partir dos problemas gerados pelas doenças endêmicas e epidêmicas.

O processo de institucionalização da cura é tardio, a criação da faculdade de medicina na Bahia em 1808 e a de Anatomia e Cirurgia, fundada no Rio de Janeiro, nesse sentido, é a possibilidade de formar profissionais, para além disso, a formalização da arte de curar e o domínio sobre o corpo doente, sobretudo, no que diz respeito às leis imperiais de 1832 e de 1854, as ciências médicas começam a se contrapor aos curandeiros e charlatões. Em Teresina, por ter a sua fundação em 1852, já experimente desse longo processo, algumas instituições de apoio ajudam a circular o conhecimento das faculdades de medicina, além disso, leis e decretos traziam restrições nas formas de cura. A presença dos médicos na capital piauiense se torna mais forte com a criação da Santa Casa de Misericórdia e o Asilo dos Alienados.

Simplicio de Souza Mendes é um dos primeiros médicos a atuar na Província do Piauí, sua obra de doutoramento, “Reflexões médicas legais sobre a virgindade filosoficamente elucidadas” (Souza, 1845), revela a maneira como outros valores se constituem nessa sociedade, valores de ordem moral, mas que se justificam nas doenças íntimas. A defesa da castidade era também utilizada como forma de deter enfermidades, essas suas preocupações e defesas a partir da medicina não são parte apenas de seus escritos, mas de toda a população da época. Simplicio Mendes pertenceu tanto à cena política em Teresina quanto médica, não sendo possível ainda determinar se havia a influência de um desses setores sobre o outro, é fato que após a sua saída de Presidente da Província ainda continuou a atuar como médico prestando serviços a Santa Casa, como descrito no Relatório dos Presidentes da Província de 1870.

Outro médico de atuação notável no Piauí é Raymundo de Arêa Leão, que também atua na política em Teresina sendo vereador. Publicou um trabalho com o nome “Febre palustre nas regiões tropicais”, atuou na Santa Casa e também foi provedor em 1878. A sua ampla atuação até mesmo sendo dentista pode ser justificada pelo seu brilhantismo em sua formação, ou pela falta de profissionais aptos a exercer essa função. A institucionalização da medicina a partir dos cursos nas faculdades dá espaço para um outro campo do saber científico, a farmácia. É importante destacar como a validação dessa ciência foi importante dentro do processo histórico, pensando no período colonial a partir da difusão pela sociedade. No século XIX, com a falta de médico e a presença de doenças é possível destacar a importância que os farmacêuticos ganham na sociedade. No Piauí, os jovens que retornavam após a formação acadêmica, além de sua atuação profissional, a sua formação possibilita manter sua posição social, nesse sentido, a libertação dos escravos e valorização do trabalho livre, como também, o trabalho intelectual. Essa contraposição crescente entre trabalho manual e intelectual fez parte do processo de institucionalização do saber médico, as relações entre médico e doente são transformadas.

Médicos, boticários e farmacêuticos dividiram espaço com as curas populares em Teresina. As farmácias, na falta de médicos, realizavam consultas gratuitas como forma de consolidar clientes, ou seja, mesmo com uma formação mais clara, as funções entre farmacêuticos e médicos se confundiam. também é possível perceber a permanência colonial do uso de saberes tradicionais na confecção de medicamentos de plantas. Em Teresina diversos medicamentos eram anunciados nos jornais, os anúncios também serviam como forma de reafirmação da ciência médica e a procedência dos remédios. A produção de fórmulas para medicamentos por médicos e boticários gerava certas tensões sociais, já que isso estaria nas atribuições dos farmacêuticos. Percebe-se que apesar das divergências entre médicos e farmacêuticos, a consolidação de um espaço oficial de cura, tanto pela institucionalização dos cursos nas faculdades, quanto em decretos e leis, formalizou a confiança nas autoridades, como também, criou um espaço de poder normalizado a partir do conhecimento popular e nas letras. As curas populares se estabelecem como forma direta e mais rápida as populações, apesar do presente estudo es-

tar localizado na segunda metade do século XIX, podemos dizer que esse tipo de cura ainda é realizado através da extração de plantas, chás, rezas e benzas.

As doenças se perpetuam sobre as populações e se estabelecem, principalmente, pelo temor, para Philippe Ariès o medo toma conta das pessoas não diretamente da própria doença, e sim dos contagiados e das suas transmissões (Ariès, 2012). A partir da documentação disponível, são diversas doenças que atingem a população de Teresina e de todo o Piauí, epidemias e endemias em contraposição ao ideal de uma cidade construída sobre um projeto progressista. As principais doenças são: A febre paludosa, a febre intermitente, a diarreia, a coqueluche paludosa, úlcera (Oliveira, 2022, p. 56), o cólera (Baptista, 2020, p. 15), febre amarela, bexiga, sarampo (Araújo, 1997, p. 86) dentre outras moléstias. Nesse sentido, é possível destacar como nos jornais e relatórios, sintomas de cunho generalistas como a febre são retratados diretamente como doença, isso também se estende à explicação de algumas mortes. A província do Piauí apresenta características próprias do surgimento de algumas doenças, principalmente pelo fato de algumas cidades estarem localizadas na beira do Rio Parnaíba, nos períodos de seca algumas moléstias se intensificaram.

Do Rio Parnaíba, símbolo do progresso a partir da navegação a vapor, vem mais um problema: se os barcos foram capazes de uma maior integração e escoamento de produtos, algumas doenças também viajam para Teresina a partir de viajantes e tripulantes. De fato, a circulação de doenças a partir do comércio marítimo não era um surpresa, o empreendimento português na América afro portuguesa já revela a veiculação de algumas doenças antes da chegada dos portugueses no Brasil e o contato dos brancos com as doenças veiculadas aos escravizados (Alencastro, 2000). Em 1858 há a criação da Companhia de Navegação a Vapor no rio Parnaíba com o primeiro barco construído no mesmo ano denominado Urussuhy (Santos; Marinho, 2023, p. 31), de fato essa embarcação naufraga 9 anos depois, mas é um importante marco para outros nas próximas décadas e no aumento da receita piauiense, construção de novos estabelecimentos nas cidades e o estabelecimento de novas cidades ao longo do Rio Parnaíba. O problema gerado pelas doenças também demonstrava as características sanitárias causadas pela pobreza, fome e a falta de higiene, e uma população ribeirinha que se utilizava do rio para necessidades básicas, nesse sentido, há um florescimento de doenças gastrointestinais.

O ano de 1855 marca a chegada a bordo de um navio português da cólera, a doença se espalha pelo nordeste, posteriormente, chega à corte imperial e ao sul do Brasil. As barreiras sanitárias que naquele momento estavam funcionando na Europa, no caso do império do Brasil malogram, de igual maneira, havia uma resistência do império em admitir as doenças para que se evitasse um pânico e os negócios não fossem prejudicados. Enquanto as autoridades locais de Belém discutiam a doença a partir de sua natureza, e proibiam o navio de atracar na cidade, a cólera-morbus já se espalhava pelo corpo civil (Witter, 2007). Apesar das ideias de higienismo e salubridade já estarem sendo discutidas na Europa, no caso paraense, as ideias de tornar a cidade mais salubre existem, mas a execução e fiscalização gerava debates. Podemos dizer que esses grupos que estavam à frente das decisões de saúde, tomaram medidas a partir do seu próprio tempo, agiam a partir das contribuições da ciência e eram constantemente pressionados para que tomassem ações concretas.

A cólera chega a capital do Império em 1855, o anseio do governo em admitir a presença da moléstia no Rio de Janeiro, colocou a maioria dos médicos a evitar um pânico geral, o governo ainda temia que o pânico gerado pela cólera produzisse prejuízos econômicos e o desabastecimento de alimentos na cidade. Criaram uma estratégia de difundir pelos jornais que os sintomas comuns da cólera, na verdade, eram de colerina, uma forma mais leve da doença. A chegada da cólera também resultou na atuação da recente Junta Central de Higiene do Império, é nesse momento que as disputadas entre os médicos e doutores torna-se mais aparente, para além disso, nas ordens do dia não havia argumento definitivo que pautasse a compreensão dessa moléstia, as decisões por vezes estavam pautadas por contradições. As medidas tomadas pelos médicos e governo também se tornam impopulares, já que medidas de sequestro e isolamento só atingia os mais pobres (Witter, 2007). Grande parte do estudo sobre a cólera no século XIX se dá a partir da fonte hemerográfica, a partir das disputas políticas e médicas, bem como, a maneira como o corpo civil trata delas. Outro fator importante dos jornais, é a importância da construção de uma saúde pública pelo governo, os debates são importantes para pensar esse momento da história. Pensando no caso piauiense, é nos jornais que a divulgação da vacina vai tomar corpo, havia por parte da população uma constante desconfiança dos efeitos que o pus vacínico poderia trazer.

A vacinação torna-se uma peleja durante toda a metade do século XIX e início do século XX, a sua utilização também marca a presença do grande contingente de migrantes flagelados pela seca dos anos 70 que utilizavam o Piauí como corredor para outras regiões, Teresina recebe grande parte dessas pessoas vindos do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e também de regiões da província do Piauí. Apesar da grande leva de pessoas que permaneciam em Teresina, segundo Baldoíno “a cidade mais inchava do que crescia” (Araújo, 1994, p. 64), isso se deve ao fato das massas pauperizadas, acometidos de doenças e com poucas possibilidades de emprego utilizarem da caridade pública como forma de sobrevivência, contribuía com esse problema o aumento do preço dos alimentos frente a necessidades de se aumentar o consumo dessa população que recorria a outras formas impróprias de alimentos. Com o aumento de pessoas na capital da província, o hospital da Santa Casa de Misericórdia recebendo pessoas acima de sua capacidade física e financeira torna-se cada vez mais uma questão de governo com necessidade de intervenção, as explicações tanto das doenças, quanto do atendimento aos vitimados pela seca são de origem física e geográfica, os elementos da natureza são colocados como geradores e impedidores de uma possível solução.

Considerações finais

Conclui-se que Médicos, boticários e farmacêuticos dividiram espaço com as curas populares em Teresina. As farmácias, na falta de médicos, realizavam consultas gratuitas como forma de consolidar clientes, ou seja, mesmo com uma formação mais clara, as funções entre farmacêuticos e médicos se confundiam. Também é possível perceber a permanência colonial do uso de saberes tradicionais na utilização de medicamentos de plantas. Em Teresina diversos medicamentos eram anunciados nos jornais, os anúncios também serviam como forma de reafirmação da ciência médica e a procedência dos remédios. A produção de fórmulas para medicamentos por médicos e boticários gerava certas tensões sociais, já que isso estaria nas atribuições dos farmacêuticos. Percebe-se que apesar das divergências entre médicos e farmacêuticos, a consolidação de um espaço oficial de cura, tanto pela institucionalização dos cursos nas faculdades, quanto em decretos e leis, formalizou a confiança nas autoridades, como também, criou um

espaço de poder normalizado a partir do conhecimento popular e nas letras. As curas populares se estabelecem como forma direta e mais rápida as populações, apesar do presente estudo estar localizado na segunda metade do século XIX, podemos dizer que esse tipo de cura ainda é realizado através da extração de plantas, chás, rezas e benzas.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza: impasses da sobrevivência em Teresina, (1877 - 1914)** Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1994.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico**. Teresina: EDUFPI/Instituto Dom Barreto, 1997.

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Uma província enferma: medo e cólera no Piauí na segunda metade do século XIX**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1832**, Página 87 Vol. 1 pt. I (Publicação Original) Lei de 03 de Outubro de 1832. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html#:~:text=Dá%20nova%20organização%20ás%20actuaes,Rio%20de%20Janeiro%2C%20e%20Bahia.&text=Art.,Escolas%2C%20ou%20Faculdades%20de%20Medicina. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 1.387, de 28 de Abril de 1854** - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 61.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise:** a Santa Casa da Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013.

CORBIN, Alain. **Sabores e Odores:** o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 47.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina.** 2. ed. Organização, apresentação e notas de Teresinha Queiroz e Ronyere Ferreira. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira:** políticas e instituições de saúde (1850-1930) – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma:** a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil/Roberto Machado – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MENDES, Simplicio de Souza. **Reflexões médico-legais sobre a virgindade, filosoficamente elucidadas.** Bahia: Typ. De José da Costa Villaça, 1845. Tese (Inaugural) – Faculdade de Medicina da Bahia. Originalmente digitalizado por: <https://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-saberes-medicos/teses-medicas/>.

OLIVEIRA, Nara Viviany Moura de. **Saber médico, doenças e curas em Teresina:** 1870 / 1889. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí - Programa de Pós Graduação em História do Brasil, Teresina, 2022.

PIMENTA, Tânia S. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro** (1828-1855). 2003. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANTOS, Danielle Filgueiras; MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Doenças a bordo: a navegação a vapor no rio Parnaíba e a saúde dos beiradeiros em Teresina - PI (1858 - 1930).** In: ANDRADE, Andreia Rodrigues de (Org.). **Clio em debate:** história, cultura e sociedade. 1. ed. - Teresina: Cancioneiro, 2023.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias:** sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Lançamento Obliquo: Eugenia Maria e as trajetórias das mulheres de Nova Mazagão na Amazônia

*Antonio Otaviano Vieira Junior
Maycom Cristyan Leal de Araújo¹*

Introdução

O lançamento oblíquo é um conceito da física que descreve o movimento de um objeto que é lançado em um ângulo em relação à horizontal. Em outras palavras, não é um lançamento vertical (para cima ou para baixo) nem um lançamento horizontal (paralelo ao solo), mas sim uma combinação dos dois. Nesse tipo de lançamento, o objeto segue uma trajetória curva, que combina o movimento vertical devido à gravidade com o movimento horizontal devido à velocidade inicial. O ângulo de lançamento é fundamental nesse processo, pois determina a forma da trajetória e a distância percorrida pelo objeto. O lançamento oblíquo é amplamente estudado na física e é aplicado em várias áreas, como na análise de movimentos de projéteis, no estudo de trajetórias de corpos celestes e em diversas aplicações práticas, como no lançamento de objetos em esportes como o basquete, o beisebol e o golfe, e aqui será essencial para entender o traslado de uma massa populacional, e de algumas mulheres especialmente selecionadas dentro desse contingente.

Essa ideia inicial acerca do campo da física teórica com suas fórmulas de geladeira que se apreende no ensino básico permite uma visão de análise de um indivíduo dentro da história e seus diferentes deslocamentos no decorrer de um período. A partir do momento que se entende que todo corpo em lançamento forma uma trajetória em um determinado espaço percorrido durante uma quantidade de tempo estabelecida percebe-se uma ferramenta ideal para entender como um sujeito, ao se mover de um ponto para outro,

1 Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Faculdade de História. Graduando em Bacharelado em História. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e contou com a participação do Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior.

deixa rastros de sua trajetória, e compreender isso é atribuir significado individual a essas pessoas.

É importante citar alguns dos teóricos presentes neste artigo. Laurent Vidal é um dos grandes expoentes na escrita mazaganista, especialmente em sua obra “Mazagão: A Cidade que Atravessou o Atlântico, de Marrocos para a Amazônia”. Sua contribuição significativa para a história dessa população abrange períodos consideráveis do desenvolvimento dessa pesquisa. Por conta disso, seu trabalho será invocado neste estudo. Outro autor necessário para entender tal povo é Antônio Gavy Mendonça. Sua obra “A História do Cerco de Mazagão” aborda questões sociais e relevantes para compreender a dinâmica mazaganista durante o período de guerra, ou seja, seu esforço em aliar documentação portuguesa a uma escrita episódica foi essencial para entender o período anterior à evacuação de Mazagão.

Um desafio ousado e ambicioso para um reino poderoso, ávido por conquistas. Assim classifico a audaciosa e desafiadora iniciativa do Império português em 1769: o deslocamento de aproximadamente duas mil pessoas do Norte da África para o território do Amapá, no Brasil. Esse evento singular na história global passeia por Portugal, Brasil e Marrocos, desencadeando conflitos e delicadas negociações. Mazagão, uma fortaleza portuguesa estrategicamente vital para suas políticas mercantilistas do século XVIII, foi o berço dessa operação. Embora a construção de fortalezas fosse uma tática eficaz para a ocupação territorial, os incessantes conflitos levaram à percepção de que Mazagão poderia se tornar obsoleta, precipitando a evacuação dos habitantes para o Cabo Norte amapaense. Essa decisão visava utilizar os mazaganistas em outro território que estava sendo colonizado: o Brasil.

Desse modo, os mazaganenses são forçados a deixar suas vidas, seus objetos, sua cultura e seus vínculos com sua história africanas vivenciados pelos antepassados em meio aos conflitos religiosos responsáveis pela desocupação. Dentro desse contingente se encontra Eugenia Maria, Joaquina Azevedo, D. Escolástica Maria e D. Ana Joaquina. Esse seleto recorte de figuras femininas está inserido dentro dos 44% de mulheres que vieram da praça forte e são as figuras principais deste texto. Mulheres que, assim como seus parceiros, trasladaram para a região amazônica, e que em suas respectivas situações enfrentaram algum tipo de barreiras – tanto econômica quanto familiar – na sua passagem nos territórios já citados.

Analisar essas figuras permite entender diretamente a construção de ser uma mulher dentro de um território desafiador para sua existência, e de maneira mais específica, uma que carrega uma herança luso-marroquina dentro de um ambiente adverso e que através do seu trabalho, direto ou indireto, exerce uma função primordial na elaboração de uma identidade mazaganista dentro do Brasil. As adaptações das suas famílias refletem na construção da comunidade em Macapá, agora enfrentando o clima amazônico e as dinâmicas da nova terra. Compreender o papel delas dentro desse traslado é mergulhar nas dinâmicas sociais e de costumes laborais do serviço mazaganense na região amazônica, e suas posições como líderes femininas da família ou membros de suas respectivas casas as coloca como objetos de análise desta pesquisa, o que permite entender condições de um cotidiano distante daquela comunidade batizada agora de Nova Mazagão.

Dessa maneira, a metodologia utilizada visa extrair informações dos documentos relacionados à retirada do povo mazaganense, como mapas de relações familiares e autojustificações, com o propósito de além de entender as atividades exercidas por elas, analisar os reflexos que influenciaram as atividades provenientes da Mazagão marroquina como parte dessa herança luso-marroquina, compreendendo que sua atividade era um símbolo do patrimônio de sua terra natal. E ainda entender a mulher imigrante enquanto ferramenta primordial para a construção de uma comunidade, ou pelo menos o resquício dela, em outro território.

Mazagão antes do lançamento

Um objetivo desafiador para um Império poderoso e com ânsia de conquista. Essa pequena afirmativa é o que sintetiza a empreitada Portuguesa analisada acerca do deslocamento de cerca de 2000 mil pessoas do Norte da África para as Américas, mais especificamente no território onde hoje fica localizado o Amapá, outra região Norte, porém dessa vez no Brasil. Trata-se de um evento singular na história global, abrangendo três nações de três continentes distintos: Portugal, Brasil e Marrocos, e que foi marcada por conflitos e suplicas de todas as partes envolvidas nessa transferência. A região em questão era Mazagão, uma alternativa militar portuguesa de, além de ocupar parte do continente africano, garantir suas políticas mercantilistas no século XVIII.

Sua fundação não era ocasional. Mazagão estava estrategicamente localizada na região de Dukkala, um ponto selecionado que servia para ancorar navios de maneira segura no norte da África e servir de escoamento de produtos que a Coroa Portuguesa necessitava, como o trigo. Além de servir para uso interno, por mais distante que seja, auxiliava nas trocas comerciais florescentes na Índia, o que justifica a iniciativa portuguesa de ancoramento de embarcações com os produtos que participavam dessa escala de negociação. Cada região estabelecida por Portugal na África mantinha a coesão mercantilista lusófona e garantia o comércio de informações. E para garantir esses objetivos é construído a fortaleza característica de sua existência em 1509. Esse tipo de conquistas portuguesa tem em Mazagão sua última experiência, e sua fundação em meio as tensões religiosas entre Marroquinos e Portuguesas foi um dos motivos de sua evacuação forçada.

Portugal buscava ampliar seu domínio naquela parte do globo, e por decisão de D. João III os portugueses tomavam regiões da berberia (Gavy, 1890, p. 22), termo utilizado pelos europeus desde o século XVI até o século XIX para se referirem às regiões costeiras do norte da África, abrangendo Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia, atual Magrebe, excluindo o Egito. Desse modo, o Rei buscou entrar na África e transformar Mazagão em um local de apoio militar e comercial de Portugal. Assim, a fortaleza foi levantada para os visitantes não serem atacados enquanto descansavam. Entretanto, Mole Abdala xarife, rei de Marrocos, sabia das condições degradantes dos soldados, que tinham pouco apoio alimentar e de guerra, e por ser um local que aparentemente estava sempre em evacuação imediata, ordenou no dia 04 de março de 1562, que algumas tropas fossem até Mazagão, sabendo que fortaleza ficava longe o suficiente de Lisboa para pedir ajuda (Gavy, 1890, p. 23-24).

Não obstante ao cerco, em 1762, uma epidemia de febre malina assolou os habitantes de Mazagão. Junto disso o território enfrentou condições precárias de vida, os conflitos territoriais e a falta de saneamento. Síncrono a esses eventos ainda estava ocorrendo a expansão portuguesa nas américas - que demandava grandes suprimentos para sua conquista - o que deixou a vida dentro da muralha insustentável. Sendo assim, por ordem do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o governador da Praça de Mazagão Dinis Melo, foi autorizada a evacuação dos residentes da praça forte com o destino ao cabo norte amapaense (Vidal, 2008, p. 53), já no Brasil,

para poderem viver em terras mais prósperas, desfrutando da abundância e livres das constantes preocupações que assolam aquele continente descrito como selvagem, segundo o documento.

E é nesse translado forçado que se encontra Eugenia, Joaquina, Escolástica e Ana, seres que pertencem a gerações de mazaganistas que viveram na terra marroquina e que partem juntas dos seus companheiros ou familiares para Nova Mazagão. Nesse lugar que elas são obrigadas a chamar de lar, as personagens passam por eventos que alteram sua dinâmica social e familiar, e mesmo com essas constantes mudanças culturais e territoriais veremos similaridades pertinentes que possibilita entender algum tipo de comportamento único. É necessário compreender essa categoria de ação pois a partir dela entendemos o papel das mulheres mazaganistas na construção da sua comunidade na Amazônia, e como através de suas jornadas é percebido sua posição dentro desse corpo social migrante. De início é pertinente entender suas trajetórias singulares para partir para uma unanimidade de comportamento, para no final entender suas funções enquanto formadoras de uma comunidade, e esse processo começa ao analisar as documentações encontradas das nossas personagens, sendo uma delas as autojustificações.

Dentro do contexto do judiciário do século XVIII, o processo de autojustificação refere-se à tendência de os indivíduos ou instituições justificarem suas próprias ações, decisões ou políticas, muitas vezes com base em suas próprias crenças, valores ou interesses. Isso pode ocorrer quando indivíduos buscam validar suas decisões ou práticas, muitas vezes reinterpretando a lei ou aplicando critérios subjetivos, de forma a corroborar suas ações. Esse fenômeno pode influenciar negativamente a imparcialidade e a objetividade do judiciário, comprometendo sua capacidade de garantir justiça igualitária para todos os envolvidos em um processo legal. Porém, foi um dos principais meios que algumas delas encontraram para atender suas necessidades dentro do território amazônico.

Eugenia Maria

Entendendo o motivo dos documentos, partimos então para a trajetória de cada uma delas. Eugenia Maria partiu de Mazagão em março de 1769 com seus 45 anos de idade, junto dela veio seu marido Lourenço Rodrigues (50

anos), e seus filhos João Rodrigues (25 anos), Antonio Rodrigues (18 anos), Sebastião Rodrigues (8 anos), Maria do Nascimento (7 anos), Catarina Maria (5 anos) e Manoel, que saiu com meses de vida da fortaleza. Ela junto dos seus familiares desembarca em Lisboa em setembro daquele ano, lá ela não fica muito tempo e a bordo do Nossa Senhora Mercês da Companhia tomam rumo para a Amazônia. Apenas nesse tempo entre o fim do verão e o começo do inverno, a quantidade de pessoas que acompanha Eugenia já se altera. Ao analisar a listagem de pessoas por navio que saiu de Lisboa para Belém nota-se uma modificação na quantidade e membros.

Se em um primeiro momento encontramos oito pessoas que saíram da praça forte rumo a capital portuguesa, quando a família embarca para a Amazônia esse número se mantém, porém, sem a presença do filho Manoel. Não se encontra registros do destino do pequeno mazaganista que nem seu primeiro ano de idade tinha, mas já possuía a missão de ser um dos povoadores marroquinos na Amazônia. No lugar dele embarcou João Antonio de Barros, homem de 30 anos que consta como “agregado” em relação ao cabeça da família, no caso o marido de Eugenia. O momento chave dessa primeira modificação conversa com um dos princípios presentes no traslado desses indivíduos: o acréscimo ou a diminuição de pessoas nas famílias mazaganistas.

Comparando as listagens de pessoas que saíram de Mazagão pra Lisboa e depois de Lisboa para o Grão Pará, o número de viajantes se modifica. Na primeira situação notamos um quantitativo das 2092 que saíram da praça no dia 11 de março de 1769. Porém, ao observarmos o número de transportados que partiram da capital portuguesa para a Amazônia no dia 15 de setembro daquele ano temos o total de 1485 pessoas que seriam abrigadas no Grão Pará.

É crucial traçar um panorama quantitativo para ilustrar que nem todos os mazaganistas estavam dispostos a chegar ao Amapá a partir da relação das famílias que não vieram pra Belém. Enquanto alguns permaneciam por motivos externos, como doença ou prisão, outros utilizavam a viagem como artifício para estabelecer raízes em outras localidades e evitavam seguir para o destino imposto pela Coroa. Essa análise quantitativa revela nuances importantes no processo migratório, demonstrando que as razões para não prosseguir para o Amapá eram diversas e nem sempre relacionadas à falta de vontade ou disposição dos indivíduos como exposto no quadro:

Razão de porque não embarcou	Número de pessoas
Ficou por doença, seja esperando alguém doente ou junto de um familiar adoentando	20
Ficou por cometer crimes	5
Ficou por acompanhar o conjugue	1
Ficou por outros motivos	5
Ficou por motivos não esclarecidos	5

Contudo é valido ressaltar que o quadro trata apenas de um pequeno número de mazaganistas que ficou na capital portuguesa e que pelos motivos ditos não partiram imediatamente em setembro daquele ano para o novo destino. Ao contrário das 30 pessoas que embarcaram em 26 de novembro de 1771 no navio Nossa Senhora das Mercês que ficaram especificamente por doença em Lisboa, essas pessoas tinham outro motivo para não cumprir o fluxo migratório. Felizmente, nenhum dos motivos citados foi um impedimento para Eugenia, e nem uma das mulheres já citadas, chegarem no seu destino.

Chegando em Belém no dia 9 de novembro de 1769, Eugenia tem a difícil missão de ser chefe de sua residência pois seu marido veio a falecer no trajeto de Marrocos para Portugal. Uma situação um tanto quanto atípica para as mulheres que saíram da praça forte. Para exemplificar essa quantidade, das 929 mulheres que saíram de Mazagão, apenas 5,5% eram chefiadas por uma mulher, e dentro desse percentual nota-se um expressivo de mulheres viúvas. Tal resultado expõe uma situação social que determina a chefia de uma família: o estado de viuvez de uma mulher.

Contudo, esse número diminui para 4,8% na passagem seguinte, uma queda de 6 mulheres, e é nessa pequena parcela que Eugenia se encontra. Uma figura que chefia a sua família e tem a difícil missão de ser a primeira que povoou Nova Mazagão. Sua família partiu em uma expedição simples e pequena apenas para tratar de assentar o local (Vidal, 2008, p. 122). Já em terras brasileiras, ela aguarda como tantos outros ir para Nova Mazagão, que em teoria partiria naquele mesmo ano, porém encontra-se registro de sua estadia em Belém no ano de 1778 no mapa de família daquele ano.

Em 1785, Eugenia inicia o processo de autojustificação, solicitando às autoridades portuguesas os registros de nascimento de seus filhos. No decorrer de dezembro de 1790, há uma nova etapa: são requisitados os registros de batismo das crianças. Em julho de 1791, o juiz das minas e índias de Portugal confirma que o documento de Eugenia foi encaminhado para Lisboa pelo escrivão da câmara. Após uma longa espera, em 1797, finalmente, Eugenia consegue comprovar ser viúva de Lourenço, e que seus filhos são fruto de seu relacionamento com ele. Esse processo foi fundamental para garantir que tanto ela quanto seus filhos obtivessem seus direitos e posses, contando com o apoio e a assistência do governo brasileiro, mesmo à distância.

Joaquina Azevedo

É notório que essas mulheres procurassem maneiras de se sustentar e viver esses anos de traslado de um continente ao outro (Vidal, 2008, p. 129). Um outro exemplo desse é de outra conterrânea de Eugenia - Joaquina Azevedo. Nascida em 1748 na cidade de Mazagão, filha de D. Brites Nunes, saiu aos 21 anos de sua cidade natal sem a presença do pai que veio a falecer lá. Se casou com Francisco Fernandes, outro residente da praça forte que atuou como soldado da infantaria, além de lutar na cavalaria e na espingardaria. Ela embarca junto da frota de navios que levou Eugenia, porém na embarcação Nossa Senhora Mercês da Companhia e desembarca no mesmo dia que ela.

É curioso perceber que o destino amazônico dessas mulheres não era a única coisa semelhante de sua existência pois, tal como tantas outras figuras femininas, Joaquina também solicitou o soldo do seu marido que veio a falecer no dia 19 de dezembro de 1785 já em Belém, na freguesia de Nossa Senhora da Campina, local em que sua família ficou assim que desembarcou no Grão Pará.

Junto dos seus filhos: D. Francisca de Azevedo, D. Antonia de Azevedo e João Francisco Ribeiro, Joaquina informa as autoridades portuguesas no dia 10 de abril do ano seguinte do falecimento do seu amado e que necessitava da ajuda da Coroa. Ela passa por um processo burocrático alarmante ao notar que, mesmo com registros da Contadoria Geral do Reino feitos pelo marido, a viúva necessitava de um testamento feito pelo seu marido em vida, o que

jamais foi feito, deixando-a à mercê apenas do que Portugal destinava aos mazaganistas. Dessa forma, começamos a entender a situação econômica da sua família ao analisar a listagem feita em Belém acerca dos mazaganenses remanescentes na cidade e que ainda aguardavam ir para a vila nova de Mazagão.

Ainda em vida, com o objetivo de pôr para locação alguns imóveis, o marido de Joaquina adquiriu duas residências. Porém, a venda não foi o suficiente e Francisco fez uma dívida de 155\$000. Essa tática é encontrada nos registros de transferência dos mazaganenses, contudo, é válido notar que ter um cativo dentro de um lar significava possuir uma mão de obra que sustentaria a quem esse aprisionado pertencesse, ou seja, uma família poderia obrigar o escravizado a trabalhar para eles – tática essa usada por outra personagem desta pesquisa e que veremos mais adiante.

Desse jeito, ao vender o escravizado e adquirir os imóveis para a locação, Francisco não enxergou a possibilidade de usar o cativo como mão de obra e arriscou comprar as residências, essa agonia aumenta ao notarmos que Belém não era o destino dos mazaganenses, e a tentativa de criar raízes no Grão Pará através de negócios como esses só aumenta a discussão de que o povo luso-marroquina queria viver em qualquer terra, menos Nova Mazagão. Outro exemplo disso ainda aparece na mesma listagem que se tirou as informações dos imóveis para alugar da família de Joaquina. Ao analisar o documento assinado por Severino Eusebio de Matos, Sargento Mor do regimento de Macapá da Capitania do Pará, notamos uma divisão grupal que é denominado por “classe”:

- 1º Classe - Famílias que ainda não foram autorizadas a seguir viagem para Nova Mazagão por não receberem o recurso necessário para a sua partida, representa o maior percentual dessa relação, cerca de 90,26%. Essa classe é onde Joaquina está com a sua família em 1778;
- 2º Classe: Famílias que já receberam ferramentas e rações e estão aptas a seguir trajeto para o novo lar, cerca de 3,04%;
- 3º Classe: Famílias que após receberem os recursos destinados partiram, porém seu destino é na Vila de Ourem, um percentual de 6,7%.

Entende-se então que essas 493 pessoas tinham seus próprios objetivos e assim que desembarcam em Belém encontraram subterfúgio, ou talvez uma

motivação, de não se instalar no lugar que Lisboa determinou a eles. Desse modo, essa cidade que atravessou o atlântico poderia encontrar do outro do lado do gigantesco mar sua própria história e escapar do destino que os aguardava no cabo norte brasileiro. Entretanto, é válido ressaltar que nem todas as mulheres tiveram laços tão fortes com Belém, e algumas escolherem Nova Mazagão como seu novo lar.

D. Escolástica Maria

A exemplo disto temos D. Escolástica. Nascida em Mazagão, sua família, composta pelo pai Dionísio Serveira Coutinho (49 anos), a mãe D. Catarina Valente (34 anos) e seus irmãos Domingos Pires (13 anos), Pascoal Pires (8 anos), Dionísio Antonio (6 anos), José Joaquim (4 anos) e Francisco Tavares (3 anos), embarcaram em 1769 para Lisboa antes de seguir para o Grão Pará. Já no continente americano, registros indicam apenas a presença do pai e de três dos irmãos de Escolástica: Domingos, Pascoal e Francisco. Cito isso pois a família de Escolástica manteve laços trabalhistas após seu casamento com Antonio Botelho da Cunha, outro cidadão de Mazagão. De Portugal para Belém ela embarca no navio Santa Ana da Companhia junto da sua prole e de seu marido. É crucial entender essa movimentação familiar para compreender a teia de eventos que sucede o pedido de soldo que Escolástica monta após a morte de seu pai no Pará em 22 de maio de 1775.

Após perder o pai, Escolástica só consegue encaminhar em maio de 1792 para a Fazenda o documento de óbito do seu progenitor, possibilitando que ela iniciasse o processo para requerer o benefício. Esses registros revelam a perseverança de Escolástica em buscar meios de prover seus sustento e reconhecimento para sua família, mesmo com a dor de um luto que surge com a passagem de um parente para o outro plano. Sem levar em conta a pressão massiva que essas pessoas sofriam por estar em um território diferente. No seu processo, apenas 3 testemunhas foram o suficiente para que o provedor da Fazenda Eusebio de Leiro concedesse para Escolástica a autorização da Corte para receber o soldo de seu pai.

A trajetória de Escolástica muda ao se casar Antonio. Também natural de Mazagão, o filho de Manuel Santiago e Angelica Maria deu a nossa

personagem um símbolo da variação no tamanho das famílias mazaganistas: filhos. A natalidade mazaganista é um dos principais aumentos ou reduções do número de membros. Agora, Escolástica é mãe de Floribela Maria e Francisco. Tal como Francisco Fernandes e seus imóveis para locação, Antonio também tinha seu pequeno negócio que sustentava a família enquanto não partia para Nova Mazagão.

As pessoas a sua volta tinham uma conexão além do sangue e compunham uma relação trabalhista firme. Por ser proprietário de um armazém em Belém, Antonio empregou o Jose Joaquim, seu cunhado, para trabalhar com ele. As pessoas estabelecem essa rede de apoio trabalhista familiar na Amazônia, facilitando a interação entre empregados e empregadores na cidade de espera e formando laços laborais mazaganenses dentro do Grão Pará. Por estar em Belém, Jose não parte de imediato no segundo fluxo da trajetória mazaganense, ou seja, aquele que vai de Belém para Nova Mazagão e continua com a família de sua irmã na cidade. Mas consegue chegar ao seu destino ainda em 1778.

O momento de tranquilidade de Escolástica não se alonga muito, dado que em 1780 seu marido veio a falecer na Vila do Poço de Lumiar, localizada na freguesia de Nossa Senhora das Luzes. Aos 78 anos de idade o antigo soldado de Mazagão é enterrado na igreja que dá nome a freguesia e ela encontra-se de novo sem uma figura masculina que ajude a prover, não somente ela, como da última vez, mas agora com seus filhos. Então se inicia o processo de autojustificação para provar que ela era casada com Antonio. E naquele mesmo ano ela solicita ao reino a certidão militar dos serviços prestados dele na guerra de Mazagão para dar continuidade no pedido do soldo.

É importante destacar que as mulheres mazaganistas dependiam significativamente de seus maridos como a principal fonte de sustento, uma vez que eram eles que recebiam a ração e os utensílios necessários para o funcionamento do lar. Quando ocorria a perda do membro masculino mais próximo, elas recorriam ao processo de autojustificação para garantir a continuidade da dinâmica familiar durante a jornada. Esse processo revela uma riqueza

de informações que fortalecem os laços matrimoniais e familiares com esses homens. Nele, encontramos detalhes como a localidade de nascimento, os nomes dos pais e até mesmo registros de batismo. Um exemplo é o caso do próprio Antonio, em que Escolástica solicita à igreja o registro de nascimento do falecido marido para comprovar sua origem em Mazagão. Esses documentos são cruciais para que as autoridades portuguesas reconheçam esse estado de viuvez da solicitante, especialmente se tratando de um soldado, garantindo assim a concessão do soldo necessário para sustentar o lar.

Já em junho de 1794, Escolástica consegue a certidão de óbito após conseguir as informações necessárias da origem de seu marido e entrega a Lisboa a documentação. Em dezembro daquele ano ela é intimada pela Coroa e está apta a receber o soldo de seu marido. Após isso, não se encontrou uma documentação abundante de sua jornada, nem mesmo nos mazaganistas que aguardavam em Belém em 1778. Contudo, seu caminho marcado por subtrações significativas reflete as condições da odisseia mazaganense. Perdas durante uma imigração são multifacetadas e profundamente impactantes, afetando não apenas o bem-estar emocional dos indivíduos, mas também sua capacidade de se adaptar e reconstruir suas vidas em um novo ambiente. É importante reconhecer que essas pessoas demandavam de um em suas jornadas de recomeço e superação das adversidades enfrentadas.

Ana Joaquina Rosa

Por último, temos o que talvez melhor converse com um dos princípios que esse trabalho tem: o papel feminino nas comunidades mazaganenses na Amazônia. Como dito, essas mulheres encontravam na morte de seus maridos ou pais o meio necessário de começar a produzir algum tipo de documentação e deixar os registros das passagens durante os 9 anos de trajeto entre Mazagão marroquina e o Amapá. E é nesse tipo de grupo que se encontra D. Ana Joaquina Rosa. Natural de Mazagão, ela parte de lá com seus 10 anos junto de suas irmãs Vitoria Joaquina Nascimento de Jesus (12 anos) e Margarida Rosa Luzia (5 anos). As filhas acompanham a mãe Paula Inácia Joaquina (40 anos) que não pode sair com o marido Pedro Alvares por ele estar em degredo na região de Bição.

No Reino português a família composta por mulheres ganha novos membros durante a estadia em Lisboa, sendo eles Antonio Pedro Belico (18 anos) e Domingos Francisco Belico (15 anos) que na listagem de sua partida da capital portuguesa até Belém aparecem como filhos de Paula. Desse modo, todos embarcam no navio Santa Ana da Companhia, o mesmo que levou Escolástica, chegando em Belém na segunda frota de navios mazaganenses no dia 20 de novembro de 1769. Já no Grão Pará a matriarca da família põe Ana e suas irmãs na atividade de cozer. É fulcral entender essa atividade laboral, que das 96 exercidas pelas mazaganistas no território, esse número represente cerca de 27% desses ofícios praticados por eles, e é dentro desse percentual que a família de Ana se encontra.

Por mais que sua família se encaixe como “de pouca possibilidade e nenhuma aplicação” no recenseamento feito em 1778 no Grão Pará, ela consegue adquirir dois cativos, uma criança do sexo masculino e uma mulher adulta. Não interessada mais em cozer com as próprias mãos ela vê no escravizado a ferramenta necessária para cumprir outro tipo de atividade que era bastante comum entre o povo luso-marroquina: o da tecelagem. Na organização feita dos mazaganistas que ainda habitariam Nova Mazagão, das 371 famílias registradas, 60 delas viviam de tecer o algodão em domicílio, ou seja, cerca de 16,17% das famílias viam a tecelagem domiciliar como uma forma de sustento.

Essa tal característica que Ana permitiu observar nesse documento é que poucas eram as famílias que não utilizavam dos escravizados para exercer funções como essa, e as que não eram destinados para tecelagem, encontravam na atividade de cozer ou andar a canoas os destinos impostos pelos seus donos. Esse reflexo do uso do trabalho escravo das mulheres mazaganistas é um panorama novo em meio ao contexto da sua estadia no Grão Pará. Ana, antes da saída marroquina, não tinha a possibilidade de possuir um escravizado. Porém, em Belém essa situação não só mudou como ela utilizou dela para ser sua mão de obra comercial, ao invés de utilizar o cativo para afazeres domiciliares. Esse reflexo da melhoria da sua condição social não atinge uma massa expressiva de mazaganistas, contudo, representa um pequeno número de pessoas que conseguiram de alguma forma traçar a própria história e desenvolver uma atividade comercial viável para seu sustento.

Considerações finais

No Brasil do século XVIII, as mulheres mazaganista enfrentavam desafios significativos ao tentar garantir seu sustento em um novo ambiente. Vindas de terras distantes e circunstâncias diversas, elas se viam diante da necessidade premente de encontrar meios de subsistência para si mesmas e suas famílias. Sempre que possível, essas mulheres buscavam empregar suas habilidades e conhecimentos em atividades que lhes permitissem ganhar dinheiro e se sustentar. Desde trabalhos domésticos, como costura e tecelagem, até atividades agrícolas e comerciais, elas se envolviam em uma variedade de ocupações para garantir uma renda estável. Apesar desses desafios, as mulheres imigrantes demonstravam uma notável resiliência e determinação em sua busca por independência econômica. Elas se adaptavam às novas condições e procuravam oportunidades onde pudessem. Em meio a um contexto histórico marcado por desigualdades e limitações, Eugenia, Joaquina, Escolástica e Ana se destacam como exemplos de força e resistência, lembrando-nos da importância de reconhecer e valorizar suas contribuições para o desenvolvimento e prosperidade de sua comunidade.

No tecido complexo da construção de um senso comum entre essas mulheres e a identidade mazaganense na Amazônia, é notório que elas exercem funções laborais significativas para seu povo. Desde os primeiros estágios de estabelecimento em uma nova terra até o florescimento e desenvolvimento contínuo da comunidade, e por consequência sua chegada em Nova Mazagão para aplicar esse conhecimento, elas contribuíram de maneiras essenciais através de seu trabalho a formação de sua gente no Grão Pará. Ao chegarem em um novo país ou região, as mulheres imigrantes trazem consigo não apenas sua bagagem física, mas também suas experiências, habilidades e conhecimentos únicos. Muitas vezes, são elas que assumem a responsabilidade pela manutenção do lar e pela criação dos filhos, garantindo assim a estabilidade e o bem-estar de suas famílias em meio à transição e adaptação a partir dos conhecimentos que elas carregam nesse traslado, sempre se reinventando e se adaptando nos novos territórios (Vidal, 2008, p. 208).

É importante destacar que através dos seus esforços em garantir o sustento de seu lar durante o trajeto de suas famílias, essas mulheres conseguiram expor as condições alarmantes que os mazaganenses viviam durante a passagem

da antiga fortaleza marroquina até o Grão Pará. E observar esse ponto de vista é entender a trajetória oblíqua dos seus destinos dentro da Amazônia. Um povo que foi obrigado a sair de sua terra por questões externas do seu Reino permitiu que historiadores atuais montassem seus deslocamentos únicos para perceber a resiliência que eles tiveram nas suas jornadas.

Por fim, nota-se que essas caminhadas femininas desempenham um papel central na construção de redes sociais e de apoio dentro da comunidade, promovendo o senso de solidariedade, coesão e pertencimento entre os membros. Por meio de suas interações diárias, colaborações e iniciativas comunitárias, elas contribuem para fortalecer os laços sociais e culturais que sustentam o tecido da comunidade. Em última análise, o trabalho das mulheres imigrantes na construção dessa comunidade luso-marroquina é um testemunho de sua resiliência, determinação e espírito materno. Suas contribuições enriquecem a diversidade e a vitalidade da comunidade, tornando-a mais vibrante, inclusiva e diversificada.

Documentos

AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE ESCOLÁSTICA LEONOR LUÍSA DE MELO, VIÚVA DE ANTÔNIO BOTELHO DA CUNHA SANTIAGO. Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra E, mç. 1, n.º 33.

AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE ESCOLÁSTICA LEONOR LUÍSA DE MELO COUTINHO, FILHA DE DIONÍSIO DA CERVEIRA COUTINHO, JÁ FALECIDO. Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra E, mç. 1, n.º 34.

AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE D. JOAQUINA DE AZEVEDO, HERDEIRA DE SEU MARIDO FRANCISCO FERNANDES LANHOSO, FILHO DE PEDRO DA FOSENCA BULHÕES, NATURAL DE MAZAGÃO. Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra J, mç. 28, n.º 24.

AUTOS DE JUSTIFICAÇÃO DE EUGÉNIA MARIA, VIÚVA DE LOURENÇO RODRIGUES, E DE SEUS QUATRO FILHOS. Conselho da Fazenda, Justificações do Reino, Letra E, mç. 3, n.º 6.

LIVRO DE REGISTO de ordens régias e avisos para Mazagão, Açores e Madeira, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Cod. 522. Disponível em: <https://actd.iict.pt/view/actd:CUF006d001>

Ofício do Governador do Rio Negro João Pereira Caldas para o Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas anuais da população das capitânias do Estado do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781. 22 de junho de 1785. AHU_ACL_CU_013, Cx. 94, D. 7509 (Projeto Resgate).

RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE VIERAM DA PRAÇA DE MAZAGÃO. AHU_CU_FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE MAZAGÃO, Cod. 1784.

RELAÇÃO DAS FAMILIAS QUE NÃO VIERAM PRA BÉLEM. AHU_CU_FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE MAZAGÃO, Cod. 1790.

RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE VIERAM DA PRAÇA DE MAZAGÃO. AHU_CU_FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE MAZAGÃO, Cod. 178.

RELAÇÃO DOS MAZAGANISTAS ESTABELECIDOS NA VILA NOVA DE MAZAGÃO, E SUAS VIZINHAS, POR MANUEL DA GAMA LOBO DE ALMADA. AHU_CU_FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE MAZAGÃO, Cod. 1257.

RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE AGUARDAM TRANSPORTE PARA A VILA NOVA DE MAZAGÃO. AHU_CU_FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE MAZAGÃO, Cod. 1790.

REGISTO DO VENCIMENTO A FAZER NA CORTE E NO GRÃO-PARÁ ÀS FAMÍLIAS DA PRAÇA DE MAZAGÃO QUE SE VÃO ESTABELEECER NA VILA NOVA DE MAZAGÃO.

Referências

DE MENDONÇA, Agostinho de Gavy. **História do cerco de Mazagão**. Impresso na Typ. do commercio de Portugal, 1890.

VIDAL, Laurent. 2008. **Mazagão**: a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins Fontes.

Seitas ritualísticas do século XXI: as apropriações e representações de seitas para Paimon presentes no filme Hereditário

Iuri Furini Lopes da Silva¹
Evelane Mendonça de Oliveira²
Gludson Passos Cardoso³

Resumo

Esta pesquisa integra a produção do Grupo de Pesquisa em Cultura Escrita na Antiguidade e na Medievalidade/ ARCHEA (DGP/CNPQ-UECE) e se propõe a trabalhar com as representações do mal no imaginário cristão contemporâneo, a partir do filme Hereditário, lançado em 2018, do diretor e roteirista Ari Aster. O objetivo principal é entender por que a representação do mal através do pacto e possessão demoníaca por entidades do imaginário cristão medieval tem sido recorrente no cinema. De modo específico, pretende-se conhecer as demandas sociais a nível de imaginário cristão e cotidiano que a indústria cinematográfica estaria atendendo na sociedade contemporânea com essas representações, bem como, identificar como a indústria cultural tem se apropriado e ressignificado esses eventos místicos (seitas) presentes no imaginário das sociedades ocidentais por séculos (principalmente abordando as seitas medievais e que se iniciaram nos anos 1970). A pesquisa se enquadra no campo historiográfico da História Cultural, no recorte da História no Cinema, tendo por referências Roger Chartier, André Vauchez e Sandra Pesavento. Esse projeto tem como referencial teórico-metodológico os pressupostos da análise do discurso, bem como seus desdobramentos no campo da análise semântica e da estrutura narrativa sobre o objeto fílmico, os textos e documentos históricos. A análise comparativa será outro recurso metodológico a ser utilizado no confronto das fontes históricas manuseadas,

-
- 1 Universidade Estadual do Ceará – UECE, graduando; bolsista PIBIC-CNPq. iuri.furini@aluno.uece.br / Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8428749051552028> .
 - 2 Universidade Estadual do Ceará – UECE, graduanda; bolsista PIBIC-UECE. evelane.oliveira@aluno.uece.br / Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2161508004392267> .
 - 3 Universidade Estadual do Ceará – UECE, professor do curso de História-CH e do PPGHCE. gleudson.passos@uece.br / Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4484450400989287> .

a saber, o filme Hereditário juntamente com outros filmes de referência ao tema (O Bebê de Rosemary, O Exorcista, entre outros), em cotejamento à documentação canônica (manuais de inquisição, sumas teológicas, tratados de demonologia etc.).

Palavras-chave: Representação; Imaginário; Possessão; Cinema; Seita.

Introdução

O filme Hereditary (Aster, 2018) lançado mundialmente em 2018 pela produtora independente A24, e dirigida e roteirizada pelo diretor novato Ari Aster, logo se tornou um dos queridinhos da crítica, principalmente pela “revolução do terror” que o filme estava realizando trazendo a toma não somente o terror sobrenatural como o terror psicológico.

Na trama, temos a família Graham composta por Annie (Toni Collette) e seu marido, Steve (Gabriel Byrne), além de seus dois filhos, Peter (Alex Wolff) e Charlie (Milly Shapiro). Temos também a personagem Ellen (Kathleen Chalfant), mãe de Annie, que se torna a chave principal para desenvolvimento da história, apesar de já está morta. Ellen é considerada a “rainha” do culto demoníaco para Paimon, um demônio bastante poderoso, considerado um príncipe no Inferno, adicionado à mitologia cristã como um demônio, mas sendo originalmente um deus na mitologia mesopotâmica (Ford, 2006, p. 43). Ellen busca a prosperidade da sua família, mas ao longo do filme, vemos que sua “verdadeira” família para ela são os seguidores de seu culto, já que ela precisou assassinar todos os seus entes consanguíneos para trazer Paimon para o plano terreno.

Paimon pode ser manifestado apenas em corpos masculinos e em parentes consanguíneos do magista, mas acaba vindo ao mundo em Charlie, sua neta, que ao morrer, deixa Paimon à procura de um corpo, entrando no corpo de Annie, que assassina seu marido passivamente queimado e depois se suicida, quando finalmente Paimon encontra o corpo de Peter, que se manifesta com a voz de Charlie, o que torna o *plot twist* do filme, Paimon é Charlie e Charlie é Paimon.

Mas qual a relação das seitas dos anos de 1960 e 1970 com a seita de Ellen? Em um dos trechos do filme, Annie fala um pouco de sua infância, ela

narra que seu pai tinha problemas psicológicos como depressão psicótica e morreu de inanição, já o seu irmão mais velho se suicidou no quarto de sua mãe, deixando uma carta dizendo que Ellen estava tentando “colocar coisas em sua cabeça”. Nestes casos, vemos que o culto de Ellen não é recente, e sim iniciou-se na infância de Annie, ela não foi afetada diretamente com a seita devido ser mulher. O culto não se encerra nestes anos e se torna maior e mais poderoso durante os anos, se arrastando até o ano de 2018.

A década de 1960 e 1970 tem uma grande relevância com o gênero do terror, pois é lançado vários clássicos como *Rosemary's baby* (Bebê de Rosemary. Polansky, 1968) e *The Exorcist* (O Exorcista. Friedkin, 1973), alterando a visão do terror para um terror sobrenatural, saindo de uma visão de terror ainda vitoriana como presente no livro *Frankenstein* publicado por Mary Shelley em 1818, O Corvo de Edgar Allan Poe de 1845, e os livros de H. P. Lovecraft do início do século XX. Estas mudanças não são vistas apenas no cinema, mas no estilo de vida dos jovens, com a criação de seitas seja uma mudança de visão da cultura capitalista, (Kaminsky, 2016, p. 473), sendo libertadores em diversos pontos, inclusive em suas religiões, adentrando as figuras magistas como de Aleister Crowley.

Importante destacar que além de Aster, a produtora A24 investem em filmes de terror com a temática de seitas ritualísticas e de possessões demoníacas, tomando por exemplo *Midsommar* (Aster, 2019) e *The Witch* (A Bruxa, Eggers, 2015), grandes sucessos de bilheteria e de críticas.

O debate história e cinema no filme “Hereditário”

Esse projeto tem como referencial teórico-metodológico os pressupostos da análise do discurso, bem como seus desdobramentos no campo da análise semântica e da estrutura narrativa sobre o objeto fílmico, os textos e documentos históricos. A análise comparativa será outro recurso metodológico a ser utilizado no confronto das fontes históricas manuseadas, a saber, o filme Hereditário, juntamente com outros filmes de referência ao tema, em cotejamento à documentação canônica e sobre as seitas satânicas. A partir da leitura e crítica feita às fontes utilizadas nesta pesquisa, analisadas juntamente com bibliografia mencionada abaixo, será investigado

o conteúdo das representações identificadas no filme em relacionamento com a atividade satânica desenvolvidas por seitas no século XXI e as suas influências oriundas do século XX. Utilizando como principal fonte o filme estadunidense *Hereditary*.

A partir da revolução documental realizada pelos Annales no começo de século XX, novas fontes foram introduzidas ao trabalho do historiador (Le Goff, 1990, p. 112). O historiador começa a realizar críticas aos documentos, diferenciando-se dos metódicos, que se descreviam pelas fontes e as dividindo entre verdadeiras e falsas, além de memoriza-las. Não há história sem documentos (Lefebvre, 1981, p. 17), não estamos a julga-los como verdadeiros, mas para critica-los empaticamente. Dentro desta revolução, novas fontes para realizar uma nova história, como fontes orais e audiovisuais, saindo de uma história elitista e conservadora, para uma história feita das massas para as massas e a transformando em uma história qualitativa além de quantitativa (Le Goff, 1990, p. 541). Para uma análise fílmica, utilizando-a como fonte documental, utilizamos a metodologia de (des)construção do longa, realizando a análise não só do enredo, mas da sua construção, além da captação das imagens, sons, articulações dos atores, utilização da linguagem do enredo (Yishinishi *apud* Kornis, 2020, p. 414), além da intenção de representação, lembrando sempre que essa representação não é um testemunho do passado, mas sim uma representação histórico-social. José d'Assunção Barros, também cita a importância da aplicação desta metodologia para a utilização de uma fonte audiovisual dentro de uma pesquisa histórica:

Uma metodologia adequada à análise fílmica necessita ser complexa. Devem-se tanto examinar o discurso falado e a estruturação que se manifesta externamente sob a forma de roteiro e enredo quanto analisar os outros tipos de discursos que integram a linguagem cinematográfica: visualidade, a música, o cenário, a iluminação, a cultura material implícita, a ação cênica – sem contar as mensagens subliminares que podem estar escondidas em cada um desses níveis e tipos discursivos, para além do subliminar, que frequentemente se esconde na própria mensagem falada e passível de ser traduzida em componentes escritos (Barros, 2012, p. 80).

Alegorias do desconhecido na sociedade pós 45

A temática de possessão e pacto com o demônio é recorrente em diversos filmes de terror e horror. Foi abordada de maneira incisiva nas décadas de 1960 e 1970, em diversos projetos como: *The Innocents* (Os Inocentes. Clayton, 1961), *Rosemary's baby* (Bebê de Rosemary. Polansky, 1968), *The Exorcist* (O Exorcista. Friedkin, 1973), *Don't Look Now* (Inverno de Sangue em Veneza. Roegi, 1974). Estes mesmos fenômenos também estão presentes na obra *Hereditary* (Hereditário. Aster, 2018), fazendo com que comparações deste filme com outros que abordam os mesmos seja inevitável tanto do público que consome o longa quanto o de cientistas sociais que utilizam cinema quanto fonte de seus estudos.

Vários sites e críticos de cinema realizam associações entre o conteúdo dessas obras, como por exemplo o site “Observador” de notícias e entretenimento que publicou:

este filme de estreia de Ari Aster, realizador e autor do argumento, chega aos cinemas na crista de uma onda invulgarmente grande — sobretudo para uma fita de terror — de encômios, recomendações e excitação geral, falando-se a seu propósito de títulos-farol dos anos 60 e 70 como “A Semente do Diabo”, de Roman Polanski, “O Exorcista”, de William Friedkin, “Aquele Inverno em Veneza”, de Nicolas Roeg, ou “O Génio do Mal”, de Richard Donner (Barros, 2018, Disponível em: <https://observador.pt/2018/06/14/hereditario-tudo-em-familia-amaldicoada/>).

Ao realizar tal associação às produções dos anos 1970, muitas semelhanças surgem as nossas vistas. Um “*easter-egg*” foi encontrado no filme que remete a tal período histórico. Se trata da cena em que o marido de Annie, e pai da família Graham, Steve, acaba morrendo ao ser queimado pelo fogo que toma seu corpo após jogar os instrumentos em que Annie se comunicava com Charlie, sua filha, depois da morte da garota no filme.

Na cena alguns símbolos ficam marcados no corpo de Steve, que podem ser vistos também em Peter após a sua possessão no final do longa. Estes símbolos existem de fato e representam símbolos de seitas ritualísticas a Paimon que datam da década de 1970. Visando tantas interações assim entre o filme, o gênero em que ele está inserido e sua época retratada, percebemos a necessidade de entender mais da situação de seitas ritualísticas nos anos 1970.

Essa necessidade é denunciada também quando nos apoiamos nas discussões a respeito da metodologia do uso do cinema como fonte. Portanto, Mônica Kornis afirma, em “História e Cinema: Um Debate Metodológico”, que:

Em comunicação inspirada sobretudo nos trabalhos de Marc Ferro, José Luiz Werneck da Silva não só reforçou a importância do filme como fonte para o trabalho do historiador, mas também indicou alguns aspectos que devem ser considerados por aquele que quer lidar com esse tipo de fonte: é preciso reconhecer que existe uma manipulação ideológica prévia das imagens, assim como uma articulação da linguagem cinematográfica com a produção do filme e com o contexto de sua realização (Kornis, 1992, p. 239).

Fica claro a necessidade de haver uma articulação de análise entre o filme e a época que o produziu para que se possa entender um pouco mais sobre a obra como um agente histórico e fator determinante na vida social.

Altamente apoiado e abordando as mesmas temáticas que os filmes dos anos 1970 de gênero de Terror se baseavam também, o filme *Hereditary* foi retratado em vários sites, como o “Peliplat”, como: o “renascimento do terror nos anos 70” (Olivesuki77, 2024, Disponível em: <https://www.peliplat.com/pt/article/10010614/%22Heredit%C3%A1rio%22:-renascimento-do-terror-nos-anos-70>).

O contexto mundial dos anos 1960 e início da década de 1970 é muito singular. O mundo se encontra em uma polaridade política exacerbada por conta da guerra fria que o divide em dois grandes blocos econômicos e culturais distintos, sendo eles os capitalistas, representados pelos estados

unidos e seus aliados, e os socialistas, união soviética e seus aliados. Como o filme de Ari Aster é uma produção ocidental, abordaremos aqui apenas os conceitos e percepções do bloco capitalista a respeito das seitas ritualísticas da mesma época.

A noção de seitas é um pouco conflituosa já que nem todos esses grupos que são denominados assim aceitam tal titularidade, como apresenta Hubert Seiwert em sua obra “O problema das seitas – Opinião Pública, o Cientista e o Estado”, em que debate e problematiza tal conceito chegando a uma definição mais aceita que seria minorias religiosas.

Este movimento de “se separar da sociedade”, viver paralelo a ela sobre uma outra cultura vigente, automarginalização (Drop Out) que é característico de tais minorias, nasce alinhado com os movimentos de contracultura que compartilham com elas uma mesma origem histórica nas décadas já citadas.

O movimento de contracultura vive seu auge na década de 1960 e isso acaba se tornando “uma ameaça” para o estado e as estruturas da sociedade vigente como família, igreja, entre outras. Leon Frederico Kaminski, cita Beatriz Vieira para comentar em sua obra “O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970” em relação à o que que poderia ser a motivação da origem de tal movimento:

Para Beatriz Vieira (2007, p. 332), a experiência histórica da década de 1970 seria caracterizada pela metáfora do “sufoco”, devido à “opressão asfixiante da vida cotidiana sob a ditadura militar”. Entre outras características da experiência histórica da década de 1970 que a autora descreve está a tendência à “congregação humana, amistosa e festiva”, que “era percebida como um evento de força política e reativa naquele contexto fechado e desagregador” (Vieira, 2007, p. 221). Nesse sentido, eventos coletivos como happenings e festivais eram bastante comuns nesse período. Em consonância com essa tendência ao gregário, certos espaços eram apropriados e tornavam-se locais de encontro e sociabilidade da juventude.

de, como, por exemplo, as “feiras hippies” realizadas em diversas cidades brasileiras. É válido lembrar, no entanto, algo que não foi apontado pela autora, que esses eventos coletivos faziam parte da experiência histórica internacional, ocorrendo não somente em países com regimes autoritários (Kaminski, 2016, p. 472).

Tendo em vista o sufocamento e o cansaço do modo de vida americano e não correspondência aos padrões de estilo de vida americano, estes movimentos superam o sistema e vivem em paralelo a ele, e esse seria de fato o seu “real perigo”.

Foram atrelados a minorias religiosas, assim como aos movimentos de contracultura também, diversos estereótipos negativos e esta foi uma pauta que sempre foi abordada pela visão ocular da opinião pública, baseada no senso comum e no imaginário vigente das instituições de poder no ocidente. Tal situação culmina em uma discussão de um relatório publicado pela Assembleia Nacional francesa, da comissão governamental de “seitas” em 1996. Este documento atribuía a estes grupos diversos crimes e transgressões sociais que são problemas da nossa sociedade e não tem números de reincidência tão altos assim, quando realizamos uma análise comparativa do número de casos, para que sejam problemas rotulados como especificamente destes movimentos.

“Ferro defende assim que, através do filme, chega-se ao caráter desmascarador de uma realidade político e social” (Kornis, 1992, p. 244), assim conseguimos ver alguns desses “traços” dessa visão popular e estereotipada de tais movimentos em algumas representações que o filme *Hereditary* nos traz. Levando em consideração o “*easter-egg*” já citado, que levaria o telespectador a entender que o filme se passa justamente nesta década (1970), a seita presente no filme elucida sobre como o mundo ocidental encarava tal fenômeno.

Cronologicamente na narrativa do filme, a família Graham entra em contato com a seita ritualística que cultua o demônio Paimon, com a avó Ellen, ainda mais jovem do que conhecemos no início do longa. A personagem é retratada como rainha, tendo em vista que este demônio é um dos reis do inferno, a “*Queen Leigh*” como é tratada na seita seria a “esposa” da entidade.

Ellen daria luz ao bebê que, traria seu amado ao mundo, servindo de receptáculo para o demônio; o que acaba não acontecendo já que sua filha nasce mulher e isso impossibilita-o de assumir o seu corpo, já que ele só pode vir ao mundo através de corpos masculinos.

Sabemos que Annie teve um irmão homem, chamado Charlie. A personagem acaba dividindo a experiência do suicídio dele com o grupo de terapia ao luto que a personagem vai frequentar depois da morte de sua filha Charlie. Ela relata que o irmão era esquizofrênico e que morreu com perturbações já que dizia que a mãe queria “colocar pessoas dentro dele”. Esta já era uma tentativa da personagem de alcançar o seu feito final.

Ao combater seitas ritualísticas os setores mais conservadores da sociedade “apelavam” muito para a proteção dos jovens adolescentes e de suas consciências frágeis suscetíveis aos discursos muito atrativos destes movimentos. “[...] demonstrava uma preocupação com a divulgação de informações relacionadas aos hippies pela imprensa, pois as notícias poderiam influenciar consciências ‘não amadurecidas’, ‘contribuindo para o desfibramento da juventude’ (Kaminski, 2016, p. 479). Essa “proteção” se fazia mais necessário ainda, caso essas jovens fossem mulheres, já que elas acima do que quaisquer outras pessoas seriam tal público alvo de muitas seitas.

Vemos imagens da Ellen, ainda mais jovem, no álbum de família Graham, em que ela aparece feliz em meio a outros iniciados da seita, e nas imagens ela está de vestido branco que se assemelha muito a um vestido de noiva. Ellen então “apaixonada” pelos ideais da entidade (ou pela própria entidade) teria sido a matriarca a iniciar o culto.

Dentro desta perspectiva vemos a personagem como tão alienada em relação aos ideais do culto que ela mesmo criou que acabaria sacrificando primeiro seu próprio filho, e em seguida a família toda para conseguir tal objetivo. Tal personagem é exatamente o “público-alvo” para qual os discursos das seitas eram voltados na perspectiva do estado. Ellen, uma mulher mais jovem (teoricamente quando fundou o culto, e podemos afirmar isso, pela experiência com o Charles, irmão de Annie) é a pessoa perfeita para “ser doutrinada e pegue” pelos discursos das seitas.

Mas não apenas ela, na verdade, mesmo que involuntariamente e sem os personagens do núcleo principal saberem, o culto e o ciclo de possessão de Paimon fica um bom tempo do filme (até a sua cena final) entre personagens

femininas. Joan (amiga de Ellen, também iniciada na seita) é quem seduz Annie ao obscurantismo da espiritualidade; e o fenômeno da possessão passa entre Charlie e Annie (começando com a Ellen que iniciou a seita) até que ele encontre seu destino final em Peter.

Peter que também pode ser considerado um desses “públicos mais suscetíveis aos discursos das seitas” já que, segundo as forças repressoras, tanto o movimento de contracultura, as minorias religiosas e o comunismo (que eram quase sempre generalizados e tratados como apenas comunistas) eram extremamente desleais e usavam de qualquer artimanha para conseguir novos adeptos aos seus propósitos, como Kaminski aponta em uma citação a um general que combatia tais movimentos no Brasil durante a ditadura militar:

Em Os sete matizes do vermelho, para um maior efeito de convencimento, o general insere nas falas de um dirigente comunista quais seriam os recursos usados para influenciar a juventude. Entre eles estavam os tóxicos, o erotismo, a deturpação religiosa, a música, o teatro e o cinema políticos ou pornográficos (Kaminski, 2016, p. 477).

O personagem de Peter se encaixaria como vulnerável a adequação ao culto por ser jovem, mas além disso por fazer o uso de entorpecentes químicos, como se é visto na cena em que ele e sua irmã Charlie vão a uma festa de amigos da escola. Nesta mesma cena podemos notar que o jovem tem alguns problemas de socialização, o que pode ser natural de tal idade, ou uma outra representação de um público mais fragilizado a esses fenômenos:

[...] na discussão pública há um amplo consenso de que seitas aproveitam tipicamente métodos de desestabilização mental ou técnicas de psique para conseguir que seus membros se comprometam com elas. É comum afirmar-se que especialmente indivíduos psicologicamente instáveis, por exemplo, pessoas passando por uma crise existencial, se tornam vítimas de esforços de propaganda de seitas. Todavia, tais opiniões não podem ser verificadas por métodos científicos” (Seiwert, 2001, p. 31).

Após a morte de Charlie, nesta mesma festa, Annie, sua mãe, não consegue lidar muito bem com o luto de tal fenômeno traumático. Ela tenta ir algumas vezes a um grupo terapêutico que trata o luto, mas acaba desistindo, quando é abordada por Joan que começa uma amizade com ela. No decorrer da narrativa, Joan acaba mostrando para Annie técnicas espirituais para estar mais perto de sua filha, “convertendo” a personagem práticas obscurantistas. Certamente, Joan a “seduziu” com seu discurso em um momento de instabilidade psicológica, o que expressa na narrativa do filme tal representação.

Considerações finais

Seitas ritualísticas, minorias religiosas, foram fenômenos intencionalmente mal compreendidos (assim como a contracultura) pela sociedade ocidental das décadas de 1960 e 1970 que tinham projetos políticos bem claros apoiados nas ideologias anticomunistas e na padronização e controle social extremo. Estes foram fenômenos que raramente ao analisa-los as esferas públicas de poder procuram os cientistas sociais, e sim se apoiaram no senso comum e na visão pública sem criticidade ao analisar tais assuntos.

As crenças e percepções sociais negativas e generalizantes a respeito de minorias religiosas perduram até hoje para determinados grupos de minorias religiosas que são condenados por conceitos e conclusões generalizantes de experiências de grupos extremistas ou que ameaçaram as estruturas de poder do Estado de alguma forma; já que conseguimos traçar um padrão de passibilidade com minorias que não pregam uma ruptura tão severa com as ordens vigentes.

Uma retrospectiva histórica revela o fato notável de que várias das minorias religiosas, existentes na Alemanha já na primeira parte de século XX e que podem ser vistas como seitas clássicas - por exemplo, as Testemunhas de Jeová, a Igreja Neo-Apostólica ou os Mórmons - não eram objeto de crítica até os anos 90. Antes disso, uma discussão crítica sobre elas ocorria, no máximo, no contexto da apologética eclesiástica e não foi aproveitada pela mídia (Seiwert, 2001, p. 24).

Como estas conclusões preconceituosas ainda estão presentes na mentalidade social, algumas obras como: “*Hereditary* (2018)” ou “*Heaven’s Gate - The*

Cult of Cults (2020)” da Netflix são produções que trazem consigo muitas representações que parecem querer garantir que tais perspectivas sobre esses fenômenos não saiam do imaginário popular, ou pelo menos que estão lucrando com estes temas, já que há um público consumidor e interessado por tal produto cultural.

O filme para Ferro fala de uma outra história: é o que ele chama de contra-história, que torna possível uma contra-análise da sociedade. Para ele, o filme revela aspectos da realidade que ultrapassam o objetivo do realizador, além de, por trás das imagens, estar expressa a ideologia de uma sociedade. Ferro defende assim que, através do filme, chega-se ao caráter desmascarador de uma realidade político e social” (Kornis, 1992, p. 244).

A realidade de seitas retratadas, portanto representadas, nestas produções não definem uma totalidade da realidade vivida por minorias religiosas, mas sim como o ocidente as entendiam dentro do seu contexto de criação na década de 1970 e sobre a mentalidade anticomunista que viam tais expressões como transgressoras e ameaçadoras.

Referências

- BARROS, Eurico de. “Hereditário”: Tudo em família (amaldiçoado). **Observador**, Brasil, 2018. Disponível em: <https://observador.pt/2018/06/14/hereditario-tudo-em-familia-amaldicoada/>.
- BARROS, José Costa D’Assunção (Orgs.). **Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema**. Rio de Janeiro: Apicuri, 1a ed., 2012.
- BARROS, José Costa D’Assunção. Jacques Le Goff Contribuições para a discussão conceitual e para as demandas teóricas da Nova História. **Brathair, Revista de Estudos Celtas e Germânicos**. São Luís, no 16, 2016.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAHUAD, Ana Maria. História e Imagem. Os Exemplos da Fotografia e do Cinema. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997.
- DON’T Look Now. Direção: Nicolas Roeg. Produção: Anthony B. Unger; Peter Katz. Roteiro: Allan Scott; Chris Bryant. Reino Unido: Paramount Pictures Studios, 1974.

- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FORD, Michel. **Goetia Luciferiana**. Estados Unidos: Succubus, 2006.
- KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. **Antíteses**, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil, v. 9, n. 18, p. 467-493, jul.-dez. 2016.
- KORNIS, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.
- LEFEBVRE, Georges. **O nascimento da moderna historiografia**. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1ª ed., 1981.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1ª ed., 1990.
- ROSYMARY'S Baby. Direção: Roman Polanski. Produção: William Castle. Roteiro: Roman Polanski. Estados Unidos: Paramount Pictures Studios, 1968. Disponível em: GloboPlay.
- SEIWERT, Humbert. O problema das “seitas” – Opinião públicas, o cientista e o Estado. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2, p. 21-45, 2001.
- SOUZA, André Ricardo de; ABUMANSUR, Edin Sued; LEITE JÚNIOR, Jorge. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais. **Horizonte Antropológico**. Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 385-410, jan./abr. 2019.
- OLIVESUKI77. “Hereditário”: renascimento do terror nos anos 1970. **Peliplat**. Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.peliplat.com/pt/article/10010614/”Hereditário”:-renascimento-do-terror-nos-anos-70>.
- THE BEATLES. Helter Skelter. Londres: Abbey Road Studios, 1968, vinil, 4:29min.
- THE Exorcist. Direção: William Friedkin. Produção: William Peter Blatty. Roteiro: William Peter Blatty. Estados Unidos: Warner Bros Pictures, 1973. Disponível em: HBOMax.
- THE Innocents. Direção: Jack Clayton. Produção: Jack Clayton. Roteiro: Truman Capote; William Archibald. John Mortimer. Estados Unidos: 20th Century Studios, 1961.
- YISHINISHI, Bruno José *apud* KORNIS, Mônica Almeida. A relação Cinema-História: fundamentos teóricos e metodológicos. **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Em tempos de História**. Brasília, n. 37, jul./dez. 2020.

Do Estado do Maranhão e Grão-Pará ao leste asiático português: a trajetória política do mestiço amazônico Antônio de Albuquerque Coelho (séculos XVII e XVIII)

*Iris Carvalho Nascimento*¹

*Décio Marco Antonio de Alencar Guzmán*²

Introdução

Mesmo sendo de uma família influente no Império português do século XVII, as implicações relacionadas à origem mestiça de Antônio de Albuquerque Coelho não impediram ele de ter dificuldades na obtenção de cargos políticos na América, e até mesmo receber menos em Portugal quando esteve por lá. A família Coelho de Carvalho era composta de vassallos importantes para o Império Português no século XVII, isso é demonstrado com a trajetória política dos seus antepassados, como o seu trisavô Feliciano Coelho de Carvalho, que fundou a vila Viçosa da Santa Cruz de Camutá, lugar que Antônio de Albuquerque Coelho nasceu em 1682 (Carvalho, 2023). Por sua vez, é filho de Antônio é filho de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que era Governador do Maranhão durante a sua infância, e de Ângela de Barros, que era descendente de indígenas e negros. Segundo Eric Carvalho (2023) a família Coelho de Carvalho mantinha relações de aliança com povos indígenas do Norte desde a época de Feliciano, e pode ser que isso tenha influenciado a relação dos pais de Antônio, já que Ângela era moradora da vila Viçosa da Santa Cruz de Camutá. Além da mestiçagem indígena e negra que existem em Antônio, é relevante o fato de ele ser filho bastardo, já que o seu pai não decidiu casar com Ângela, mas sim uma portuguesa chamada Luísa de Mendonça (Martins, 1998).

1 Discente no curso de Licenciatura em História na Universidade Federal do Pará. E-mail: iriscarvalhoonascimento@gmail.com.

2 Professor da Faculdade de História e dos Programas de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará.

Infância em Camutá

Os primeiros anos da vida de Antônio se passaram em volta da vila Viçosa da Santa Cruz de Camutá, que atualmente corresponde à cidade de Cametá no Estado do Pará. As crônicas escritas pelo padre Bettendorff durante o período que esteve no Maranhão, ou seja, durante 1661 a 1698, mostram numerosos momentos da interação entre ele e a família de Antônio, já que na época o pai deste, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi capitão-mor do Grão Pará de 1688 a 1690 e também nomeado governador do Maranhão em 1690. Por isso, a partir das crônicas é possível obter informações de até três gerações da família de Antônio, dados sobre as terras que eles foram donatários, as missões que realizavam, a relação deles com os padres, os indígenas e os escravizados, entre outros. Ou seja, essa fonte é essencial para entender o local onde Antônio de Albuquerque Coelho cresceu, os lugares que esteve e os povos que tinha contato.

Em 1690 o seu pai, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi nomeado Governador do Maranhão, e era justamente um período em que os franceses estavam guerreando nas fronteiras do Norte para adquirirem mais território. Bettendorff escreve sobre esse momento, mais especificamente em 1693, quando o pai de Antônio foi para uma viagem para a região do Rio Negro, a fim de conter os franceses e conseguir capturar mais indígenas. Outro momento relacionado ao governo do pai de Antônio é quando os franceses de Caiena estavam tentando conquistar o forte de Macapá, em 1697 (Bettendorff, 2010, p. 711). Portanto, podemos perceber que Antônio cresceu em ambiente de tensões, primeiramente entre portugueses e indígenas, mas também entre portugueses e franceses, e que a sua família estava em situação de liderança neste período. Também, religiosamente, ele convivia com padres católicos que entravam em contato constantemente com o seu pai.

Após isso, só temos notícias dele em Portugal, onde já estava em 1700. Martins (1998) afirma que durante o período que esteve em Portugal, recebeu o foro de fidalgo escudeiro da Casa Real, mas deixou de receber 1 terço do dinheiro por ser filho ilegítimo, nos fazendo refletir sobre as

influências da origem bastarda de Antônio. Portanto, não sabemos exatamente quando ele partiu para Portugal, e portanto quanto tempo passou por lá, mas sabemos que em 24 de Março de 1700 ele embarca rumo à colônia portuguesa de Goa, na Índia, lugar inclusive que será o mesmo de sua morte, em 1745 (Martins, 1998).

Antônio parte para Goa e Macau

O Estado da Índia compreendia, já no século XVI, todas as possessões asiáticas do Império Português, Goa era a capital administrativa desses territórios, onde ficava também o Vice-Rei da Índia, que representava os “interesses do poder Central” (Monteiro, 2011, p. 80). Em 1706 para Macau, na China, local onde casou, fez amizades e inimizades, e participou da vida política do local como vereador e governador. Nessa primeira ida à Cidade do Nome de Deus na China³, o que nos chama mais atenção é o casamento dele com uma moça macaense chamada Maria de Moura. Paulo Martins (1998) nos traz a informação de que esta moça pertencia a uma das famílias ricas de Macau, remanescente da época de ouro do comércio, que durou até a metade do século XVII. Os Portugueses se estabeleceram em Macau em 1557, e a pequena península foi-se construindo e constituindo sobretudo através do comércio com a China e outras nações asiáticas e europeias. Entretanto, segundo Anabela Monteiro (2011), esse decaimento do poder econômico de Macau se deu por fatores ligados tanto ao reino de Portugal, com o fim da União Ibérica e o fim do comércio com o Japão, mas sobretudo pela mudança de dinastia dos Ming para os Qing na China. Portanto, quando Antônio foi para a cidade no início do século XVIII, Macau já não estava tão forte como antes. Mesmo assim, Boxer (1946) afirma que a Cidade era um lugar muito atraente para os pretendentes indigentes do Império, pois ainda haviam remanescentes das famílias ricas da época do comércio com o Japão, o que significa que disponibilizavam de bons dotes para as filhas ao se casarem.

3 Segundo Lindsay e May Ride (1999) este foi o nome oficial da colônia de Macau, denominada assim desde 1586.

Figura 1 - Planta de Macau desenhada por Barreto de Resende em 1635

Fonte: Francisco Oliveira, 2006.

Maria de Moura pertencia a uma destas famílias abastadas, e podemos observar na documentação do Leal Senado de Macau, que se encontra disponibilizada digitalmente no Arquivo de Macau, algumas informações sobre ela no ano de 1709. O termo de 7 de Julho de 1709, de título “Termo feito em Meza sobre huma petição de Maria de Vasconcellos”, é uma

petição em forma de protexto, em que pedia a este Senado, que visto a força, q’ lhe tinha feito o Vigario Geral, em lhe tirar a sua Netta de Caza, pedia e requeria a esta m.^{to} Nobre Cidade buscasse os meios mais convenientes, p.^a q’ lhe entregasse outra vez sua Netta, visto não ter idade mais que 19 annos” (Arquivos de Macau, 1964, p. 110).

Ou seja, além de Maria de Moura ser órfã de quase 19 anos e aparentemente só ter a sua avó viva, pois esta era viúva, nos parece que duas partes queriam possuir a tutela da jovem:

os Ministros deste Senado fossem pessoalm.^{te} a Caza do S.r Bispo D. João de Cazal, e lhe pedissem quisesse ser servido mandar tirar a d.^a Orphãa do Depozito, em que estava, e depozitalla no Convento de Sta^a Clara, ou em huma Caza independente de ambas as partes” (Arquivos de Macau, 1964, p. 110).

Ou seja, isso nos faz refletir sobre quem eram as pessoas, e porque estariam interessadas na tutela da jovem Maria. É nesse sentido que relacionamos as colocações de Boxer (1946) sobre o interesse nas jovens solteiras de família rica, ao caso de Maria de Moura. Outro termo, de 8 de Novembro de 1709, já coloca Antônio de Albuquerque Coelho no meio desta questão:

Aos vinte oito dias do Mez de Novembro de Mil setecentos e nove annos na Cidade do Nome de Deos na China na Caza da Cam.^a della estando em Meza de Vereação os Ministros, que no dito anno servem, juntos todos os Homens bons, lhe foi proposto pelo Vereador do Mez Manoel Gonsalves dos Santos, em como foram S. M.^{ces} chamados p.^a lhe fazer presente huma petição, que Maria de Vasconcellos tinha feito a Meza em que pedia lhe assegurassem sua Neta p.^r ter indicios de que Antonio d’Albuq.^r Coelho a pretendia levar furtada para Goa: do que ouvido p.^r todos foram de parecer, que no cazo que haja certeza do tal efeito, este Senado busque os meios mais convenientes para que não consiga a sua determinação, por assim ser muito conveniente a esta Cidade: e como assim o assentarão, fiz este termo eu M.^{cl} dos Santos Alferes Escrivão da Camara que o fiz escrever (Arquivos de Macau, 1964, p. 132).

É possível perceber, portanto, que Maria de Vasconcellos não era a favor da união entre Antônio de Albuquerque Coelho e Maria de Moura, fazendo com que faça esse pedido de tutela a sua neta, a fim de que não fuja com ele. Não sabemos detalhes resultantes desse requerimento, porém indica a

tensão envolta da tutela e casamento da jovem. Isso corrobora com o que Paulo Martins (1998) dispõe sobre os inimigos que Antônio teria feito em Macau, inclusive da perda do braço direito, e também nos revela em um dos documentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino sobre o assunto, datado de 23 de Agosto de 1706, que trata de uma resposta de Maria de Vasconcellos ao pedido de Antônio para acertar o casamento com a sua neta. Segundo o autor, a avó sabia da importância da família de Antônio, e que o pai dele era neste período Governador de Beira Baixa, porém, independente disso, Antônio ainda continuava sendo “um filho nascido de uma parda do Brasil” (Martins, 1998, p. 28).

A primeira informação que isso nos revela é que Antônio começou a mobilizar o tutor e a liderança de Macau para fazer o pedido de casamento a Maria de Moura no mesmo ano que chegou pela primeira vez em Macau, 1706. Ademais, podemos refletir sobre como os macaenses, ou pelo menos parte da elite, poderia se relacionar com a origem mestiça de Antônio. Além de ser bastardo, era descendente de indígena e negros, além de ter nascido na colônia e não na metrópole. Como isso reverberou nos lugares em que ele esteve, se afetou a sua obtenção de cargos políticos é uma das maiores preocupações desta pesquisa. Afinal de contas, como um governante era escolhido no Império Português dos séculos XVII e XVIII? Antônio representou uma exceção à regra nesse contexto? São perguntas que esperamos um dia poder responder.

Antônio Vereador e Governador de Macau

Após o casamento, Antônio se tornou um morador da cidade de Macau, já atuando no ano seguinte como Vereador no Leal Senado de Macau entre 1711 e 1714. Encontramos as suas assinaturas nos termos do Leal Senado, disponíveis no Arquivo de Macau, diversas vezes durante esse período, indicando a presença nas reuniões da instituição. Ademais, esta documentação possibilita a análise de quais eram as principais preocupações da população de Macau. Como afirma Anabela Monteiro (2011), comparado às funções do Governador e do Vice-Rei da Índia, o Senado está mais relacionado a atender as preocupações do povo de Macau. Por isso pudemos encontrar ali os requerimentos de Maria de Vasconcellos, e de muitos outros moradores da cidade, e as vezes de pessoas de fora. A principal preocupação que percebemos

nos termos deste período em que Antônio está atuando como Vereador, está ligado ao pouco comércio que a cidade está fazendo com as demais nações. O primeiro termo do Leal Senado que cita Antônio no período em que foi Vereador, com a sua assinatura no final do documento, data do dia 23 de Dezembro de 1711. Se trata de uma reunião entre os Vereadores do Leal Senado, os “Homens bons do seu Concelho” e os senhorios dos Navios da Praça, para tratar da baixa no comércio de Sândalo, onde eles compravam da Ilha de Timor e vendiam para os chineses.

A obrigação com que se acha este Senado de attender á conservação desta Cidade de S. Magest.^a, que Deos Gu.^e, foi a causa de mandar o miserável, e lastimozo estado em que está esta Cid.^a com falta de commercio, que não há hoje portos pera onde possam hir estes quatro barcos, que ainda restão aos Moradores; e a viagem que nestes proximos annos sustentava esta Cidade, era a do Timor; e como hoje por nossos peccados está já quasi perdido, e desvanecido o contracto de sandallo; julga este Senado quasi impossivel poder conservar esta Cidade, pela muita atenuação, e pobreza de seus Moradores (Arquivos de Macau, 1964, p. 143).

Segundo o termo, os navios de que os chineses usavam, chamados por eles de “Chalupas”, tinham uma maior capacidade de carregamento do que o dos comerciantes de Macau, e por sua vez, aumentavam a oferta do sândalo e diminuía o preço do produto, além do mais, os chineses também estavam comprando mais dos comerciantes destas embarcações do que dos macaenses. Dessa forma, eles estavam propondo uma solução para este problema, como mostra esse trecho do termo:

O remédio único, que tem hoje, meus Senhores, para a conservação desta Cidade, ponderado por este Senado, com madura consideração, hé quitar à Navegação das Chalupas, e mais embarçoens, assim dos chinas, como d’outras Naçoens, que dirigidamente vão á Batávia, todos os annos, a condução do sandalo (Arquivos de Macau, 1964, p. 143).

Dessa forma, um exemplo de lidar com a baixa de um produto era dificultar ou proibir o acesso de navios de outros reinos no porto de Macau, inclusive com a colaboração com Timor, que também era colônia de Portugal neste momento.

Entretanto, outra questão importante que se passava no início do século XVIII em Macau, e que trouxe muitas implicações envolvendo não só as instituições Macaenses, mas o próprio imperador chinês e português, era o que é conhecido pela historiografia como a questão dos ritos. Anabela Monteiro aborda o aspecto sobre como essa questão se internacionalizou, pois, segundo ela, a

Questão dos Ritos não foi simples ou de resolução fácil, pois suscitou violentas e acesas discussões, dividiu opiniões, envolveu papas e reis europeus, perturbando profundamente o trabalho evangélico no terreno que era preparado e dinamizado a partir de Macau (Monteiro, 2011, p. 411).

A questão se trata sobre a proibição da prática dos rituais chineses que estavam baseados nas ideias de Confúcio, um filósofo da antiguidade chinesa que teve em seus escritos uma grande influência na cultura chinesa, e também de outras nações asiáticas. Em 1555 chegam os primeiros missionário na China, mas é só no período em que os padres Michele Ruggiere, S. J. (1543-1607) e Matteo Ricci (1552-1610) que as primeiras decisões relacionadas à adaptação à cultura, costumes e língua chinesas foram instauradas (Seabra, 2011). O que mais entrava em dissonância entre os rituais chineses e a fé católica é que “a moral confuciana não aceitava o casamento monogâmico nem o celibato dos missionários”, e do outro lado “os Papas Inocência XII, Clemente XI e Inocência XIII condenaram vivamente algumas tradições e costumes confucianos, como o culto aos mortos” (Monteiro, 2011, p. 411). Esses conflitos permanecem até o período em que Antônio chega em na cidade de Macau, que, por sinal, era o “centro da religião católica no Extremo-Oriente” (Seabra, 2011, p. 419). Em 1702, um padre francês chamado Tournon chega a Macau, enviado do Papa Clemente XI, a fim de entregar um decreto para o imperador chinês, a respeito da decisão do Santo Ofício de proibir a utilização de práticas vindas do confucionismo nas evangelizações feitas pelos

missionários, assim como exigir que os novos fiéis chineses também parassem de realizar esses rituais. Após entregar o decreto em Pequim, houve uma grande comoção na capital e o imperador ordenou que Tourton fosse expulso do território chinês e se exilasse em Macau (Martins, 1998).

Podemos observar no termo do Leal Senado de 12 de outubro de 1712, quando o cardeal Tourton já havia falecido, que alguns seguidores seus ainda permaneciam proibindo a utilização dos ritos chineses como método de evangelização. No caso, dois seguidores do cardeal queriam levar uma carta para o Imperador da China sobre tais proibições, mas foram denunciados ao Senado pelo Mandarim de Hiansan, que acreditamos ser uma pessoa que fazia parte da elite chinesa e era ativa na vida política em Pequim.

na Caza da Camara della forão pelos Ministros, e Officiaes que neste dito anno serbem, convocados os homens bons do seu conselho, os quaes juntos lhes foi proposto pelo Vereador Antonio d'albuquerque Coelho, q' Suas Mercés erão chamados a esta Caza da Camara p.^a lhes representar em como o Mandarim de Hiansan noticiou a este Senado, em como a sua vinda para esta Ciade foi p.^r causa d' accusação dos P.^{es} do Cardeal fizeram contra a esta Cid.^e, dizendo ter este Senado impedido a elles levar huma carta, que tem de Sua Santid.^e para o Imperador da China; e p.^r que esta accusação hé falsa, como hé notorio a todos, por quanto esta Cidade não teve nunca notícia de tal carta, nem lhos impedia tal cousa, era necessário mostrar a nossa verd.^e, de sorte que daqui não viesse a suceder alguma resina a esta Cid.^e; e para este feito era necessario fazer alguma despeza esta d.^a Cid.^e p.^a com o V. Rei de Cantão, e para com os o d.^o Mandarim de Hiansan [...] que visto ser cazo este, que podia delle prejudicar muito a este commum, fizesse este Senado a despeza que fosse necessario, a fim de ficar esta Cid.^e livre d'alguma ruina (Arquivos de Macau, 1964, p. 147).

Como podemos perceber, Antônio de Albuquerque Coelho propôs essa reunião com o conselho do Senado para discutir o que poderiam fazer para que o Mandarim não prejudicasse a cidade. É interessante perceber a prática de dar presentes para a aristocracia chinesa, a fim de que fossem evitados maiores conflitos vindos da possibilidade de levar essas questões ao imperador da China, e por sua vez com o imperador de Portugal e à Santa fé em Roma.

Essas vivências que Antônio teve enquanto integrante do Leal Senado de Macau foram decisivas para que ele fosse nomeado governador da Cidade do Nome de Deus na China em 1718. Não somente essas vivências, mas todas as experiências que ele teve, desde os conflitos com os franceses e a educação católica quando estava no Estado do Maranhão e Grão Pará, a ida ainda jovem para Portugal, as idas e vindas a Goa, e, em um momento posterior a este que tratamos neste trabalho, a grande viagem que ele fez majoritariamente de forma terrestre de Goa até Macau, para poder assumir o cargo de Governador de Macau.

Analisar a vida de Antônio de Albuquerque Coelho nos traz todas essas possibilidades, e outras mais, como o período em que foi governador de Timor e Pate, algo que por motivos de delimitação da pesquisa, deixaremos para analisar em outro momento.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DE MACAU - ARQUIVOS DE MACAU:

Boletim do Arquivo Histórico de Macau. Macau: Imprensa Nacional. Disponível em: <https://www.archives.gov.mo/pt/ArquivosDeMacau/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BOXER, C. R. **A Fidalgo in the Far East, 1708-1726:** Antonio de Albuquerque Coelho in Macao. *The Far Eastern Quarterly*, vol. 5, no. 4. Durhan: Duke University Press, 1946. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2049788?seq=4>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão.** Brasília: Edições Senado Federal, 2010.

CARVALHO, Eric. De Fidalgo do Reino a Conquistador das Terras Do Brasil: conflitos e alianças na trajetória de Feliciano Coelho de Carvalho (1590-1608). **Revista de Pesquisa Histórica - CLIO**, Recife, v. 41, p. 80-102, Jan.-Jun. 2023.

MARTINS, Paulo Miguel. **Percorrendo o Oriente**: a vida de Antônio de Albuquerque Coelho (1682-1745). 1. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

MONTEIRO, Anabela Nunes. **Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China: Interesses e estratégias de sobrevivência**. Orientador: João Marinho dos Santos. 2011. 827 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18493>. Acesso em: 23 mar. 2024

RIDE, Lindsay; RIDE May. **The Voices of Macao Stones**. 1ª ed. Hong Kong: Liang Yu Printing Factory, 1999.

SEABRA, Leonor Diaz de. Macau e os jesuítas na China (séculos XVI e XVII). **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, ano 2011, v. 15, ed. 3, p. 417-424, 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.09>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Ressignificando o passado: entrelaçando história e jogabilidade no contexto da Segunda Guerra

*Jainy Barbosa Teixeira
Madsonara Antunes Andrade
Ana Cristina Pereira Lima*

Resumo

Este resumo tem como objetivo socializar a experiência vivenciada na construção e aplicação do jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” produzido como atividade do projeto de extensão “Laboratório de Jogos: Ferramentas para o Ensino de História”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) no curso de Licenciatura em Educação do Campo com Aprofundamento em Ciências Humanas e Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Canguaretama. A prática foi realizada durante o ano letivo de 2023, como parte do plano de trabalho desenvolvido por bolsistas do Pibid. Realizamos leituras de aprofundamento teórico-metodológico e acompanhamento das aulas de História na Escola Estadual Felipe Ferreira, localizada no distrito de Piquiri, no município de Canguaretama/RN, com a turma do 9º ano do Ensino Fundamental. A proposta foi a construção de um jogo de tabuleiro com a temática da Segunda Guerra, a partir dos princípios básicos da Aprendizagem Criativa. Utilização de jogos já existentes, debates e observações sobre as potencialidades didáticas de outros jogos constituíram o percurso metodológico do projeto. Posteriormente, trabalhamos na confecção das peças, cartas e diagramação do jogo e de seu manual. Finalmente, houve a aplicação do jogo com a turma do 9º ano e reuniões de avaliação da atividade junto ao professor supervisor. A idealização, confecção, aplicação e avaliação do jogo foram experiências significativas para os bolsistas Pibid e alunos da E. E. Felipe Ferreira. Observamos que a aplicação do jogo pôde contribuir com uma nova maneira de engajar os estudantes com o conteúdo histórico, mas também estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais através da interação em grupo e do jogo. O jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” exemplifica como ferramentas lúdicas podem ser eficazes no ensino de conteúdos complexos, como a história da Segunda Guerra. A

combinação de pesquisa, adaptação criativa de jogos existentes e aplicação prática em um contexto educacional realça a importância de abordagens inovadoras na educação, no âmbito da iniciação à docência. Ao longo do processo formativo percebemos que a elaboração de materiais didáticos e lúdicos contribuiu para ampliar nosso repertório pedagógico. Em conclusão, o jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” marca uma busca por métodos de ensino mais dinâmicos que podem transformar a maneira como os alunos aprendem História na sala de aula.

Palavras-chaves: Ensino de História; Jogos; Segunda Guerra.

Introdução

A integração de métodos lúdicos no ensino tem se mostrado uma abordagem promissora para cativar o interesse dos alunos e promover um aprendizado mais significativo em diversas disciplinas. No contexto específico da disciplina de História, onde a complexidade dos eventos históricos muitas vezes desafia a imaginação dos estudantes, a utilização de jogos educacionais emerge como uma alternativa enriquecedora e eficaz. Vigotski afirmou que “todo ato imaginativo compõe-se de elementos tomados da realidade e extraídos da experiência em uma nova combinação, ou seja, “[...] a fantasia se constrói sempre a partir dos materiais captados do mundo real” (Vigotski, 2014, p. 11). Desse modo, é imprescindível que, no âmbito educacional, sejam exploradas estratégias que estimulem a imaginação e a criatividade dos alunos, conectando os conteúdos históricos com situações vivenciadas e possibilitando uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fatos. Os jogos educacionais, ao proporcionarem um ambiente lúdico e interativo, permitem que os estudantes se envolvam de maneira ativa no processo de aprendizagem, experimentando na prática as dinâmicas e os desafios enfrentados pelas sociedades do passado. Além disso, ao participar de simulações e atividades que reproduzem contextos históricos, os alunos desenvolvem habilidades cognitivas, sociais e emocionais, ampliando sua capacidade de análise crítica, trabalho em equipe e empatia.

Os jogos educacionais oferecem oportunidades para os alunos aplicarem conceitos históricos em contextos práticos e interativos, o que estimula o pensamento crítico, a resolução de problemas e a habilidade de análise histórica.

Ao participarem de simulações, debates e atividades baseadas em jogos, os estudantes não apenas absorvem informações, mas também aprendem a contextualizá-las, a avaliar diferentes perspectivas e a desenvolver uma compreensão mais profunda dos eventos passados e suas ramificações no presente. Assim, a utilização de jogos educacionais na disciplina de História não só amplia o engajamento dos alunos, mas também fortalece sua capacidade de reflexão e interpretação histórica, preparando-os para enfrentar desafios intelectuais complexos dentro e fora da sala de aula.

De acordo com as reflexões de Soares (2016, p. 2), “O jogo é uma atividade livre e voluntária, cujo objetivo é o prazer e o divertimento”. Dentro de um ambiente educacional formal, como a sala de aula, o jogo pode ser uma ferramenta valiosa, pois combina aspectos lúdicos e educativos. A dimensão lúdica proporciona prazer, enquanto a dimensão educativa tem o propósito de transmitir conhecimento ao participante. Soares (2016, p. 2) argumenta que “é indispensável estabelecer o equilíbrio entre ambas as funções em sala de aula, pois se for muito tendenciosa à função lúdica, o jogo pode deixar de ser educativo e, se for tendenciosa à função educativa, pode deixar de ser um jogo.

Ao aplicarmos essas ideias à educação básica, percebemos que os jogos que abordam conceitos históricos podem ser uma forte ferramenta para tornar as aulas mais interessantes e ajudar a aprendizagem dos estudantes. Ao construir e aplicar jogos para o ensino de História, os educadores devem considerar cuidadosamente como esses jogos podem ser alinhados aos objetivos de aprendizagem específicos da disciplina. Por exemplo, no jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” é oportunizado para que os alunos assumam papéis de representação históricas e tomem decisões que reflitam os eventos e dilemas da época. Isso não apenas os envolve emocionalmente no assunto, mas também os desafia a compreender as complexidades das decisões históricas. Também é essencial que os professores forneçam o suporte e as orientações necessárias durante o uso dos jogos, garantindo que os alunos compreendam os conceitos históricos relevantes e possam fazer conexões entre o jogo e o contexto histórico real.

Os jogos educacionais têm o potencial de influenciar o ensino de História, tornando-o mais envolvente, significativo e eficaz. Ao encontrar o equilíbrio

certo entre diversão e instrução, os professores podem criar experiências de aprendizagem que inspirem os alunos a se tornarem pensadores críticos e criarem afinidade pela história.

Desenvolvimento

No âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBID) do curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, campus Canguaretama, foi realizada uma pesquisa de aprofundamento teórico-metodológico e acompanhamento das aulas de História da turma do 9º Ano do Ensino Fundamental da EETI Felipe Ferreira. Percebeu-se que o lúdico pode ser uma ferramenta poderosa para engajar e educar sobre eventos históricos. Assim, a proposta foi a construção de um jogo de tabuleiro com a temática da Segunda Guerra, a partir dos princípios básicos da Aprendizagem Criativa. Utilizando jogos já existentes, debates e observações sobre as potencialidades didáticas de outros jogos constituíram o percurso metodológico do projeto. Posteriormente, trabalhamos na confecção das peças, cartas e diagramação do jogo e de seu manual. Segundo Luiz (2014 *apud* Piaget, 1999):

O jogo corresponde à assimilação que sobressai à acomodação, sendo algo que vai acontecendo desde os estágios iniciais do desenvolvimento da criança, através da relação sujeito/objeto. Dessa forma, entendemos que o jogo é um processo em que o sujeito consegue muito mais apropriar-se de vários atributos (assimilação) do objeto para sua estrutura cognitiva, para posteriormente ser possível relacionar esses atributos e modificar sua estrutura para criar novos significados (acomodação) (Luiz *et al.*, 2014, p. 1).

O ensino da história é um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento humano e social, assim como as outras disciplinas de ciências humanas. No entanto, em muitas escolas no Brasil, existe um déficit de qualidade na aprendizagem. Diante desse desafio, o projeto de extensão “Laboratório de Jogos: Ferramentas para o Ensino de História” onde desen-

volvemos o jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” buscou junto aos discentes da Escola Estadual Felipe Ferreira construir um caminho a qual os alunos não tinham percorrido ainda dentro das aulas da disciplina de História seguindo o que está presente na BNCC (2018), onde diz que:

Espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive (Brasil, 2018, p. 397-398).

Dessa forma, pensar em história no ensino fundamental é mais do que saber interpretar acontecimentos e fatos, e sim descobrir o nosso eu autônomo e eu crítico com capacidade de pensar e reconhecer que existe uma grande diversidade de sujeitos e acontecimentos que podem ser estudados sendo utilizado mais do que a teoria.

O grupo de bolsistas sobre orientação do supervisor e coordenadora, dedicou-se à realização de pesquisas e estudos com fundamentações teóricas, Prost (2019), Fonseca (2003), Giacomoni (2018) onde abordou a história, o uso de jogos, metodologias, a didática dentro do ensino da história e oficina de jogos para nos inspirar para a construção do nosso material. O que nos deu um norte para começar seguindo um percurso metodológico e estratégico que estivesse alinhado com o que aprendemos nas oficinas contemplando o conteúdo que ficamos responsáveis para elaborar o jogo.

Ao estudarmos a segunda guerra, compreendemos que o eurocentrismo traçou dentro dos currículos escolares um contexto de negligência com os movimentos de resistência que estiveram presentes durante e depois da segunda guerra. O eurocentrismo influenciou profundamente a maneira como a história é ensinada em muitos lugares do mundo, perpetuando uma narrativa que destaca principalmente os eventos e personagens europeus, dessa

forma os movimentos de resistência daquela época que estavam lutando a favor da vida e segurança dos civis não receberam o reconhecimento dentro da história dos países envolvidos na guerra. É essencial adotar uma abordagem mais abrangente e inclusiva, que reconheça e valorize as contribuições de todos os países e culturas envolvidos, em vez de perpetuar uma visão eurocêntrica que simplifica e distorce a complexidade desse período histórico. Com base nisso, buscamos dentro do jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” desconstruir a comum narrativa eurocêntrica, elaborando regras que ressignificam e trazem a descolonização do conteúdo abordado, chamando atenção o processo formativo de um jogo voltado a educação terá êxito uma vez que tenha “chão baixo, paredes largas, teto alto e alicerce sólido”. A utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Por meio dessa prática, professor e alunos poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental.

Nosso objetivo é apresentar a proposta de um jogo denominado “História e Conflitos: Segunda Guerra”, que foi discutido, confeccionado e testado pelos bolsistas do subprojeto. O jogo é um dos recursos didáticos que pode ser trabalhado em oficinas pedagógicas.

O jogo confeccionado é uma variante do jogo “Monopoly Builder”. Esses jogos são característico de ambientes informais, não tendo um objetivo pedagógico em si e nem engajado a conteúdos que visem uma aprendizagem específica. Esses jogos são, portanto, denominados Jogos Educativos Informais (JEI). O jogo confeccionado pelos bolsistas são jogos educativos que apresentam intencionalidade quanto ao ato de ensinar, tem uma finalidade pedagógica e aprendizagens baseadas em conteúdos específicos são característicos do ambiente formalizado, isto é, a sala de aula e, são denominados Jogos Educativos Formalizados (JEF).

Dessa forma, identificamos que o conceito de jogo não se resume apenas em elaborar e jogar, mas existe uma fundamentação teórica por trás deste que deve ser compreendida pelo professor da educação básica e possa assim atingir os resultados esperados. Desse modo, podemos dialogar com a BNCC (2018):

Um dos importantes objetivos da História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (Brasil, 2018, p. 397-398).

Os currículos escolares devem ser elaborados de forma a abranger uma variedade de perspectivas e experiências, garantindo que os alunos tenham uma compreensão completa dos eventos passados. Isso significa explicar e exemplificar que não existe apenas a narrativa eurocêntrica, mas destacar as contribuições de diferentes culturas, povos e regiões do mundo.

Os professores da educação básica desempenham um papel crucial na formação de uma consciência histórica crítica nos alunos. Além disso, é importante que os professores incentivem uma abordagem investigativa e reflexiva ao ensinar história, promovendo o pensamento crítico e a análise contextual. Isso envolve não apenas transmitir informações aos alunos, mas também ensiná-los a questionar, analisar fontes primárias e secundárias, e construir argumentos baseados em evidências. Ao adotar uma abordagem humanista-cognitiva, os professores têm o potencial de ampliar os horizontes dos alunos, promovendo a compreensão intercultural e preparando os alunos para se tornarem cidadãos informados e engajados em um mundo cada vez mais diversificado.

Conclusão

O jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” não apenas exemplifica o potencial das ferramentas lúdicas no ensino de História, mas também ressalta a importância da inovação educacional e da formação continuada de professores. Ao integrar pesquisa, adaptação de jogos existentes e prática pedagógica, este projeto demonstra como abordagens criativas podem revolucionar o processo de ensino-aprendizagem.

A combinação de pesquisa, adaptação criativa de jogos existentes e aplicação prática em um contexto educacional realça a importância de abordagens inovadoras na educação, no âmbito da iniciação à docência. Ao longo do processo formativo percebemos que a elaboração de materiais didáticos e lúdicos contribuiu para ampliar nosso repertório pedagógico, principalmente ao auxiliar o professor e os alunos a colocarem em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Essa perspectiva reforça a ideia de que a inovação educacional e a formação continuada de professores são elementos-chave para o avanço da educação. O jogo “História e Conflitos: Segunda Guerra” não apenas exemplifica o potencial das ferramentas lúdicas no ensino de história, mas também destaca a importância de abordagens criativas e interativas para envolver os alunos de forma significativa. Ao integrar pesquisa, adaptação de jogos existentes e prática pedagógica, esse projeto demonstra como a colaboração entre educadores, pesquisadores e profissionais da área pode resultar em recursos educacionais inovadores e eficazes. A aplicação dessas abordagens inovadoras não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também ajuda a criar ambientes educacionais mais dinâmicos e estimulantes.

O jogo, como elemento na formação de professores, já tem sido discutido por alguns autores. Para Silva *et al.* (2015, p. 1-2), a produção de jogos por licenciandos leva à potencialização da aprendizagem e proporciona proximidade com a pesquisa, reflexão, comunicação e criatividade, além de ser uma ferramenta importante na interação social. Fica evidente que o trabalho desenvolvido em oficinas pedagógicas culmina na aproximação dos licenciandos com a pesquisa em ensino. Pois para confeccionar um jogo, que parece de primeiro momento ser algo simples, é necessário pensar nas pessoas que vão jogar e com qual objetivo, ainda mais se tratando de permitir não somente o prazer como a aprendizagem histórica. Elaborar o jogo e testá-lo ainda potencializa a aprendizagem do estudante de história, além de permitir o desenvolvimento de ideias criativas. Ao desafiar os alunos a questionarem o significado das coisas do mundo por meio de atividades lúdicas e interativas, os professores estão estimulando não apenas a memorização de fatos históricos, mas também o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, análise e interpretação. Dessa forma, a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar se torna mais significativa e enriquecedora, preparando os

alunos para compreenderem o passado de forma mais profunda e contextualizada, e para enfrentarem os desafios do mundo contemporâneo com uma perspectiva informada e crítica.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, DF, Brasil: MEC/SEF, 1997. 166p.

LUIZ, Jéssica M. M.; SANTOS, Ana C.B.; ROCHA, Francielli F.; ANDRADE, Soraia C.; REIS, Yara G. As concepções de jogos para Piaget, Wallon e Vygotski. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 19, p. 1-1, 2014.

PINHEIRO, Ricardo Silverio Gomes; SOARES, Márlon Herbert Flora Barbosa. O Lúdico e a Formação de Professores: elaboração e confecção do jogo Mega Senha da Química. **Revista Debates em Ensino de Química**, v. 6, n. 1, p. 258-272, 2020.

SILVA, Edila Rosane A.; VIVIAN, Marcelo F.; LUIS, Priscila F.; MACHADO, Rosimere; CHAVES, Laura; MEDEIROS, Denise R.; GOI, Mara E. J.; ELLENSONHN, Ricardo. Jogos no Ensino de Química: potencialidades para Formação Inicial. In: Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão – Universidade Federal do Pampa, 7, Alegrete, RS. **Anais**, Alegrete-RS, p. 1-2, 2015.

VYGOTSKY. **Aprendizado e Desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

Estado, domínio e dependências nas teias da religiosidade: uma análise das atas do III (589) e IV (633) Concílio de Toledo

*Maria Eduarda de Sousa Lopes¹
João Paulo Charrone²*

Resumo

Este estudo busca inserir-se nas discussões historiográficas subordinadas às questões político-religiosas do Reino Visigodo, concentrando-se no recorte dos anos de 589 a 633, período que ocorre a conversão oficial ao catolicismo niceísta, registrado no III Concílio de Toledo (589) e seus efeitos no panorama político através do IV Concílio de Toledo (633). O objetivo central é apresentar um conceito de Estado que enquadre historicamente nas formações sócio estatais dos reinos da Alta Idade Média Ocidental, buscando agregar ao debate historiográfico sobre como determinadas configurações estatais que se manifestam nas sociedades pré-capitalistas. Além disso, busca-se analisar a complexa realidade teórica e prática da monarquia, da Igreja e da sociedade visigoda, para obtenção de uma visão do que foi a realidade do poder monárquico entre os visigodos, identificando a conjuntura que motivou o episcopado visigodo a nortear suas ideias políticas, uma vez que este grupo procurou, direta ou indiretamente, direcionar em seus escritos soluções para os problemas do âmbito monárquico. Como fonte primordial, faz-se o uso das Atas do III e IV Concílio de Toledo, publicadas em Latim-Espanhol pela Investigaciones Científicas, bem como outras fontes bibliográficas que permeiam o pensamento político-religioso e a estruturação social do reino visigótico.

Palavras-chave: Estado medieval; Reino visigodo; Concílios; Episcopado.

1 Discente do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí.

2 Docente graduado em Licenciatura Plena de História pela Universidade Estadual Paulista (2005) e mestre em História Medieval (2009) pela mesma universidade. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2017).

Introdução

Este estudo insere-se no contexto da passagem do mundo antigo ao medieval, trazendo com ela uma variedade de controvérsias, principalmente no que diz respeito a derrocada da civilização clássica para um período genericamente conhecido como “Idade das Trevas”, recorte este ainda bastante estigmatizado na atualidade, consequências estas que se tornam verdadeiras barreiras para a disseminação do ensino sobre este recorte temporal. Essas controvérsias também atingem diretamente as análises sobre o campo político desse período, especialmente quando elas levam a aplicação de categorias analíticas relativas à noção de um modelo de Estado aplicado a realidade do medieval, assim sendo qualificadas como extemporâneas, sendo assim invocada a ideia de anacronismo pelo fato dessas concepções serem aludidas às teorias weberianas. Entretanto, trabalhos mais atuais destinados, em especial, às percepções políticas vigorantes nesse período, indicam que as realezas romano-germânicas foram capazes assimilar e promover uma instituição digna de assimilação com esse ideário, a salvaguarda de um Estado de caráter delegado e representativo do poder e da sua atuação em defesa da ascensão de um hipotético “bem coletivo” (Bastos, 2008).

Em vista disso, esta exposição buscou-se lançar o olhar para a sociedade visigótica, povo que após a derrocada do Império Romano Ocidental conseguiu se estabelecer na região da Hispânia durante o século V e cuja a trajetória é marcada por instabilidades políticas oriundas do choque de interesses entre grupos nobiliárquicos diante a disputa pelo posto real. Tendo como objetivo apresentar um conceito de Estado que se enquadre historicamente com as formações sócio estatais dos reinos da Alta Idade Média Ocidental, assim como analisar a complexa realidade teórica e prática da monarquia, da Igreja e da sociedade visigoda, para obtenção de uma visão do que foi a realidade do poder monárquico entre os visigodos, identificando a conjuntura que motivou o episcopado visigodo a nortear suas ideias políticas, uma vez que este grupo procurou, direta ou indiretamente, direcionar em seus escritos soluções para os problemas do âmbito monárquico.

Fundamentado nas investigações acerca da religião e poder político no reino visigodo de Toledo, a atenção foi voltada para fontes de caráter canônico e legislativo. Para isso, a análise foi feita por meio das Atas do III e IV

Concílio de Toledo (589 e 636), uma vez que o estudo das atas conciliares cristãs é de suma importância para o entendimento das estruturas sociopolíticas do reino godo, na medida que a partir do III Concílio de Toledo, sob a regência do rei Recaredo, ocorre a abjuração do arianismo e oficialização do cristianismo niceísta, tendo a partir dessas negociações a religião como instrumento central de suporte, legitimação e unificação. Com o auxílio desta, há uma reconstrução na imagem monárquica, reforçando a natureza eletiva para a obtenção desse espaço, sendo essa a principal causa das eventuais disputas de poder recorrentes no período visigótico.

Que Estado é esse?

Para ajudar na investigação sobre a configuração do Estado alto-medieval, foi utilizado como referencial teórico o materialismo histórico, cuja perspectiva contribui para o estudo de sociedades demasiadamente hierarquizadas, também identifica diferentes modos de produção, que representam diferentes formas de organizar a produção, distribuição e troca de bens. Nas sociedades pré-capitalistas, os modos de produção eram baseados em relações de servidão, escravidão e laços de parentesco. Sob a luz do marxismo, os modos de produção eram intrínsecos à sua época e influenciavam na estruturação social. Logo, os estudos dessa tradição teórica ajudam a perceber a diferenciação entre as camadas sociais e concentração da riqueza por meio das atividades laborais realizadas pelas camadas menos favorecidas de bens materiais para um grupo de pessoas mais circunscrito.

Ademais, analisa-se aqui o papel do Estado como instrumento de uma classe dominante, assim definida em função do seu controle dos meios de produção. De acordo com a célebre passagem do volume III de *O Capital*: “É sempre a relação direta dos que controlam as condições de produção com os produtores diretos [...] que revela a [...] base essencial de toda a estrutura social, e com ela a forma política da relação de dominação e dependência e, na extensão, a forma correspondente específica do Estado.” Ou seja, fica claro a perspectiva do Estado como produto das relações produtivas, como também a noção de que o poder, conforme a perspectiva aplicada, é uma expressão política e ideológica da dominação econômica, na medida que os recursos são, em última análise, uma categoria essencialmente econômica. Também vale

ressaltar as singularidades do período histórico o qual Marx deu enfoque para sua obra e o aqui estudado no que se refere as classes que possuíam o poder de dominação. O teórico moderno analisa os grupos que mantêm relações no que tange às formas de propriedade (burguesia e feudal) e suas disputas pelo controle do Estado. No contexto das sociedades pré-capitalistas são os grupos nobiliárquicos, pessoas da nobreza que possuem o poder tanto dentro do campesinato, como nos ambientes urbanos, que disputam o controle do meio de produção.

Em suma, Marx (1970) destaca que as instituições estatais são constituídas pela prática humana e realizadas por meio das atividades de agentes humanos que também existem em relações outras que não aquelas inteiramente determinadas pelo Estado. Assim, a sua autonomia é, por definição, circunscrita ou limitada na medida em que o Estado também está inserido na formação social na qual recruta seu pessoal e a legitimidade de sua existência. Então, é axiomático que o Estado, um grupo de estruturas e práticas institucionais, esteja ele próprio sempre inscrito no interior de relações de produção exploradoras e que deva, necessariamente, constituir uma arena que facilite a promoção dos interesses da classe dominante ou que, pelo menos, não intervenha de forma que contrarie a manutenção destes interesses de classes. Portanto, suas concepções é um guia para pensarmos nas relações de poder dentro do contexto das sociedades pré-capitalistas, assim como a manutenção desse poder dentro da estruturação sociopolítica do Reino visigodo.

Para além disso, foi de suma importância o estudo de alguns trabalhos do medievalista brasileiro Mário Jorge Bastos, que é um dos principais estudiosos da Alta Idade Média Ibérica, especialmente no tocante a relações de produção e lutas de classes no contexto da transição da Antiguidade à Idade Média, além de que a sua produção “Os Reinos Bárbaros: Estados Segmentários na Alta Idade Média Ocidental”, onde ele resga e apropria um conceito de Estado elaborado por um africanista que se adequa dentro da temporalidade das organizações pré-capitalistas, assim indo em contrapartida aos historiadores que relutam em trabalhar a existência de uma estruturação estatal nessa temporalidade. Portanto, as características essenciais na configuração do conceito Estado Segmentário e que cabem na análise do Reino Visigodo, defendidas por Bastos (2009) são:

- 1) A soberania territorial é reconhecida, mas limitada: a sua autoridade se enfraquece ao aplicar-se às regiões afastadas do centro;
- 2) O governo centralizado coexiste com focos de poder sobre os quais exerce um controle apenas relativo;
- 3) O centro dispõe de uma administração especializada que também se encontra, mas reduzida, nas diversas zonas periféricas;
- 4) Os níveis de subordinação são distintos, mas as suas relações permanecem de caráter piramidal: a autoridade é conforme, em cada um deles, a um mesmo modelo;
- 5) As autoridades subordinadas têm tanto mais possibilidades de mudar de obediência quanto ocupam uma posição mais periférica
- 6) A autoridade central não possui o monopólio absoluto do emprego legítimo da força.

Assim, esse referencial teórico facilita a visualização do cenário de tentativas no controle coletivo das ações individuais de cada membro dominante da sociedade visigótica através dos concílios, torna-se perceptível que o controle sobre terras e trabalho eram essenciais à reprodução da classe dominante, de tal forma que a Igreja também participava dessa dinâmica de expropriações de bens do campesinato e corpos dos quais estavam sobre o regime de escravidão.

Concílios: espaços de consensos e conflitos entre as facções dominantes

Ao longo dos anos que vigoravam o Reino Visigodo na Hispânia medieval, os concílios tiveram um papel crucial para as questões de afirmação da autoridade eclesiástica, promoção dos dogmas cristãos, supressão de ações heréticas e para articulações no âmbito político daquela sociedade. Essas assembleias contavam com a presença dos reis, os quais frequentemente convocavam esses eventos, assim como os bispos e outros líderes clericais que tinham como intuito acertarem questões de governança e disciplina dentro do seio eclesiástico. Entretanto, para além dessas figuras, contavam também com a presença ativa da própria aristocracia laica, como é evidenciado no trecho retirado do IV Concílio de Toledo, ocorrido em 633:

Depois de terem entrado e tomado assento todos os bispos, serão chamados também os presbíteros que por alguma razão devam entrar, sem que se mescle entre eles nenhum diácono, e em seguida entram aqueles referidos diáconos, que segundo o estabelecido devem assistir. Sentados em círculo os bispos, os presbíteros tomarão assento atrás deles, e os diáconos estarão de pé, a vista dos bispos. Depois entrarão os seculares, que segundo eleição do concílio sejam dignos de estarem presentes [...] (Tol IV. In Vives, p. 189, tradução nossa).

Apesar de terem sido colocados em posições diferentes, o episcopado e a aristocracia laica possuíam semelhanças em seus exercícios de poder, uma vez que ambos eram da mesma classe social. Dificilmente um sujeito componente do prelado teria origem humilde, o que nos faz concluir novamente essa manutenção do poder a partir dos mesmos sujeitos, providos da mesma realidade. Dessa maneira, os bispos são visualizados como um dos principais produtores dos fundamentos ideológicos, estes sendo legitimados a partir da detenção que o grupo tem sobre o poder simbólico (Bourdieu, p. 7-15)³. Porém, sua sustentação no poder é dada sobretudo pelo viés econômico, através da posição deles dentro da sociedade por serem membros dos grupos nobiliárquicos. Outrossim, os sujeitos presentes nas assembleias conciliares não estavam longe no quesito de relevância dos que protagonizavam esses eventos. Para tanto, é possível chegar à conclusão que essas reuniões estavam mais diretamente ligadas tanto ao monarca quanto à alta aristocracia peninsular representada pelos bispos (Daflon, p. 111). Como pondera Celine Martin:

De parente em parente, de religioso em religioso, certas dioceses se transmitem, portanto, no interior de um mesmo grupo assegurando assim uma dominação muito mais plena aos titulares sucessores. O poder episcopal se prolonga assim para além de um indivíduo, alcançando uma continuidade quase dinástica (Martin, p. 115).

3 Para Bourdieu, o poder simbólico é a capacidade que um grupo ou classe possui de impor seus discursos como principal meio para explicar como o mundo deve ser traduzido e os eventos ocorridos, sendo eles aceitos e utilizados pela sociedade. BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. *In*: _____. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 7-15, 1989.

A parte extraída do concílio também transparece as relações intraclassistas cujo cenário geral era a busca incessante dessas facções de suas perpetuações no exercício efetivo do poder, evidenciando que a presença das figuras não era por acaso. Então, o que acontecesse naquele espaço seria do interesse de todos ali presentes, visando uma espécie de comprovação para tais decisões, como também servia para reafirmar a posição social de cada um ali dentro hierarquização que vigorava no seio sociopolítico do reino.

Em adição, para melhor evidenciar a aproximação dos setores clericais e laicos, tomamos como exemplo dois cânones, XV e XXXVIII, que se encontram no III e IV concílios (Vives, José, p. 129 e 205), respectivamente. O conteúdo do primeiro se refere a permissão que a aristocracia laica tinha para construção de igrejas a partir da confirmação pelo bispo e a autoridade real, com isso, esse grupo tinham validação para maior controle sobre o campesinato e para cobrar impostos. O segundo retrata o papel da igreja em ajudar os fundadores de templos e aos seus filhos caso eles fiquem pobres, ou seja, esses membros da aristocracia tinham o direito herdar os templos e arrecadações originadas desses espaços construídos pelos seus parentes.

As assembleias também serviram como meio para resolução de conflitos. Ainda dentro do seio nobre, podemos citar a questão dos regicídios, evento recorrente dentro da tensa política do Reino Visigodo. Portanto, em outro fragmento ainda dentro do IV Concílio toledano, mais precisamente no cânone 75, afirma que seria elevado à categoria de sacrilégio o descumprimento da fé prometida aos reis pelos povos dos seus respectivos reinados, porque não seria uma violação apenas ao referente governante, mas também contra Deus, nome de quem foi feita a referida promessa, então aqueles que quebrassem o que foi prometido seriam punidos. Prossegue:

Que a ímpia sutileza da infidelidade não ocorra entre nós como entre outras pessoas. Nem a enganosa perfídia o coração. Nem o crime de perjúrio. Nem as nefastas intrigas das conspirações. Que ninguém entre e nos tome corajosamente o trono. Que ninguém incite a discórdia civil entre os cidadãos. Que ninguém prepare a morte dos reis, mas quando o rei morre pacificamente, a nobreza com os bispos constitui o

sucessor do reino e assim a harmonia da unidade é preservada para que não surja nenhuma divisão da pátria e do povo por causa da violência e ambição (Vives, p. 217, tradução nossa).

Dessa forma, é possível perceber como os bispos, juntamente com os membros da alta nobreza, configuravam-se como os árbitros nas questões referente às sucessões no Reino Visigodo.

Ademais, é interessante analisar as transformações ocorridas dentro do quadro de articulações dessas assembleias, a começar pelo Concílio de Elvira — evento no qual não há uma exatidão em relação às datas de sua ocorrência, porém há um senso que tenha ocorrido entre os anos 300-306 d.C —, época essa em que muitas regiões da Península Ibérica ainda não haviam sido atingidas com avidez pelo fermento cristão (Bastos, 2013, p. 86), até chegarmos ao IV Concílio de Toledo, anteriormente citado. O primeiro conta com a presença de dezenove bispos acompanhados dos diáconos e todo o povo (Vives, p. 1-15), no entanto, volta-se a lembrança de uma Igreja ainda sem uma base de fixação. Enquanto no último exemplo os leigos ali presentes não são apenas telespectadores, mas fazem parte da constituição desse evento, evidenciando assim o fortalecimento das facções aristocráticas ao se aproximarem do catolicismo.

Diante disso, apesar de não termos contato com as atas conciliares celebradas por bispos arianos — talvez a falta de sua preservação seja fruto de um projeto de apagamento histórico — em uma época que tal doutrina era seguida pelos principais governantes do reino até ela virar oficialmente uma heresia⁴ através da conversão generalizante ao catolicismo niceísta, é possível visualizar que alguns elementos organizacionais seguiram dando continuidade nas assembleias católicas. Com isso, através dos registros conciliares é perceptível a intensa transformação que essas reuniões passaram após a conversão oficial do rei Recaredo ao catolicismo registrada no III Concílio

⁴ As hipóteses acerca da ausência desses registros são ou pelo fato desses concílios arianos não terem existido, o que é pouco provável, ou que, após a conversão da aristocracia ao catolicismo, houve um projeto de destruição sistemática das atas dessas reuniões.

de Toledo. A partir desse concílio os prelados católicos passam a integrar a estrutura estatal visigoda, sendo-lhes designadas funções administrativas, jurídicas e tributárias (Guzzo, p. 110.). Portanto, temáticas anteriormente não abordadas vão sendo discutidas dentro dessas assembleias, um dos exemplos mais significativos percebidos através da leitura de algumas atas conciliares foi a questão da legitimação do monarca reinante.

Um dos exemplos das conciliações é visto no V Concílio de Toledo, convocado pelo rei Chintila no ano de 636, o qual seria o primeiro do seu reinado. Localizado no cânone VI dessa assembleia, descreve-se que foi decretado que o patrimônio concedido aos fiéis como recompensas pelos serviços não seria usurpado deles. Adiante, no mesmo concílio, talvez os cânones mais importantes para a proposta do referente tópico são os que asseguram que tanto a Igreja quanto a nobreza gozem dos seus bens materiais supostamente aumentados pelo monarca de acordo com o final do cânone XVI, onde possui a alusão que os benefícios são dados por ele por visualizar assim uma troca justa (Vives, p. 244). Contudo, esses espaços não estavam isentos de discordâncias, assim sendo facilmente encontrados nas atas conciliares algumas menções sobre as dificuldades no ato de reunir todos ou a ausência de muitos bispos, chegando ao ponto de recorrer a penalidades caso essas ações continuassem a vigorar (Daflon, p. 114).

Dessa forma, a partir da leitura das atas conciliares fica evidente diversas relações, tanto as consolidadas (nobre-camponês) através extrações de bens e serviços da massa popular, como também as relações intraclasse (nobre-nobre), as reproduções das classes dominantes as quais envolviam prerrogativas pessoais de mando, controle e punição, além das organizações jurídicas-políticas, o que confirma que de fato eram espaços para negociações dentro do âmbito da nobreza, ou seja, espaços para manutenção do poder dessa classe social. Daflon (2016) corrobora também na visualização de controle coletivo das ações individuais de cada membro dominante daquela sociedade através dessas assembleias, assim sendo, além de ser um local para manter a reprodução da sua classe, também era de impedimentos e coibições de excessos que poderia colocar em risco as próprias prerrogativas de algumas famílias que estavam ativamente no jogo pelo poder governante. Torna-se evidente então:

Em outras palavras, as várias frações aristocráticas rivalizavam entre si a fim de assegurar acesso crescente a recursos limitados, tais como terra e trabalho para sua conseqüente redistribuição. Acumulação e fracionamento que materializavam as relações de fidelidade entre os aristocratas, as quais eram necessárias para manter a posição social de cada aristocrata individualmente, e de suas frações (Daflon, p. 119).

Portanto, diante do exposto, torna-se possível estabelecer algumas conexões com o objetivo central para esse tópico que é evidenciar que os sujeitos aqui citados são parte desse aparelho estatal reproduzido no reino hispano-visigodo. A realidade aparentava ser mais conflituosa do que o escolhido por eles para estarem nos registros conciliares, todavia é possível perceber o papel dessas assembleias para o aparato político dentro do Reino visigótico, realçando as relações políticas entre as facções aristocráticas que tinha como consenso a única finalidade de controle dos corpos e da instauração dos poderes e autoridades sobre os indivíduos de classes mais baixas residentes da Hispânia medieval.

Referências

Fonte

CONCILIOS VISIGÓTICOS E HISPANO-ROMANOS. Edic. de José Vives. Madrid: C. S. 1. C. 1963.

Bibliografia

BASTOS, Mário Jorge da Motta. A Igreja no Quadro da Sociedade Senhorial. In: BASTOS, Mário Jorge da Motta. **Assim na terra como no céu**: paganismo, cristianismo, senhores e camponeses na Alta Idade Média Ibérica (Séculos IV-VIII). São Paulo, Edusp, 2013.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Os Reinos Bárbaros: Estados Segmentários na Alta Idade Média Ocidental. **Hors-série**, n. 2 | 2008, mis en ligne le 20 janvier 2009, consulté le 22 septembre 2022. URL: <http://journals.openedition.org/cem/10012>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cem.10012>.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Escravo, Servo ou Camponês? Relações de Produção e Luta de Classes no Contexto da Transição da Antiguidade à Idade Média (Hispania – Séculos V-VIII). **Politeia** - História E Sociedade, 10(1). Recuperado de <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3809>.

DAFLON, Eduardo Cardoso. **Articulando o Estado**: campesinato e aristocracia na Hispania Visigótica (Séculos VI-VIII). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

GARCIA MORENO. La oposición de Suintila: iglesia, monarquía y nobleza em el reino visigodo. **Polis: revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica**, n. 3, 1991, p. 24.

GUZZO, Patrick Zanon. **Formação e reprodução da aristocracia visigoda (séculos V-VIII)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. III. São Paulo, Abril Cultural, 1970.

MICHELETTE, Pâmela Torres. **A concepção de Realeza Católica Visigoda e as ideias políticas de Isidoro de Sevilha**. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

MICHELETTE, Pâmela Torres. IV Concílio de Toledo (633) e a construção de um conceito de monarquia visigoda. *In: XXIII Encontro estadual de História*. História: Por que e para quem? ANPUH, SP, 2016.

MICHELETTE, Pâmela Torres. A concepção político-ideológica na obra Sentenças de Isidoro de Sevilha a respeito da Monarquia Visigoda. **Brathair**, v. 14, n. 2, 2014.

PACHÁ, Paulo. **Estado e Relações de Dependência Pessoal no Reino Visigodo de Toledo (Séculos VI-VII)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

A Escola de Aplicação da UFPA e Paulo Freire: o audiovisual como atrativo no ambiente escolar

Erike Gomes Pacheco¹
Thiago Broni de Mesquita²

Este trabalho foi desenvolvido junto as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA/UFPA) ao longo do 2º semestre do ano de 2023. A EA/UFPA, no ano de 2023, completou 60 anos de existência e é uma escola de referência na cidade de Belém, além de servir como campo de estágio para estudantes dos cursos de graduação da própria universidade. Atualmente a EA/UFPA é a maior escola, do seu gênero, no Brasil, possuindo turmas que vão da educação infantil ao ensino médio. O grande diferencial da instituição está no fato que de nela é desenvolvido o tripé ensino, pesquisa e extensão, além do fato que seus servidores atuam não somente na educação básica, mas, em diversos casos, também estão ligados a graduação, pós-graduação e grupos de pesquisa em âmbito local, nacional e internacional. Ao longo desse trabalho, discorrei sobre a minha experiência como estagiário do Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita na disciplina Estágio Supervisionado II. O texto é resultado não somente das minhas observações, mas também uma cocriação feita sob supervisão do docente.

A experiência registrada neste trabalho refere-se a homenagem construída coletivamente com alunos(as) do 9º ano do EFII a visita que o educador Paulo Freire fez ao então Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) no ano de 1991. O trabalho resultou na construção de produto na modalidade de audiovisual e engendrou determinadas correntes teóricas do ensino de história, tais como

-
- 1 Licenciando em História pela UFPA – Campus Guamá. Bolsista PIBIC do projeto “Estatutos e Associativismo na Amazônia brasileira: Estudos sobre a documentação estatutária de associações culturais, comerciais, políticas, religiosas, recreativas, esportivas e profissionais do Pará (1835-1988)” no Centro de Memória da Amazônia (CMA). E-mail: erikegomesgp@gmail.com.
 - 2 Professor DIII Nível 2 da Educação Básica Técnica e Tecnológica da UFPA. Atualmente está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PD TSA/ UNIFESSPA) onde faz estágio pós-doutoral. Atua junto ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PPGEH/UFPA) na linha de pesquisa “Linguagens e narrativas no ensino de história” e é lotado na Escola de Aplicação onde é professor do Ensino Fundamental II. E-mail: tbroni@ufpa.br.

Jörn Rüsen (2001), Flávia Caimi (2008) e Isabel Barca (2019). Na abordagem feita entre os(as) alunos(as), buscou-se compreender qual a consciência histórica que eles(as) tinham em relação aos conceitos de homenagem e memória. A partir de então, através de outras abordagens que envolveram aspectos da didática e da didática específica da história, o docente levou os(as) alunos(as) a (re)conhecerem a obra de Paulo Freire e a importância da história da EA/UFPA.

A homenagem construída a Paulo Freire junto aos(as) alunos(as) foi parte das ações do projeto de pesquisa *Escola de Aplicação 60 anos: histórias, memórias e parcerias*, coordenado pelo docente entre os anos de 2022/2023. Inicialmente, o docente projetou compartilhar os resultados do trabalho durante o XII Seminário de Institutos, Colégios e Escolas de Aplicação (XII SICEA), que teve o tema “Inclusão e diversidades: percursos democráticos na Educação Básica”, no entanto, devido questões operacionais, o produto foi compartilhado entre os(as) alunos(as) apenas.

Nas turmas do Ensino Fundamental II da EA/UFPA a disciplina História possui 3 tempos de aula. Cada tempo de aula possui 50 minutos divididos, em geral, em 2 tempos de aula em um dia da semana e 1 tempo de aula em outro dia da semana. As atividades do projeto de pesquisa foram abordadas ao longo do 3º bimestre letivo quando também foram ministradas aulas sobre a 2ª Guerra Mundial e Ditadura Militar no Brasil. Durante a realização do estágio supervisionado pude acompanhar o professor Thiago Broni de Mesquita em suas aulas de 1 tempo em duas turmas do 9º ano. Entre os meses de setembro a novembro de 2023, o docente utilizou estas aulas para construir junto com os(as) alunos(as) o produto audiovisual em que consta a homenagem a Paulo Freire e aos 60 anos da EA/UFPA.

Em minhas observações pude anotar a metodologia adotada pelo docente. Nas primeiras aulas sobre o tema ministradas na turma 9005, o docente utilizou a roda de conversa para perguntar aos(as) alunos a seguintes questões:

1. O que é liberdade?
2. Você se acha uma pessoa livre?
3. O que é opressão?
4. O que você faria se fosse uma pessoa livre?

Durante os 50 minutos de aulas os(as) discentes da turma 9005 precisavam elaborar respostas para tais questões. Não sabiam que as perguntas os levariam em direção a biografia de Paulo Freire e a sua obra *A pedagogia do oprimido*. No primeiro momento, percebi que os(as) alunos(as) estranharam a quarta pergunta “O que você faria se fosse uma pessoa livre?”. Alguns alunos que vinham acumulando chamadas a coordenação por conta de mal comportamento levantaram a mão para comentar que só haveria liberdade se não houvesse a opressão da coordenação. Em resposta a fala deles, uma aluna da turma que havia sofrido intolerância religiosa por colegas de turma relatou que em espaços públicos como a escola era preciso haver o controle da disciplina, do contrário a opressão que ela havia sofrido seria vista como “liberdade de expressão”. Um outro aluno assumidamente homossexual questionou se de fato alguém pode dizer que é livre no mundo. Os colegas de uma aluna lésbica, que precisou mudar da escola, comentaram que eles não se sentiam livres sabendo que ela sofria homofobia. Ao final dessa aula o docente explicou o motivo daquelas perguntas e solicitou aos(as) alunos(as) que trouxessem na aula seguinte uma pesquisa sobre a biografia de Paulo Freire.

Na segunda aula dedicada ao projeto, o docente seguiu utilizando a roda de conversas. Solicitou aos(as) alunos(as) que compartilhassem com a turma o que de mais interessante conseguiram encontrar sobre a biografia de Paulo Freire. Alguns alunos leram aquilo que encontraram em sites da internet. Outras alunas admitiram não ter feito anotações, mas chegaram a ler alguma coisa de forma rápida e concluíram que ele falava sobre liberdade e sobre a educação como mecanismo para a liberdade. Um outro aluno exibiu orgulhoso dois livros de Paulo Freire que pediu aos seus responsáveis que comprassem. As perguntas das aulas anteriores foram resumidas por um aluno que leu para a turma a máxima “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é se tornar opressor”, este aluno disse haver encontrado esse trecho no Tik Tok, falou que nessa rede social existem vários *influencers* jovens que falam sobre Paulo Freire. Uma aluna disse ter ficado “chocada” em saber que ele era o Patrono da Educação no Brasil e que tem sua obra reconhecida no mundo todo e que havia ficado “mais chocada ainda” ao saber que ele proferiu uma palestra na escola dela e que a sua obra havia sido perseguida no governo de Jair Bolsonaro.

De um modo geral, os(as) alunos(as) da EA/UFPA são oriundos de bairros periféricos da cidade de Belém e a atividade de pesquisa os(as) contagiou. Perceberam que a obra de Paulo Freire falava sobre a realidade deles(as) e foi neste contexto que o docente apresentou como seria feita a construção do produto. Explicou que os(as) alunos(as) iriam produzir um vídeo com a leitura da Conferência sobre alfabetização, proferida por Paulo Freire em novembro de 1991 no auditório do antigo NPI. A proposta foi elaborada de tal maneira que seria constituída em dois momentos distintos: o primeiro estava direcionado à uma leitura crítica de fragmentos da obra prima de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, juntamente com a importância em homenagear esse personagem e a análise das mudanças ocasionadas ao longo do tempo na Escola de Aplicação; a segunda parte foi justamente a concretização de um produto na modalidade de audiovisual através da filmagem das leituras feitas pelos(as) alunos(as) de determinados fragmentos da conferência anteriormente mencionada.

Neste estágio de execução do projeto, foi imprescindível a apresentação da história da Escola de Aplicação da UFPA, criada no ano de 1963 para ser Escola Primária da Universidade do Pará. Um vídeo com filmagens do momento de fundação da Escola Primária da Universidade do Pará informa que:

No Pará, a Escola Primária da Universidade foi criada pela resolução nº 01/64 de 09 de março de 1964 e inaugurada pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. José Rodrigues da Silveira Neto, com base na lei 4.440/63, que incentivava as empresas com mais de 100 funcionários a oferecer escolaridade gratuita aos dependentes desses funcionários. Essa mesma resolução aprovava o primeiro regimento desta escola que documentava em seu artigo primeiro a finalidade precípua da escola: “oferecer gratuitamente o ensino primário aos filhos dos servidores de qualquer categoria da Universidade Federal do Pará” (UFPA, 2018, p. 2).

O vídeo completo pode ser acessado na rede social do projeto através do QR Code a seguir:

Figura 2 - Inauguração da Escola Primária da Universidade do Pará

Fonte: Projeto Escola de Aplicação 60 anos: histórias, memórias e parcerias.

Durante as aulas, o professor Thiago Broni de Mesquita foi apresentando as diversas transformações que a Escola de Aplicação passou nos últimos 60 anos. Demonstrou que durante a maior parte da sua história, a escola que eles(as) estudavam era restrita a filhos(as) de servidores da Universidade Federal do Pará. Explicou que durante anos se atribuía a escola a ideia de ser uma “escola de elite” e abriu o debate junto aos(as) alunos(as) sobre o que seria uma “escola pública de elite”. Por meio da obra de Paulo Freire os(as) alunos foram capazes de compreender que tal ideia só serve para dividir a classe estudantil e para os fazer se reconhecer como “subalternos”, mas concluíram também que isso não é uma verdade, pois eles reconhecem que a Escola de Aplicação promove um tipo de ensino que os(as) faz compreender e ler o mundo. E assim, eles(as) foram construindo uma leitura pessoal sobre a obra de Paulo Freire em suas trajetórias.

Em uma das aulas o debate central foi o sorteio das vagas para a EA/UFPA, que é realizado mediante o cadastro feito pelos responsáveis dos(as) futuros(as) alunos(as) na própria plataforma da instituição e amplamente

divulgado em todas as redes sociais oficiais demonstrando o anseio da democratização ao ensino público, gratuito e de qualidade (UFPA, 2024). Essa ruptura com a proposta inicial possibilita um corpo estudantil heterogêneo contemporâneo composto por um total de 1.298 alunos, os quais estão divididos entre as turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental: anos iniciais e anos finais, juntamente com as turmas de Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além dos dados anteriormente apresentados é de suma relevância algumas informações acerca do corpo docente, o qual é composto por 152 funcionários(as) dentre eles(as) 32 doutores(as) e 73 mestres(as) (UFPA, 2018).

Foi debatido também com os participantes do projeto algumas das grandes contribuições enriquecedoras de Paulo Freire apresentadas em seu trabalho. Podemos destacar a sua afirmação da necessidade constante do(a) aluno(a) em se considerar sujeito ativo da sua própria história e buscar diariamente exercer o papel de resistência contra o sistema atual. Por conta de ser esse protagonismo estudantil uma forte ferramenta contra a educação bancária, a qual, de acordo com Freire, pode ser caracterizada enquanto forma das elites dominantes em manterem o *status quo*. Além disso, esse sistema prioriza o lucro em detrimento de um ensino fomentador do pensamento crítico, juntamente com a concepção do(a) aluno(a) ser um(a) mero(a) receptor(a) do conhecimento oriundo do(a) professor(a). Esse(a), por sua vez, apenas exerce a função de transmissor(a) das matérias selecionadas pelas classes no poder (Garcia, 2017).

Assim também é necessário que os oprimidos, que não se engajam na luta sem estar convencidos e, se não se engajam, retiram as condições para ela, cheguem, como sujeitos, e não como objetos, a este convencimento. É preciso que também se insiram criticamente na situação em que se encontram e de que se acham marcados (Freire, 2017, p. 75).

Ademais, o pensamento freireano nos encaminha a observar as relações do cotidiano ocasionadas pela vivência escolar entre professores(as) e alunos(as) enquanto uma realidade hierarquizada. Essa mazela institucional pode ser

solucionada de forma estrutural mediante uma educação libertadora a qual, por sua vez, tem início a partir da aceitação da troca constante de aprendizados entre todos(as) os(as) envolvidos(as) em um sistema educacional e com a gradual parceria da escola com outras instituições democráticas e progressistas (Medeiros, 2021, p. 12). Visando um aprofundamento sobre a temática:

Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo. É através deste que se opera a superação de que resulta um termo novo [...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado com o educando que, ao ser educado, também educa (Freire, 2017, p. 95-96).

A partir desse estágio de desenvolvimento do projeto para ser apresentado no XII Seminário de Institutos, Colégios e Escolas de Aplicação. Nos é evidente como essa atividade está intrinsecamente vinculada ao título geral do evento. Está posto que a atual EA/UFGA sofreu reformulações não somente para (re)existir, mas também para estar à disposição de outros públicos. Isto dito, destacamos que uma grande conquista dessas reflexões pode ser interpretada enquanto uma das mais árduas tarefas dos(as) professores(as) de história no ensino básico, cuja primazia encontrada na capacidade dos(as) estudantes em analisarem o passado sem o auxílio direto do(a) docente através de uma forma tradicional e metódica. Isso corrobora com o pensamento de Barca (2019) quando afirma que a aula de história é o local onde os(as) alunos(as) podem pensar de forma autônoma acerca do passado. Por esse meio, podemos compreender o quão relevante para todas as aulas ministradas em nosso ramo exercido enquanto profissionais de história, nos é essencial estimular o indivíduo ainda em processo de formação. Durante o ensino básico é preciso conceber meios de promover ao(a) aluno(a) determinadas colocações, ideias e opiniões. Utilizando desse aporte teórico na interpretação das ações executadas durante a produção do audiovisual em homenagem à visita do

professor Paulo Freire podemos entender algumas das potencialidades alcançadas através de uma boa proposta de intervenção no ensino básico e como o conteúdo em si é tão relevante quanto às habilidades específicas da história desenvolvidas por meio dele.

Levando em consideração a necessidade de debater com os próprios alunos acerca da execução dessa atividade, foram destinadas algumas aulas para o professor orientar a discussão com os(as) discentes sobre qual a relevância da homenagem ao Paulo Freire. Juntamente com outros assuntos sobre como era o antigo Núcleo Pedagógico Integrado, naquele período. Nos anos 1990 a instituição era destinada apenas aos filhos(as) de servidores da UFPA. Nos é válido comentar que, após a explicação do professor em sala acerca dessa antiga normativa, foi constatada a visão unânime entre todos(as) os(as) participantes desta pesquisa, a afirmação sobre essa instituição de ensino analisada possuir em seu passado uma comunidade escolar não tão diversificada como é hoje.

Tornou-se evidente um aprofundamento das alegações estudantis vinculadas as condições socioeconômicas dos(as) antigos(as) discentes, pois uma das principais problemáticas foi constituída na presença de uma parcela muito grande de alunos(as) brancos(as) com boas condições econômicas que os possibilitaram viver o mundo de uma forma bem diferente do contexto diário de uma porcentagem considerável dos(as) alunos(as) atuais. A compreensão deste questionamento pode ser facilmente alcançada mediante uma breve análise do local em que a escola se encontra, porque de acordo com o governo municipal de Belém, a Terra Firme é um dos bairros com a menor renda per capita do município (Segep, 2020).

Logo, em decorrência da proximidade e da conseqüente alta procura local, é natural um grande número das vagas serem preenchidas por alunos(as) do próprio bairro, mesmo com o sorteio anual. Esses(as) alunos(as) devem estar devidamente imersos em núcleos familiares correspondentes ao censo feito pela prefeitura. Neste sentido, é indiscutível a disparidade econômica acentuada entre a geração atual do corpo estudantil da EA/UFPA e as constituídas anteriormente.

Ainda foi colocado em pauta, de forma mais detalhada, uma perspectiva voltada ao campo étnico racial em nosso debate mediante a possível

ausência de professores(as), coordenadores(as) pedagógicos e técnicos(as) administrativos(as) negros(as) ao longo de boa parte da história da Escola de Aplicação. Em virtude de uma melhor justificativa em sala para essa realidade, foi necessária uma explicação do docente sobre o funcionamento dos processos seletivos para concurso público nas áreas profissionais apresentadas pelos estudantes.

Um dos tópicos fulcrais apresentados foi certamente a prova de títulos enquanto uma etapa de caráter excludente e segregacional que marginaliza não somente as pessoas negras de ocuparem cargos públicos, mas, acima de tudo, evidencia a falta de estrutura para os indivíduos em situação de vulnerabilidade social ingressarem em programas de pós-graduação. Entretanto, os(as) próprios(as) alunos(as) discutiram a relevância do sistema de cotas nas universidades e concursos pelo Brasil enquanto mecanismo de nivelamento social em prol dos menos favorecidos historicamente em nosso país.

Ademais, diante da necessidade do encaminhamento para o tema central do entendimento - termo derivado da palavra entender, a qual possui o seu significado no contexto do processo de aprendizagem *relacionado a estabelecer uma conexão entre o novo e o conhecimento previamente adquirido* (Anderson et al., 2001 *apud* Ferraz; Belhot, 2010, p. 429) - do direito à educação de qualidade enquanto forma de emancipação foi debatido o processo de democratização ao ensino da própria EAUFPA. Essa discussão possui a finalidade de utilizar a perspectivas dos(as) alunos(as) em comparação à trajetória da escola apresentada pelo professor enquanto meio para o acontecimento do engendramento da operação cognitiva específica da história intitulada de reflexão histórica, cuja visa a aprendizagem do ensino de história através da descoberta, juntamente com a construção do conhecimento (Caimi, 2008).

Algumas indagações mediadas pelo docente realmente foram na raiz central da problemática. Por conta de ser colocado em pauta quais seriam as chances dos alunos(as), que estavam participando do nosso projeto naquele exato momento, em ter acesso ao colégio deles caso ocorresse a permanência do antigo sistema baseado no vínculo dos responsáveis com a Universidade Federal do Pará enquanto caráter eliminatório. Assim, conseguimos exercitar a reflexão sobre a realidade individual de cada aluno em consonância com os seus colegas de turma, juntamente com mais uma vez a afirmação unânime entre os alunos do quanto eles são privilegiados por estudarem em um colégio com a estrutura física e pedagógica da Escola de Aplicação.

Após o término dos debates a próxima etapa foi constituída nas gravações das leituras feitas pelos(as) alunos(as) em diversos espaços da escola com a finalidade de apresentar o cotidiano desses estudantes através dos fundos de cada uma das cenas ser justamente vivências diárias do fluxo dessas pessoas na sala da biblioteca, cantina, ginásio esportivo e até mesmo foram feitas algumas filmagens em um campo de futebol localizado na parte mais aberta destinada às aulas de educação física. Nem todos(as) os(as) alunos(as) aceitaram a proposta no primeiro momento, porém, ao longo do processo de execução foi evidente o crescimento do número de participantes, como também pode ser facilmente perceptível os anseios de finalizarem um excelente trabalho durante as performances. O vídeo com os resultados da atividade pode ser conferido no QR Code da imagem a seguir:

Figura 3 - Alunos e alunas da Escola de Aplicação/UFPA leem conferência de Paulo Freire sobre alfabetização



Fonte: Projeto Escola de Aplicação 60 anos: histórias, memórias e parcerias.³

É interessante analisar essa mobilização dos(as) próprios(as) alunos(as) através de uma ótica mais centralizada no fato deles serem sujeitos ativos de suas respectivas trajetórias e irem além das obrigatoriedades exigidas pela nossa atividade, porque assim conseguimos compreender a relevância de dialogar com o corpo estudantil o processo de execução e não somente a produção das gravações referentes às leituras do livro selecionado, pois cada um dos en-

3 O Projeto Escola de Aplicação 60 anos: histórias, memórias e parcerias possui a autorização para o uso das imagens editadas e postadas no vídeo conforme legislação em vigor sobre consentimento de responsáveis e responsabilidade dos estabelecimentos estudantis para uso e divulgação de foto e vídeo.

volvidos vão possuir a possibilidade de engendrar uma das mais importantes operações específicas do ensino de história, a qual nesse caso refere-se ao pensamento histórico baseado nas pesquisas do professor Jörn Rüsen. Este cientista busca compreender o papel do professor de história enquanto mediador da ciência histórica em sala de aula com a principal tarefa de desenvolver o pensamento histórico, o qual é caracterizado enquanto uma série de processos de interpretação da realidade formadores de “constituições de sentido da experiência humana no tempo” (2001, p. 59).

Podemos denominar esse acontecimento de “consciência histórica”. Consciência essa encontrada em nossa atividade exercida quando os alunos efetuam uma análise histórica da trajetória da instituição. Feito esse direcionado majoritariamente na compreensão de quais eram os sujeitos presentes naquele ambiente elitizado e por quais motivos eram eles os selecionados para terem acesso a um sistema de educação de qualidade em detrimento de outras crianças. Portanto, a conclusão deste trabalho pode ser caracterizada enquanto uma excelente prova da real possibilidade de concretização das correntes historiográficas do campo teórico do ensino de história em sala de aula. Seja o conceito clássico de consciência histórica de Jörn Rüsen, ou as propostas mais modernas das professoras Flávia Caimi e Isabel Barca referentes à reflexão histórica e o papel do professor de história no ambiente escolar, respectivamente.

Referências

BARCA, Isabel. Narrativas históricas de los jóvenes: una cara de su orientación temporal. **Historia y Espacio**, v. 15, n. 53, p. 309-332, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRONI, Thiago. Alunos e alunas da Escola de Aplicação/UFGA leem conferência de Paulo Freire sobre alfabetização. YouTube, 31 de out. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qz4mteicico>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CAIMI, Flávia Eloísa. **Aprendendo a ser professor de história**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2008.

CASTRO, Marlon D'Oliveira. **XII Seminário de Institutos, Colégios e Escolas de Aplicação (XII SICEA)**. Escola de Aplicação da Universidade

Federal do Pará, 2023. Disponível em: <https://ea.ufpa.br/xii-seminario-de-institutos-colegios-e-escolas-de-aplicacao-xii-sicea>. Acesso em: 26 nov. 2023.

FERRAZ, Ana Paula do Carmo; BELHOT, Renato Vairo. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido 64^a ed.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GARCIA, E. A. S. RESENHA CRÍTICA DO LIVRO: **Pedagogia do oprimido**. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido 64^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. 253 p. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/16902>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MAPAS Renda. **Secretaria de Planejamento e Gestão (SEGEP)** do Município de Belém. 2020. Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/MapasRenda.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MEDEIROS, Flávia Cavalcante Nicolis. A Perspectiva Libertadora da Educação: Uma Análise do Pensamento Freiriano e suas Contribuições na Atualidade. **INTER-AÇÃO** (UFG. ONLINE), v. 45, p. 874-889, 2021. p. 12.

MISTURA, L. As matrizes teóricas da aprendizagem histórica no Brasil: um estudo compreensivo. **Revista História Hoje**, v. 9, n. 18, p. 77-100, 2020. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/693/366>. Acesso em: 23 nov. 2023.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência história**. Brasília: Editora UnB, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Escola de aplicação - Lista final para sorteio de vagas**. 2024 Disponível em: <https://www.ceps.ufpa.br/index.php/ps-escola-aplicacao-2024/1705-lista-final-sorteio-eaplicacao-2024>. Acesso em: 25 fev. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de desenvolvimento da Escola de Aplicação da UFPA (PDU): 2017 - 2020**: Disponível em: https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/pdu/especiais/escola_de_aplicacao.pdf. Acesso em: 4 dez. 2022.

Uma cidade, dois nortes: a ambiguidade de mazaganistas que atravessaram o atlântico

*Allan William Lebrege da Costa'
Antonio Otaviano Vieira Junior*

2A Praça-Forte de Mazagão

Mazagão. Mais de duas mil vidas compuseram este nome na segunda metade do século XVIII. Vidas que foram deslocadas de uma praça-forte homônima situada no norte da África, atual Marrocos, para outro norte: o Grão-Pará. Houve uma evacuação da fortaleza no ano de 1769, articulada e decidida cerca de um ano antes por Francisco Xavier Mendonça de Furtado, então secretário de Estado de Marinha e do Ultramar e irmão do Marquês de Pombal.

Uma cidade inteira que experimenta a vivência em três continentes, naturalmente um evento atípico de migração que atrai a atenção do pesquisador. Dentre as razões para a ordem de evacuação, brevemente se evidenciam duas: o cerco militar iniciado pelo sultão mouro Mullah Mohamed, para expulsar os mazaganistas de sua fortaleza, e a ocupação e defesa territorial do Cabo do Norte, com a criação da vila Nova de Mazagão. Partindo da praça-forte, pararam em Lisboa, em 1769, logo prosseguiram para Belém, onde houve mazaganistas aguardando por mais de oito anos pela transferência para a vila de Nova Mazagão, desde a chegada (Vidal, 2008, p. 15-50).

Essas pessoas trouxeram consigo as suas vivências, suas formas de sobrevivência e trabalho, que foram adquiridas e desenvolvidas desde a presença de seus antecessores na fortaleza, na primeira metade do século XVI, e foram introduzidas compulsoriamente no Vale Amazônico, que logo se apresentou como um lugar desconhecido, impróspero e segundo os próprios mazaganistas de “repugnância”.

1 Universidade Federal do Pará, graduando de licenciatura em História e bolsista CNPq de Iniciação Científica.

2 Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará.

Figura 4 - Planta de Mazagão de 1757, de J. Béliard

Fonte: Bibliothèque Nationale de France.

A trajetória dos Súditos mazaganistas

Foi sob os fragmentos desse episódio migratório registrados em documentos produzidos na época e que atualmente se encontram disponíveis de forma digitalizada no Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Projeto Resgate, que a presente pesquisa se desenvolve.

Evidencia-se, primeiramente, o estabelecimento dos portugueses na atual região do Marrocos, no início do século XVI, na qual fundaram a vila de Mazagão. Um dos principais motivos para o assentamento na região é que a cidade serviria como um porto para as embarcações portuguesas que estivessem fazendo o trajeto Europa-Ásia e vice-versa.

O cotidiano das pessoas que ali passaram a viver por mais de dois séculos era marcado pela forte cultura militar que era necessária aos mesmos devido a necessidade de defesa da praça frequentemente cercada pelos mouros.

Porém, no século XVIII, os cercos e ofensivas militares realizados pelos mouros e os altos custos para o Reino em manter a cidade juntos a fatores como necessidade de reforçar defesa territorial do Cabo do Norte e a tentativa de estabelecer um projeto de rizicultura, por parte de D. José I, pois

Na segunda metade do século XVIII, Portugal ensaiou transformar o delta amazônico e a planície fluvial (várzeas) em um celeiro agrícola. O cultivo e o beneficiamento local do arroz foram idealizados para o delta, mas também incentivou o plantio de algodão. O conjunto de meios disponíveis favoreceu uma espécie de transição do extrativismo para a agricultura (Marin, 2008, p. 75).

Foram pontos essenciais para que Francisco Xavier Mendonça de Furtado, ex-governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1769 tomasse a decisão de transferir toda a população mazaganista para o Vale Amazônico, ao lado da vila de Macapá. No mesmo ano começa a viagem dos mazaganistas.

A primeira parada foi em Lisboa, cidade na qual permaneceram por cerca de três meses e que alguns mazaganistas reuniram outros membros de suas famílias, enquanto outros realizaram fugas pelo Reino, na resistência em partir para o Grão-Pará. Ainda no ano de 1769, embarcaram para a cidade de Belém, neste embarque foi produzido uma lista com as informações dessas famílias, as quais contabilizavam 1485 pessoas, sendo 671 mulheres e 814 homens, organizadas em 385 famílias e 28 militares em dez embarcações. Houve também a produção posterior, em 1771, dos mazaganistas que permanecerem em Lisboa com motivos descritos, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Relação de Indivíduos por Motivo de Permanência em Lisboa

	Nº de Indivíduos
Doente	16
Esperando Parente Doente	9
Estava Preso	5
Outros Motivos	6
Total	36

Fonte: AHU_ACL_CU_013, cx. 66, d. 5673.

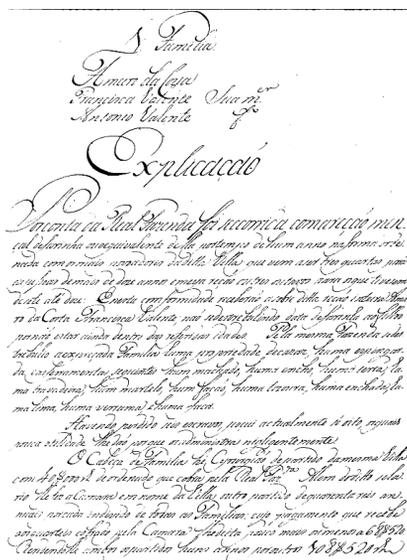
Os súditos mazaganistas chegaram na cidade de Belém, na capitania do Grão-Pará, no ano de 1770, na qual há registros de famílias que permaneceram por mais de oito anos a espera de autorização para prosseguir para a o seu destino final: a vila de Nova Mazagão, que ainda estava sendo construída.

Após a chegada em Belém

Após a chegada em Belém, as famílias mazaganistas eram enviadas para a nova vila, de forma gradual e enquanto aguardavam autorização para prosseguir viveram na cidade, na qual colocaram em prática as suas experiências e formas de sobrevivência material e social. Em 1778, após oito anos de estadia na cidade, se formaram novas famílias, alguns mazaganistas já haviam aberto negócios de venda e outros partiram para diferentes lugares da colônia, mas entre eles havia a resistência em ir para a vila de Nova Mazagão, por se mostrar um território totalmente desconhecido, ocasionando no pedido de muitas famílias solicitando ao Reino para que voltassem para Portugal ou permanecessem na cidade de Belém (AHU_CU_FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE MAZAGÃO, Cod. 1790).

No mesmo ano foi realizada uma listagem para mapear as famílias mazaganistas que estavam em Belém e a situação em que se encontravam, na qual são contabilizadas 114 famílias totalizando 493 indivíduos, dos quais 229 eram mulheres e 264 eram homens, conforme descrito na Tabela 2. Houve outra listagem realizada, também no ano de 1778, na vila de Nova Mazagão em que foram descritas as famílias e suas devidas situações econômicas.

Figura 5 - Descrição de uma das famílias vivendo na vila de Nova Mazagão



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Objetivos da Pesquisa

Foi necessário um processo de adaptação à forma de viver e trabalhar dessas pessoas na capitania do Grão-Pará. Posto isso o objetivo desta pesquisa em andamento é comparar o perfil de trabalho e a posse de escravizados dos mazaganistas de quando imigraram em 1769 e de quando estavam em Belém e em Nova Mazagão em 1778, uma vez que o projeto de rizicultura implantado por Portugal (Marin, 2008, p. 75), exigiu uma mão de obra que os moradores de Mazagão, provenientes de uma forte cultura militar em sua antiga fortaleza, se adaptaram e desenvolveram para sobreviver no novo assentamento, visto que esses mazaganistas passaram por duas mudanças nos seus perfis laborais, pois quando chegaram na cidade de Belém não atuavam mais como militares e estavam sem função laboral pré-definida pois a estadia na cidade era provisória e quando partiram para a vila de Nova Mazagão possuíam a função de trabalhar lavrando suas terras para pôr em prática o projeto de rizicultura estabelecido pela Coroa. Para além deste fator, nota-se um aumento na posse de escravizados destes súditos no decorrer do estabelecimento em Nova Mazagão e a insistência de permanecer na cidade de Belém.

Metodologia e aporte teórico

Nesse sentido, a metodologia trabalha com um amplo conjunto documental, que articula dados seriais com trajetórias individuais, e dados retirados de documentos produzidos na evacuação da praça-forte, no transporte de Lisboa para Belém, no aguardo da transferência para vila nova e no recenseamento na própria Nova Mazagão presentes de forma digitalizada no site do Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Projeto Resgate.

Nosso viés investigativo conversa diretamente com a microanálise, ao valorizar um jogo de escalas, onde no processo macro-histórico de ocupação e exploração desenvolvido no reinado de D. José I ganha novos sentidos na redução da perspectiva analítica, na medida em que se trabalha os dados desses moradores, ao encontro do que pontuou Carlo Ginzburg: “uma escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impen-

sável em outros tipos de historiografia” (Ginzburg, 1991, p. 178). Assim como utilizamos o debate de tática e estratégia de Jan Kok para melhor compreender a sobrevivência material e social dos imigrantes no Cabo do Norte (Kok, 2002, p. 467-473).

Resultados Preliminares

No presente momento a pesquisa encontra-se em andamento. Contudo, é correto dizer em nossa conjuntura, a análise das listas de mazaganistas ao saírem de Mazagão Velho e ao se instalarem em Belém a espera de ir para Nova Mazagão oferecem a produção de mapas populacionais e base de dados, por meio dos quais é possível sistematizar o perfil de ocupação e posse de escravizados desses sujeitos que fizeram parte da construção demográfica do Vale Amazônico e que deixaram marcas culturais presentes até os dias atuais.

Descreve-se inicialmente as transcrições de 200 documentos provenientes do acervo digitalizado do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à situação econômica de 371 famílias mazaganistas estabelecidas na Vila de Nova Mazagão em 1778 que possibilitou a análise de metadados das famílias mazaganistas, assim como a construção de três bases de dados, todas realizadas no programa de gerenciamento de banco de dados Microsoft Access, que reúnem informações dos mazaganistas presentes em diversas etapas desse processo migratório, todas retiradas de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

A primeira base de dados foi produzida a partir de um documento produzido em dezembro de 1778 na cidade de Belém, relativo a 114 famílias divididas em três classes, totalizando 493 indivíduos, dos quais 229 eram mulheres e 264 eram homens. Sendo a primeira classe: os mazaganistas existentes ainda na cidade de Belém aguardando autorização para prosseguirem a vila de Nova Mazagão, a segunda classe: os mazaganistas que já haviam sido autorizados a prosseguirem, mas ainda estavam na cidade de Belém e a terceira classe: os que, por ordem, haviam se encaminhado para a vila de Ourem. O número de famílias e indivíduos por classe está descrito na Tabela 2.

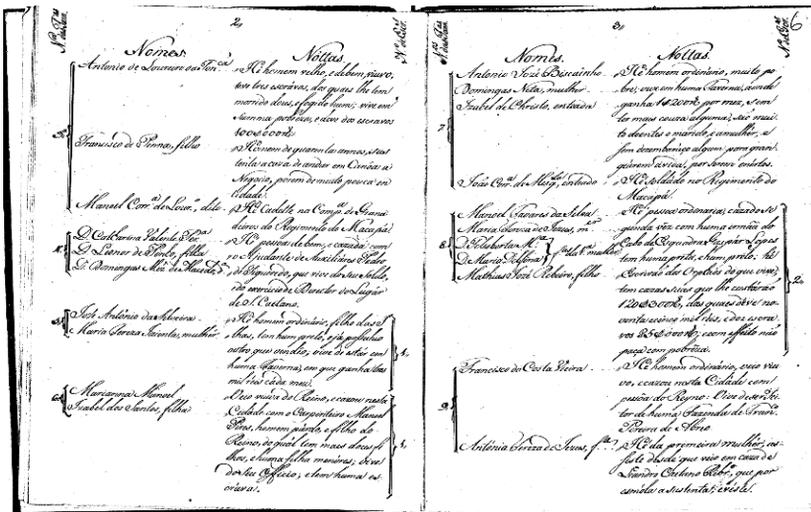
Tabela 2 - Número de Famílias e Indivíduos Por Classe

	Nº de Famílias	Nº de Indivíduos
1º Classe	104	445
2º Classe	4	15
3º Classe	6	33
Total	114	493

Fonte: AHU_CU_FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE MAZAGÃO, Cod. 1790.

Metadados e indicadores sociais dos sujeitos analisados também foram sistematizados no banco de dados, tais como: parentesco em relação aos membros da família, origem da pessoa, número de escravizados, gênero, estado civil, dívidas, propriedades e ocupação.

Figura 6 - Lista com nomes e metadados dos mazaganistas que estavam em Belém, em 1778



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

A segunda base de dados reúne informações registradas em um documento produzido no momento da saída dos mazaganistas de Lisboa e embarque para Belém em 1769, sobre 1485 pessoas, dos quais 671 eram mulheres e 814 homens, organizadas em 385 famílias e 28 militares em dez embarcações. No decorrer desta atividade, foi observado a ausência de algumas páginas do documento, ocasionando na perda de dados de dez famílias mazaganistas. Contudo, seguindo a mesma sistematização de metadados da primeira base

de dados, as informações dos indivíduos estudados foram tabeladas, com a adição da idade dos sujeitos. Ressalta-se ainda que dos dez navios, um estava embarcado 26 dos 28 militares e que não consta no documento mais dados além dos nomes e ocupações dos mesmos.

Seguindo o mesmo modelo das bases anteriores, a terceira base de dados diz respeito aos mazaganistas que permaneceram em Lisboa e não embarcaram para Belém, em 1769, por diversos motivos. Os dados foram retirados do documento que contém a listagem desses indivíduos. Sendo o menor banco de dados, dentre os três construídos, os metadados dessas pessoas presentes nesta lista são mais reduzidos que nas anteriores, estando disponível somente o parentesco em relação aos membros das famílias, idade e motivo de ter permanecido em Lisboa. A relação de indivíduos por motivo da não embarcação está descrita na Tabela 1.

Além disso, foi realizado um levantamento documental no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, referentes aos mazaganistas que estavam em Belém, no ano de 1778, cujos os dados estão tabelados na primeira base de dados. Cerca de 19 documentos de autos de justificação com versão digitalizada foram localizados no site da Torre do Tombo. Os metadados, como parentesco, idade e origem, obtidos nos bancos de dados, feitos anteriormente, foram essenciais na identificação e verificação de documentos que pertenciam a pessoas com o mesmo nome e sobrenome, mas que não eram mazaganistas. Este levantamento foi importante pois uma futura análise auxiliará na investigação das trajetórias individuais dos povoadores, pelo qual é possível inferir algumas das táticas e estratégias utilizadas pelos povoadores da vila de Nova Mazagão.

Portanto será possível, no decorrer da pesquisa, sistematizar o perfil de ocupação e posse de escravizados desses sujeitos que fizeram parte da construção demográfica do Vale Amazônico e que deixaram marcas culturais presentes até os dias atuais. Dessa forma, mostram-se como agentes que buscaram estratégias e táticas nas suas sobrevivência e relações sociais.

Referências

KOK, Jan. The Challenge of Strategy: A Comment. **International Review of Social History**, [S.l.], v. 47, n. 3, p. 465-485, dez., 2002. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-social-history/article/challenge-of-strategy-a-comment/6F5037FC20D8F14030360145146DD6A1>. Acesso em: 08 fev. 2024.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 073-114, dez, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48>. Acesso em: 08 fev. 2024.

VIDAL, Laurent; RUAS, Manuel. **Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico**: de Marrocos para à Amazônia, 1769-1783. Martins Editora Livraria Ltda, 2008.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Prod, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 176 páginas e em e-book formato pdf. Outubro de 2024.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

ANAIIS ELETRÔNICOS



ISBN 978-655421178-9



9

786554

211789

Editora

SERTÃO-CULT